

CAPÍTULO 4

ASPECTOS DESCONSIDERADOS DA DOCTRINA DE CRISTO

A Severidade do Verdadeiro Amor

Em sua obra Na Luz da Verdade, a Mensagem do Graal, Abdruschin afirma que a maior parte do verdadeiro amor é severidade.

Sim. O verdadeiro e legítimo amor visa unicamente o bem do próximo em sentido amplo, não se detendo diante de exterioridades. Deseja o que é melhor *espiritualmente* para o seu semelhante e age com denodo nessa direção, pouco importando se esse melhor lhe seja agradável ou não aqui na Terra. Pois tão-só o *espírito* é realmente vivo no ser humano. O corpo cumpre sua função de invólucro material do espírito durante alguns poucos anos terrenos e em seguida é descartado, sendo devolvido à terra como consequência natural, pois “o corpo sem espírito está morto” (Tg2:26). O *espírito* humano, porém, continua vivo e atuante na Criação, caso tenha se desenvolvido de modo certo.

O que o ser humano de hoje chama de amor ao próximo é um amor complacente, falso, pegajoso, que com palavras doces anestesia, sim, temporariamente a dor daquele que errou, mas ao mesmo tempo o impede de reconhecer a causa do sofrimento, o que infalivelmente força a repetição futura desse mesmo sofrimento. É um amor capaz de proporcionar um alívio momentâneo, mas ao preço da infelicidade perene; um amor que magnanimamente distribui esmolas aos desvalidos, mas não sem antes lhes subtrair o tesouro da dignidade; um amor sempre pronto a enxugar as lágrimas do sofredor, mas apenas para que este possa divisar mais nitidamente o sorriso beatificado do seu amoroso confortador.

Amor ao próximo não é isso. Nunca foi. Amor, amor verdadeiro ao próximo é dar a ele, antes de mais nada, o que lhe é de fato *útil*, pouco importando se isso lhe causa ou não alguma alegria efêmera. É visar a felicidade eterna do próximo e trabalhar com afinco nesse sentido. É mostrar de forma clara, até mesmo contundente se preciso for, as faltas cometidas, pois é “melhor a repreensão franca do que o amor encoberto” (Pv27:5), visto que os erros sempre retornam ao gerador na forma de dor e sofrimento. É fato que “as palavras do sábio são como agulhões” (Jó12:11), mas “quem fere por amor mostra lealdade, enquanto o inimigo multiplica beijos” (Pv27:6).

Amor verdadeiro é dar apoio irrestrito, sólido, a quem realmente se esforça em suplantar suas falhas, é ampará-lo na travessia do árduo caminho do reconhecimento do erro e de sua reparação. Pois unicamente o reconhecimento pessoal da atuação errada, implacável e abrangente, é capaz de fazer a respectiva pessoa mudar radicalmente sua sintonização interior. E tão-somente essa voluntária mudança de sintonização íntima pode interromper de vez o ciclo aparentemente sem fim do sofrimento intermitente, pela atuação permanente da Lei da Reciprocidade.

O amor verdadeiro, severo, abre para o próximo, a duras penas, o portal para a conquista da felicidade, enquanto que o falso amor passa sobre este, sem esforço, um ferrolho intransponível. A atuação do primeiro é permeada de obstáculos, dificultada por

forte incompreensão e intensa crítica, enquanto que a do segundo é aplainada com carinho, incentivada com aprovações sorridentes e sorrisos inconseqüentes.

O falso amor já se imiscuiu em todos os campos da atuação humana, trazendo prejuízos inenarráveis a quem o pratica e a quem dele é vítima. A educação dos filhos, particularmente, sofreu demais com uma faceta desse falso amor, conhecido hoje como “educação moderna”. Esse tipo de educação que tudo tolera das crianças e adolescentes, para não criar nenhum “trauma” neles, não passa de uma incubadora de tiranos, contribuindo ainda mais para o caos reinante na Terra. É uma ferramenta afiada das trevas mais espessas. Algumas poucas frases bíblicas mostram que, também na educação familiar, o amor não se deixa separar da severidade: “O Senhor castiga aquele a quem ama, como um pai a um filho querido” (Pv3:12); “Quem poupa a vara não ama seu filho; quem o ama, porém, disciplina-o prontamente” (Pv13:24); “Não retires da criança a correção, ela não morrerá se a castigares com a vara” (Pv23:13); “A vara e a reprimenda conferem sabedoria, o jovem entregue a si mesmo é a vergonha da sua mãe” (Pv29:15). Se a criança, assim educada com amor severo, tiver de fato boa índole, então é certo que não se desviará na vida: “Ensina a criança no caminho que deve andar, e mesmo quando for velho não se desviará dele” (Pv22:6).

O que vale para crianças e adolescentes vale também para adultos, apenas moldado para o mundo deles. Quando repreendeu severamente os Coríntios em sua primeira carta, Paulo logo em seguida explicou: “Não vos escrevo essas coisas para vos envergonhar, pelo contrário, para vos *admoestar* como a filhos meus *amados*” (1Co4:14). Paulo estaria sendo até negligente se não os admoestasse naquela ocasião, pois contribuiria assim para perpetuar um erro (no caso a soberba) e as conseqüências maléficas disso para a comunidade. Desse modo, ele mesmo se sobrecarregaria com uma culpa, devido à sua negligência. Pouco mais à frente, ele faz até um paralelo disso com a atuação do Senhor: “Punindo-nos, o Senhor nos educa, para não sermos condenados com o mundo.” (1Co11:32).

Paulo, portanto, agiu corretamente com seu amor severo, em inteira conformidade com um antiqüíssimo ensinamento das Escrituras: “Não odiarás o teu irmão no teu coração; *repreenderás o teu próximo para que não incorras em pecado por sua causa*” (Lv19:17). O salmista diz o mesmo do ponto de vista de quem foi justamente repreendido: “Castigue-me o justo e repreenda-me com misericórdia” (Sl141:5). Na segunda epístola dirigida aos Coríntios, Paulo volta à carga e afirma que “não se arrepende se os entristeceu com sua carta” (2Co7:8), e diz até que se alegrou pelo efeito que ela provocou: “Alegro-me agora, não pela vossa tristeza, mas pelo arrependimento que ela produziu” (2Co7:9).

Também João Batista, o Preparador do Caminho para Jesus, foi extraordinariamente severo para com seus assustados ouvintes. Suas palavras vibravam qual um machado afiado contra as raízes dos males humanos. João Batista agia assim por amor, por *legítimo amor* a seus semelhantes, e jamais se preocupou com o que estes poderiam pensar ou falar de seus atos e de suas repreensões. Assim atua o amor verdadeiro.

Esse amor verdadeiro também não age com a perspectiva de receber alguma recompensa ou reconhecimento, pois “não procura seus interesses, não se ufana e nem se ensoberbece, mas sim se regozija com a Verdade” (1Co13:4-6), conforme Paulo, mais uma vez, procura explicar. O retorno da atuação desinteressada do verdadeiro amor advém de modo automático, novamente por efeito da Lei da Reciprocidade, como indica Jesus no trecho a seguir:

“Amai, porém, os vossos inimigos, fazei o bem e emprestai sem esperar nenhuma paga; será grande o vosso galardão, e sereis filhos do Altíssimo.”

(Lc6:35)

Amar os inimigos outra coisa não é senão usar de severidade justa para com eles, para que reconheçam seu proceder mau e redirecionem sua vontade no sentido do bem: “Disciplina severa para quem abandona o caminho!” (Pv15:10). Assim, não precisarão mais sofrer futuramente, em decorrência de seus atos malévolos no presente. Tiago também previu o efeito benéfico de semelhante prática: “Quem reconduzir um pecador do caminho em que se extraviara lhe salvará a vida e fará desaparecer uma multidão de pecados” (Tg5:20).

Jesus Cristo, justamente por ser a “manifestação do Amor de Deus entre nós” (1Jo4:9), o Amor de Deus encarnado portanto, foi especialmente severo para com as criaturas cerebrinas de sua época. Ele, que cumpria integralmente a Vontade do Pai, nem poderia ter agido de modo diferente, e afirmou expressamente: “Eu vim trazer fogo à Terra” (Lc12:49). Jesus chegou até mesmo a advertir que “não viera trazer paz à Terra, mas a espada” (Mt10:34), como sinal da atuação simultânea do Amor com a Justiça divina, pois é sabido que “se o homem não se converter, afiará Deus a Sua espada” (Sl7:12).

A conduta de Jesus frente aos seres humanos estava muito longe da imagem distorcida que se tem dele hoje em dia: a de um Messias brando, condescendente, procurando-se ver nisso uma prova da atuação do Amor divino. Quantas vezes ele não rebateu severa e corajosamente os ataques daquela súcia de fariseus e saduceus, que tinham ao seu lado o poder terrenal? O capítulo 23 do Evangelho de Mateus traz nada menos que sete “Ai de vós!” contra a hipocrisia deles, além dessa duríssima acusação do Mestre: “Serpentes! Víboras que sois! Como escapareis da condenação ao inferno?” (Mt23:33). O evangelista Marcos diz que Jesus passou sobre o fariseus “um *olhar irado* pela dureza de seus corações” (Mc3:5).

E também não expulsou Jesus os cambistas¹ e vendilhões do Templo, chamando todo aquele bando de “covil de salteadores”? (cf. Mt21:13; Mc11:17; Lc19:46). E quantas vezes ele não repreendeu duramente seus próprios discípulos? Admoestava-os por serem medrosos e terem o coração endurecido (cf. Mc4:40;8:17), indignava-se com eles (cf. Mc10:14) e chegou até mesmo a lamentar abertamente ter de estar junto deles: “Até quando estarei eu junto de vós e terei de vos suportar?” (Lc9:41). Aos discípulos ainda coube a mesma severa advertência sobre *não agir* segundo seus ensinamentos: “Por que me chamais Senhor! Senhor! e não fazeis o que eu digo?” (Lc6:46). Jesus sempre exigiu deles que o tomassem como exemplo de *atuação*: “Dei-vos exemplo para que, assim como eu fiz, vós *façais* também” (Jo13:15). Por fim, os discípulos foram arrancados rudemente de sua inércia espiritual ao ouvirem de Jesus que todos eles estavam na iminência de cair... (cf. Mc14:27). Sobre essa iminência de queda, é muito significativo que, por três vezes, Jesus tenha encontrado seus discípulos dormindo próximo ao jardim do Getsêmani, apesar

¹ Muita gente se pergunta o que cambistas estariam fazendo no átrio do Templo de Jerusalém. O que acontecia é que os sacerdotes decretaram que o pagamento do tributo anual ao Templo tinha de ser feito em moedas da mais pura prata, e para tanto apenas as moedas cunhadas na cidade de Tiro eram aceitas. Daí a necessidade dos cambistas, para trocar as várias moedas em circulação no Império pela única autorizada. A taxa de conversão dependia bastante da vontade dos cambistas, que naturalmente aproveitavam a ocasião para forrar os bolsos. Dos vendilhões, os peregrinos compravam pombas para a oferenda do sacrificio. Foi contra essas negociações dentro da área do Templo que Jesus se insurgiu.

de lhes ter ordenado expressamente que vigiassem (cf. Mt26:36-45). “Ainda dormis e descansais?” (Mt26:45), perguntou rudemente da última vez.

A Palavra de Jesus era severa, dura, a ponto de alguns discípulos acharem que não poderiam suportá-la: “Esta Palavra é dura. Quem consegue escutá-la?” (Jo6:60). E quando surgiram defecções, quando “muitos discípulos o abandonaram e não mais andavam com ele” (Jo6:66), Jesus não lamentou o fato absolutamente, e até perguntou se os que tinham ficado também não queriam ir embora: “Não quereis também vós partir?” (Jo6:67), perguntou simplesmente.

O apóstolo Paulo sabia muito bem que a Palavra de Jesus era bastante severa, e conhecedor da natureza humana, anteviu um tempo em que a legítima doutrina de Cristo seria adulterada, para se ajustar à indolência espiritual das pessoas: “Virão tempos em que a sã doutrina não será aceita, mas as pessoas acumularão mestres que lhe encham os próprios ouvidos, de acordo com os próprios desejos. Desviarão os ouvidos da Verdade e divagarão ao sabor de fábulas” (2Tm4:3,4). E o apóstolo Pedro complementa: “Muitos hão de segui-los na sua libertinagem e, por causa deles, o caminho da Verdade será blasfemado; movidos pela cobiça, hão de explorar-vos com palavras enganadoras” (2Pe2:2,3).

Será bom ressaltar aqui que a reprodução escrita das supostas palavras proferidas por Jesus nunca podem transmitir o tom de severidade com que ele as pronunciou. Conforme explica o pesquisador Jack Goody em seu livro sobre a interface entre o oral e o escrito, “a reprodução escrita usa muito mais formas declarativas e subjuntivas do que interrogativas, imperativas e exclamativas.” Ou seja, o tom imperativo, severo, de um discurso oral nunca é adequadamente retransmitido numa reprodução escrita. Acrescente-se a essa constatação o esforço dos evangelistas e copistas em repassar para a posteridade uma imagem terna (na acepção deles) de Jesus, confundindo amabilidade com moleza e fundindo serenidade com leniência. Isso tudo levou à idéia absolutamente errônea de uma fraqueza do Filho de Deus diante dos seres humanos.

O fato real é que Jesus jamais mendigou a benevolência dos seres humanos, jamais lhes suplicou que aceitassem seus ensinamentos, que consentissem em serem salvos. Muito, mas muito pelo contrário. Ele *exigiu*, sim, e com a máxima severidade, o cumprimento integral de sua Palavra, como condição primordial para a possibilidade de obtenção da própria salvação. “Falava abertamente” (Jo7:26) às pessoas, com plena segurança, explicando-lhes como tinham de viver, ciente que estava de sua origem e missão. As multidões percebiam essa sua firmeza, essa sua autoridade, e nem por isso deixavam de ouvi-lo, ao contrário, “o povo todo ficava fascinado ao ouvi-lo falar” (Lc19:48):

“Estavam as multidões maravilhadas de sua doutrina, porque ele as ensinava como quem tem autoridade, e não como os escribas.”

(Mt7:28,29)

Até os guardas enviados pelos sacerdotes e fariseus para prender Jesus reconheceram que “nunca homem algum falou como ele” (Jo7:46). Claro que não. Tudo quanto Jesus falava era completamente diferente do que as pessoas estavam acostumadas a escutar, pois ele era a própria Verdade encarnada, e os seres humanos vinham se afogando em mentiras religiosas há séculos, docemente sussurradas em seus ouvidos. Daí a severidade implacável do Filho de Deus, como único auxílio possível àquela massa inerte. Especialmente no tocante aos líderes religiosos, ele nunca procurou por panos quentes em nada. Nunca fez uso das interpretações usuais das Escrituras de seu tempo, porque essas de nada lhe

poderiam servir, já que totalmente erradas, porque cômodas para o espírito humano. Exatamente como se dá hoje em relação aos seus ensinamentos.

Jesus ainda falou bem nítida e severamente do tempo do Juízo, da “Ira que está para vir” (Lc3:7), dos “dias que são de vingança” (Lc21:22), da “miséria e cólera contra este povo” (cf. Lc21:23), do “inferno de fogo” (Mt5:22) para os que lançam insultos, e ainda avisou que para quem for causa de pecado do próximo “melhor lhe fora ser lançado ao mar com uma pedra de moinho enfiada no pescoço” (Lc17:2). E quando alguns de seus ouvintes começaram a comentar entre si sobre os galileus supliciados por Pilatos, ele logo os cortou asperamente, avisando que, se não se arrependessem, pereceriam todos *da mesma forma* como os que haviam sido mortos pelo prefeito romano e os soterrados pela torre de Siloé (cf. Lc13:1-5).

Jesus, o Portador da Verdade, nunca manifestou a mínima complacência com o mal. Nunca deixou de exortar com rigor seus ouvintes, nunca alisou o ego de ninguém nem procurou aliciar quem quer que fosse, e chegou mesmo a instruir bem claramente seus discípulos quanto a isso:

“Quando, porém, entrardes numa cidade e não vos receberem, sai pelas ruas e clamai: Até o pó da vossa cidade, que se nos pegou aos pés, sacudimos contra vós outros.”

(Lc10:10,11; Mc6:11)

Paulo, mais uma vez, parece ter compreendido muito bem a íntima conexão entre o verdadeiro amor e a severidade, conforme se depreende desse trecho de sua Epístola aos Romanos:

“Considerais, pois, a bondade e a severidade de Deus: para com os que caíram, a severidade; mas para contigo a bondade de Deus, se nela permanecerdes; doutra sorte também tu serás cortado.”

(Rm11:22)

Tanto a bondade como a severidade provêm do mesmo verdadeiro amor. O ser humano é atingido em maior ou menor grau por uma ou por outra, dependendo de como se porta em face das leis de Deus. Aos que caíram, a severidade, para que reconheçam rapidamente seu erro e reencontrem o caminho da ascensão, a fim de poderem alcançar a bem-aventurança. Os que se mantêm no caminho certo recebem, por efeito da reciprocidade, as bênçãos provenientes da bondade do Criador. Isso, desde que permaneçam nesse caminho certo, caso contrário também eles serão *cortados*, isto é, serão igualmente atingidos pela severidade implacável e justa da reciprocidade, para seu próprio bem, para que escapem da morte espiritual, retomem o caminho certo e alcancem um dia o estágio evolutivo onde reina apenas alegria e felicidade. Vemos que o salmista louva o Senhor pelo castigo recebido, que o livrou da morte eterna: “Yahweh me castigou e castigou, mas não me entregou à morte!” (Sl118:18). O autor do segundo livro dos Macabeus deixou esse ensinamento consignado, ao esclarecer as causas do imenso infortúnio sofrido pelo povo hebreu nas mãos do opressor sírio: “Aos que estiverem defrontando-se com esse livro, gostaria de exortar que não se desconcertem diante de tais calamidades, mas pensem antes que esses castigos não sucederam para a ruína, *mas para a correção da nossa gente*” (2Mc6:12).

O apóstolo Paulo também não foi menos severo com os judeus da cidade de Corinto:

“Diante da oposição e das injúrias deles, Paulo sacudiu as vestes e lhes declarou: ‘Que o vosso sangue caia sobre vossa cabeça!’”

(At18:6)

A expressão “que o sangue caia sobre vossa cabeça”, muito comum entre os israelitas daquele tempo, significava literalmente: *sois os únicos responsáveis pelo que vos acontecer!* Não deixa de ser um reconhecimento implícito da atuação da Lei da Reciprocidade.

Em relação à cidade de Jerusalém, que matava os profetas e apedrejava os enviados, Jesus avisou severamente que, devido a isso e por ter rejeitado seu amor auxiliador, seria simplesmente abandonada por ele, como uma casa deserta:

“Jerusalém, Jerusalém, tu que matas os profetas e apedrejas os que te foram enviados! Quantas vezes eu quis reunir teus filhos, como a galinha reúne os pintinhos debaixo das asas, mas não quiseste! Pois bem! Vossa casa será deixada deserta.”

(Mt23:37,38)

No Evangelho segundo Mateus, Jesus reage à descrença dos que, mesmo testemunhando seus milagres, não crêem nele e na sua missão, e que por isso não modificam sua errônea sintonia interior. Ele passa então a *increpar*, isto é, a repreender com extrema severidade, a admoestar com a máxima energia:

“Passou então Jesus a increpar as cidades nas quais ele operara numerosos milagres, pelo fato de não se terem arrependido.”

(Mt11:20)

O que Jesus antevê aí para a população das cidades de Corazim, Betsaida e Cafarnaum, está muito longe da idéia de um Amor mole e condescendente, que tudo perdoa arbitrariamente:

“Ai de ti, Corazim! Ai de ti, Betsaida! Porque se em Tiro e em Sidom se tivessem operado os milagres que em vós se fizeram, há muito que elas se teriam arrependido com pano de saco e cinza². E contudo vos digo: No Dia do Juízo haverá menos rigor para Tiro e Sidom do que para vós outros. Tu, Cafarnaum, elevar-te-ás, por ventura, até o céu? Descerás até o inferno, porque se em Sodoma se tivessem operado os milagres que em ti se fizeram, teria ela permanecido até o dia de hoje. Digo-vos, porém, que menos rigor haverá no Dia do Juízo para com a terra de Sodoma, do que para contigo.”

(Mt11:21-24)

Origem e Conseqüências do Pecado

As concepções em voga sobre as maneiras pelas quais o ser humano pode pecar, e as conseqüências dos seus pecados, não traduzem exatamente o fenômeno real. Em tempos passados houve até quem tentasse catalogar as diferentes variedades de pecados, chegando

² O pano de saco era um tecido áspero, escuro, feito de pele de cabra; cobrir-se com pano de saco e cinza era sinal de luto e penitência.

à curiosa cifra de 789 delitos... Esse tipo de preocupação não ajuda ninguém em coisa alguma, pois não passa de um cismar. O que é certo ou errado cada um sente nitidamente, sabe até muito bem.

Pessoas bem-intencionadas supõem que não devem pecar porque, segundo os ensinamentos de sua religião ou crença, trata-se de uma atuação errada, um ato que não é do agrado do Criador. O significado real do pecado, porém, não se restringe a esse conceito, mas vai além.

Na Bíblia, a palavra pecado aparece pela primeira vez no Gênesis, na advertência do Senhor a Caim, antes de este matar seu irmão Abel: “Se, todavia, procederes mal, eis que o *pecado* jaz à porta.” (Gn4:7). Alguns pesquisadores dizem que a palavra hebraica utilizada aí para designar pecado – *hatta'th* – representa um ser demoníaco, e que a idéia transmitida originalmente é a da atenção de Caim voltada para essa figura, a qual espera que ele tome uma decisão: fazer o que é certo ou não, escolha essa que o livrará do pecado ou o lançará nas suas garras. Esse termo hebraico que designa pecado tem, de fato, o sentido de “errar o alvo”, o mesmo sentido do correspondente termo grego – *hamartía*. Existe um texto judaico, muito bem conceituado, que reproduz essa passagem do Gênesis com o detalhe bem explícito do ser demoníaco em atalaia: “Se você tem boa intenção, conduza-a para as alturas, mas se você não tem boa intenção, já de início é pecado, um *demônio-de-tocaia* manda para você sua luxúria.” Os outros termos hebraicos que indicam pecado são: *pesa*, que significa revolta consciente e é normalmente traduzido como “rebeldia”, e *awon*, que indica o desvio do padrão divino, geralmente vertido como “iniquidade”.

No Gênesis, vemos que o Criador havia feito uma distinção entre a oferta de Abel e a de Caim, tendo dado valor à primeira e rejeitado a segunda: “O Senhor voltou seu olhar para Abel e sua oferta, mas de Caim e da oferenda que trouxera desviou o olhar” (Gn4:4). Isso aconteceu porque “Abel ofereceu a Deus um sacrifício *bem superior* ao de Caim” (Hb11:4). Já a oferenda de Caim era “uma oferta de frutos da *terra*” (Gn4:3), significando que se tratava de algo meramente terreno, material. Caim se irritou com a recusa do Senhor à sua oferta e decidiu matar seu irmão Abel... A insolente resposta que Caim dá ao Criador quando perguntado pelo paradeiro do irmão, não deixa dúvidas sobre sua índole: “Acaso sou eu guarda de meu irmão?” (Gn4:9). Ao contrário do irmão bom, Caim demonstrou com seu comportamento que “era do Maligno, e suas obras eram más” (1Jo3:12). Caim representa o raciocínio humano e Abel o espírito humano. Caim foi marcado com o estigma de Lúcifer em sua testa, o sinal dos condenados: “O Senhor pôs então um sinal em Caim” (Gn4:15). O profundo significado do assassinato de Abel por parte de seu irmão Caim é narrado em detalhes na obra O Livro do Juízo Final, de Roselis von Sass.

Flavio Josefo, do século I, apresentou a seguinte interpretação do comportamento de Caim, e sua posterior atuação, em sua obra Antiguidades Judaicas: “Ele, Caim, não aceitou sua punição como corretivo, mas aumentou ainda mais a sua impiedade, pois buscava somente aquilo que era para seu prazer físico, mesmo que para isso tivesse que ferir seus vizinhos. Aumentou seus bens mediante a rapina e a violência, incitou seus conhecidos a procurar prazeres e obter coisas pelo furto, e tornou-se um grande líder de homens no caminho da iniquidade. Ele também introduziu uma mudança na maneira simples com que os homens viviam antes, tornou-se o autor de medidas e pesos. Enquanto eles não conheciam essas artes viviam de forma inocente e generosa. Caim, porém, mudou o mundo em estratégias ardilosos.” Essa descrição dos frutos do raciocínio supercultivado não poderia ser mais eloqüente.

O drama de Caim e Abel aparece também na mitologia egípcia, naturalmente com outros personagens. Em antigos escritos vemos que Osíris, filho do deus-terra e da deusa-céu, recebeu a incumbência de governar o mundo, e o fez como um monarca benfazejo. No entanto, Set, seu irmão, afastado do poder e corroído pela inveja, começou a conspirar contra ele, acabando por matá-lo e atirar seu cadáver na água. A versão grega é um pouco diferente, tendo como ponto central a grande estatura de Osíris... Convidado para um festim em sua honra, Osíris acaba caindo ingenuamente numa armadilha preparada pelo monstro Tifon.

É fato que o pecado constitui uma atuação contrária às disposições das leis naturais, as quais trazem em si a Vontade do Criador. Em vista disso é certo, sim, dizer que se trata de uma atitude oposta ao que é desejado pelo Senhor. Contudo, Deus, o Criador de Todos os Mundos, jamais pode ser atingido de alguma maneira pela contravenção de uma criatura. Ao agir contra as disposições do Todo-Poderoso o ser humano está prejudicando em primeira linha a si mesmo, somente a si mesmo: “Quem pecar contra Mim prejudica a si mesmo” (Pv8:36), diz o Senhor. Estará gerando para si próprio, nos efeitos finais da Lei da Reciprocidade, sofrimento e dor, miséria e desgraça, coisas que não precisaria conhecer se atentasse à Vontade do Senhor. Se não o tivesse praticado, o mal não poderia ter se apoderado dele: “Não faças o mal e o mal não se apoderará de ti” (Eclo7:1); “Praticai o bem, e o mal não vos atingirá” (Tb12:7); “Não chameis sobre vós a ruína, pelas obras de vossas mãos” (Sb1:12).

Se a criatura humana se tornar nociva na Criação, pelo desrespeito contumaz às Suas leis, será simplesmente eliminada dela, assim como se limpa uma engrenagem de um grão de areia estorvante. E nenhuma das outras peças da engrenagem sentirá qualquer falta desse grão de areia.

Uma lei da Criação é como um rio que corre para o mar. Este segue seu caminho imperturbavelmente, vivificando tudo por onde passa. Se um nadador seguir a favor da correnteza chegará ao mar rapidamente e sem se cansar. Se, ao contrário, quiser nadar contra a correnteza, não atingirá seu objetivo, mas será arrastado também para o mar de qualquer forma, chegando lá completamente extenuado e talvez até morto.

É impossível ao ser humano se sobrepor às leis da Criação, porque é impossível à vontade humana prevalecer sobre a Vontade de Deus, da qual emana a Luz da Verdade. O mínimo que lhe poderá acontecer nessa sua tentativa tola será sair dela muito machucado, pois “nada podemos contra a Verdade, senão em favor da própria Verdade” (2Co13:8).

A humanidade como um todo, porém, vem tentando nadar contra as correntezas da vida já há milênios, e por isso é arrastada à força agora em sentido contrário, impetuosamente. Nesse arrastar ela vai encontrando de volta, multiplamente aumentado, tudo quanto havia gerado atrás de si: destruição, tristeza, sofrimento, miséria. Tivesse ela seguido junto com as correntezas e o mundo seria hoje um paraíso terreno, onde só habitariam alegria e felicidade, como, aliás, estava previsto inicialmente nos caminhos do desenvolvimento humano.

Por isso, já numa época remota a humanidade recebeu os Mandamentos através de Moisés. Os Dez Mandamentos foram, na realidade, conselhos dados com imenso Amor à humanidade, para que no futuro ela não precisasse conhecer novos sofrimentos em seus caminhos de evolução, ou, até mesmo, vir a ser aniquilada.³ São dez conselhos outorgados

³ Ver, a respeito, a obra Os Dez Mandamentos e o Pai Nosso explicados por Abdruschin. A leitura desse livro mostra como são simples os preceitos do Senhor. Bastaria ao ser humano cumprir esses Mandamentos, com

pelo onipotente Criador às Suas criaturas... Conselhos severos, não sugestões banais! Por essa razão, os Dez Mandamentos precisam ser observados de modo absoluto pela criatura humana, todos eles.

Ninguém pode desprezar a Verdade e a Justiça divinas e permanecer impune. Conforme já constatara o salmista em seu louvor ao Senhor, os Mandamentos dados à humanidade são a própria Verdade e Justiça de Deus: “Todos os Teus Mandamentos são Verdade, todos os Teus Mandamentos são Justiça” (Sl119:151,172). Somente aquele que observa os Mandamentos, preceitos de Deus para os homens, caminha nas sendas do Amor e da Verdade: “Todas as veredas do Senhor são Amor e Verdade para quem observa Sua aliança e Seus preceitos” (Sl25:10), adquirindo com isso a verdadeira sabedoria da vida: “Tu, que desejas a sabedoria, observa os Mandamentos, e o Senhor te concederá” (Ecl1:26). Por isso, “quem diz ‘eu conheço a Deus’ mas não observa os Seus Mandamentos é mentiroso, e a Verdade não está nele” (1Jo2:4). Jesus também avisou que somente quem *observasse* os Mandamentos poderia entrar na vida eterna: “Se queres entrar para a vida, *observa* os Mandamentos” (Mt19:17). Com isso, o Mestre reavivava a ordem dada por Moisés ao povo israelita para que *pusessem em prática* esses mesmos Mandamentos: “Escuta, Israel, as leis e os preceitos que eu hoje proclamo aos vossos ouvidos; aprendei-os e ponde-os em prática” (Dt5:1).

Pôr em prática os Dez Mandamentos não é algo impossível e nem mesmo difícil: “Seus Mandamentos não são penosos” (1Jo5:3). Eles são tão simples e claros, a própria clareza!... Como pode alguém, por exemplo, ainda sofismar sobre essas palavras cristalinas e deixar de cumprir o segundo Mandamento: “Não pronunciarás o nome do Senhor, teu Deus, em vão, pois o Senhor *não deixa impune* quem pronuncia Seu nome em vão” (Dt5:11). No entanto, esse claro Mandamento do Senhor é o menos observado dos dez. Quase ninguém hoje atenta mais à santidade do nome do Senhor, louvado outrora pelo salmista: “Santo e venerável é o Seu nome” (Sl111:9); “só Seu nome é sublime” (Sl148:13); “como é glorioso Teu nome em toda a Terra!” (Sl8:1). São milhares as transgressões desse segundo Mandamento, transgressões que o Senhor *não deixa impune!*... Isso, apesar de outras tantas advertências correlatas, também muito claras e incisivas: “Não te acostumes a pronunciar o Nome do Santo! (...) Quem pronuncia o Nome em qualquer circunstância não será jamais isento do pecado” (Ecl23:9,10).

Vê-se que falta por toda parte a compreensão acertada da enorme abrangência e seriedade dos Dez Mandamentos. O quinto Mandamento, por exemplo, diz: “Não matarás”. Em hebraico, o verbo usado é *ratsáh*, que significa literalmente “quebrar”, “reduzir a pedaços”. Essa expressão não pode ser encarada exclusivamente como “tirar a vida de um corpo de matéria grosseira”, mas vai muito além disso. Significa, por exemplo, não reduzir moralmente alguém a pedaços, não quebrar uma amizade verdadeira ou a confiança que alguém nos deposita. Qualquer ato nesse sentido constitui assassinato no verdadeiro sentido, e por conseguinte uma transgressão ao quinto Mandamento! Se o Mandamento aludisse unicamente à proibição contra assassinato físico, o próprio Moisés já o teria infringido, pois o relato bíblico informa que ele liquidou um egípcio que maltratava um membro do seu povo (cf. Ex2:12).

toda a naturalidade, para viver de maneira correta na Criação e, assim, atingir a bem-aventurança. Esses Dez Mandamentos, corretamente assimilados e praticados, fornecem tudo o que a Bíblia inteira, com seu conjunto de um milhão e meio de palavras, não pode dar ao espírito humano.

Assim é também com os demais Mandamentos da Lei de Deus. Imensamente abrangentes e categóricos para o espírito humano. Contudo, o primeiro dos Dez Mandamentos é de tal modo incisivo, de tal modo decisivo para a existência da criatura humana, que Cristo denominou-o de “o maior dos Mandamentos” diante dos fariseus, indicando ser ele a *lei suprema*:

“Os fariseus ouviram dizer que Jesus tinha feito calar os saduceus. Então se reuniram, e um deles, um doutor da lei, perguntou-lhe, para experimentá-lo: ‘Mestre, qual é o maior mandamento da Lei?’ Ele respondeu: ‘Amarás o Senhor, teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma e com todo o teu entendimento! Esse é o maior e primeiro mandamento.’”

(Mt22:34-38)

O primeiro Mandamento age como um pendor ao contrário no ser humano, contanto que ele o vivifique dentro de si. É, na verdade, um “ascensor”, que segura a criatura em todas as dificuldades e a puxa para cima, impedindo-a de cair espiritualmente. O profeta Amós transmitiu o mesmo conceito com essa exortação da parte do Senhor: “Assim diz o Senhor Deus: Procurai por Mim e haveis de viver” (Am5:4). Quem quiser escolher a vida eterna tem de colocar o Criador acima de tudo, apegando-se a Ele como a um pendor, amando-O de todo coração e obedecendo à Sua voz, claramente audível na linguagem expressa na Criação: “Escolhe, pois, a vida, para que vivas, amando ao Senhor teu Deus, obedecendo à Sua voz e apegando-te a Ele”! (Dt30:19). Somente os que cumprem dessa forma o primeiro Mandamento permanecerão vivos espiritualmente: “Quanto a vós, permanestes apegados a Yahweh, vosso Deus, e hoje estais todos vivos” (Dt4:4).

Não é difícil compreender que a deliberada permanência da atuação errada após o recebimento do Decálogo, e posteriormente da própria Mensagem de Jesus, constitua para o pecador uma circunstância *agravante*, pois desse modo ele continua a pecar *conscientemente*, “não tendo agora desculpa do seu pecado” (Jo15:22). Para estes, realmente, “melhor lhes fora não terem conhecido o caminho da justiça do que, após tê-lo conhecido, desviarem-se do santo Mandamento que lhes foi confiado” (2Pe2:21). Desse modo só lhes pode restar mesmo “certa expectativa horrível de juízo e fogo vingador, por viver deliberadamente em pecado depois de ter recebido o pleno conhecimento da Verdade” (Hb10:27,26). Podem contar a partir daí com ira e indignação sobre si: “Para aqueles que por rebeldia desobedecem à Verdade e se submetem à iniquidade, estão reservadas a ira e a indignação” (Rm2:8).

Do mesmo modo, quem ainda é capaz de pecar após ter ouvido e assimilado a Palavra de Jesus, isto é, aquele que depois de “ter provado a boa Palavra de Deus ainda é capaz de cair, crucifica para si mesmo o Filho de Deus e o expõe à ignomínia” (Hb6:5-6). “Assim, aquele que julga estar firme, cuide para que não caia!” (1Co10:12). Crucificar para si mesmo o Filho de Deus outra coisa não é senão matar a Palavra da Vida dentro de si, assassiná-la mais uma vez, ao invés de conservar “Cristo habitando no coração” (cf. Ef3:17). Com tal proceder, semelhante indivíduo abre mão, voluntariamente, da sua única possibilidade de salvação. É o mesmo que calcar sob os pés o Filho de Deus, o que trará na reciprocidade o castigo correspondente: “Podeis, então, imaginar que castigo mais severo ainda merecerá aquele que calçou aos pés o Filho de Deus” (Hb10:29). Esse tal torna-se então duplamente culpado, porque “a quem muito foi dado, muito será exigido” (Lc12:48). Ele passa a ser como a terra ruim, que apesar de ter recebido a mesma chuva abundante que caiu sobre a terra boa, só consegue por fim produzir espinhos e ervas

daninhas: “Quando uma terra embebida de chuva abundante produz plantas úteis para quem as cultiva, essa terra tem a bênção de Deus. Mas se ela produz espinhos e ervas daninhas, não tem valor algum e está a um passo da maldição: acabará sendo queimada” (Hb6:7,8).

Que o efeito no retorno da reciprocidade será especialmente severo para com aquele que pecou conscientemente, em contraste com alguém que tenha praticado algum ato irrefletido, fica claro na passagem a seguir:

“Aquele servo, porém, que conheceu a vontade de seu senhor e não se aprontou, nem fez segundo a sua vontade, será punido com muitos açoites. Aquele, porém, que não soube a vontade do seu senhor e fez coisas dignas de reprovação, levará poucos açoites.”

(Lc12:47,48)

A título de ilustração, mencione-se que os preceitos contidos no Antigo Testamento para expiação dos pecados referiam-se tão-somente aos cometidos por descuido, inadvertência ou ignorância (cf. Lv4:2,13,22,27), isto é, a atos irrefletidos. Já quem pecava deliberadamente – em hebraico “pecar com a mão levantada” – seria simplesmente eliminado do povo do Senhor (cf. Nm15:30).

De qualquer maneira, também não é preciso que uma ação errada se evidencie visivelmente na matéria grosseira para ser caracterizada como pecado. A intenção basta. Quando, por exemplo, uma pessoa sente intuitivamente inveja, ódio ou cobiça, ela *já inseriu* com isso algo ruim no mundo, mesmo que não lhe seja visível, e desse modo ela efetivamente “já deu à luz o pecado” (Tg1:15). Esse algo ruim é uma configuração real, moldada numa matéria mais fina do que a matéria grosseira a nós visível, a qual traduz exatamente a intenção do gerador. Assim, o ser humano *já está pecando* ao dar ensejo a qualquer intuição má ou mesmo a pensamentos maus correspondentes. Com isso ele gera configurações feias, horripilantes, cuja única finalidade é trazer danos lá onde puderem se ancorar, por efeito da Lei de Atração da Igual Espécie.

O pecado é uma ação errada levada a efeito pelo espírito humano. Nada a ver com ninharias puramente terrenas, como prescrições alimentares, tipos de corte de cabelo, uso de adornos, etc. A não observância dessas coisas instituídas pelo raciocínio não é nenhum pecado. Tão-somente o desejo errado do *espírito*, que também pode dar origem a maus pensamentos e até ações más na matéria grosseira (com a respectiva reciprocidade ruim), é determinante para a geração de um carma negativo, segundo as leis divinas na Criação. Isso sim é pecado, o qual trará o retorno ao gerador infalivelmente, obrigando-o a arcar com as conseqüências de sua vontade errada, pouco importando a época ou o local em que se encontrar por ocasião da efetivação.

As configurações de intuições e de pensamentos permanecem ligadas ao gerador, mesmo depois de se terem desprendido dele. E também por efeito dessa mesma Lei de Atração da Igual Espécie atrairão formas análogas a elas, reforçando ainda mais a espécie má original. Contudo, como permanecem ligadas ao gerador, acabam retornando a ele após tempo maior ou menor, muito mais reforçadas também, trazendo-lhe então os efeitos retroativos correspondentes, em obediência à Lei da Reciprocidade. Esse fenômeno, tão incisivo para a existência inteira do ser humano, foi abordado por Jesus na passagem abaixo:

“Quando o espírito imundo sai do homem, anda por lugares áridos, procurando repouso, e não o achando diz: Voltarei para minha casa donde saí. E, tendo voltado,

a encontra varrida e ornamentada. Então vai e leva consigo outros sete espíritos, piores do que ele, e entrando habitam ali, e o último estado daquele homem se torna pior do que o primeiro.”

(Lc11:24-26)

“Espírito imundo” deve ser entendido aqui como algo que tem a *aparência* de uma forma humana, visto ter se originado e saído do próprio ser humano, que é um ente espiritual. Se é imundo significa que se trata de uma configuração gerada por uma vontade intuitiva má. Configurações de intuições más e de pensamentos maus possuem formas horrendas – não obstante a aparência humana – visto terem sido originadas do mal.

A beleza (não a física) e a feiúra constituem, aliás, indicadores precisos e imediatos daquilo que se move direito ou errado na Criação. Certamente não é nenhum acaso o fato de a palavra hebraica *'ra* significar *mal* e também *feio*... e que em grego a palavra que designa *belo* também ter o sentido de *bom*. Podemos obter uma noção da velocidade da decadência geral se compararmos algum tema da época atual com outrora, verificando até que grau o conceito de beleza foi torcido pela raça humana.

Tomemos, por exemplo, a arte. Compare-se as pinturas dos grandes mestres da Renascença com a chamada arte moderna. É de cair pictoricamente o queixo. Nas exposições desse tipo de arte muitos se quedam profundamente compenetrados à frente de quadros que exibem apenas rabiscos e manchas coloridas, tentando assimilar a “mensagem” que o pintor quis supostamente transmitir, ou, o que é mais comum, dando-se ares de entendidos no assunto e emitindo opiniões várias. No entanto, tais pinturas não significam outra coisa senão borrões sem sentido. Houve, inclusive, uma exposição em que o quadro vencedor foi pintado por um macaco; numa outra, por uma criancinha de quatro anos que apenas se divertia com as tintas que a mãe lhe havia dado para brincar; em outra exposição, um quadro de arte moderna permaneceu por engano vários dias exposto de cabeça para baixo, sob os olhares e comentários admirados dos apreciadores... E não se diga que a arte antiga e a atual são estilos distintos, e que por isso não podem ser cotejadas. Beleza é beleza e feiúra é feiúra. Ponto. Não vamos aqui nem mencionar a chamada arte contemporânea ou pós-moderna, pois que ainda não existem adjetivos para descrever um tal horror. E essa “arte” pós-moderna seria pré o quê?... Dá medo só de pensar...

Na música não é diferente. Os séculos XVIII e XIX viram surgir grandes compositores, autores de obras maravilhosas, soberbas, imorredouras. Até mesmo a época medieval, tão turbulenta, foi berço de músicas ricas e melodiosas, produtos admiráveis da pura vontade intuitiva de verdadeiros compositores, e por isso mesmo também imperecíveis. Mas, à medida que nos aproximamos do século XX e adentramos nele, a boa música vai escasseando mais e mais... E o que sobra também se deteriora cada vez mais, até desembocar no pesadelo sonoro que os jovens de hoje ainda se atrevem a chamar de música. Música verdadeira, perene, não pode surgir na época atual, quando a arte musical se encontra degradada a *ofício*, subjugada que está pelo domínio irrestrito do raciocínio. O mesmo se pode dizer em relação à arte da escultura.

E a indumentária! Compare-se as roupas e os “adornos” dos nossos jovens com as vestimentas dos moços e moças do século XIX ou início do século XX. Não há comparação possível.

Assim se apresenta a humanidade agora, na última fase do Juízo Final. Todo o falso atuar humano cresce agora cada vez mais sob a irradiação do Juízo, exibindo-se sob as formas mais extravagantes, mesclando-se ainda com acontecimentos terríveis, retornos da

própria má vontade humana acumulada. O resultado de tudo isso é um caos enorme, imerso na imundície, uma feiúra ampla, geral e irrestrita, sem paralelo na história da humanidade.

Já a beleza, bem ao contrário, é o efeito natural e automático de todo e qualquer fenômeno que se processa em conformidade com as leis da Criação. Tudo o que age e se molda de acordo com essas leis será belo. Sempre será. É impossível não sê-lo. Mesmo aqui na Terra podemos constatar isso, ainda que em escala reduzida, observando a beleza sempre renovada da natureza. Como ela, a natureza, se desenvolve incondicionalmente segundo essas leis, tem necessariamente de ser bela. É por isso que ninguém nunca viu, nem nunca verá, uma flor feia... A natureza só se degrada de algum modo quando o ser humano põe sobre ela a mão, provocando desequilíbrios em múltiplas formas.

Também o ser humano poderia viver rodeado de beleza, se apenas quisesse realmente. Bastaria que se esforçasse em viver de acordo com as poucas e simples leis naturais, procurando direcionar seus pensamentos, palavras e ações sempre no sentido construtivo, no sentido do bem. Se a sua “perseverança nisso tivesse tido ação completa, ele se tornaria perfeito e íntegro, em nada deficiente” (Tg1:4). Sua vida tornar-se-ia novamente bela, assim como ele próprio, como resultado da atuação dessas mesmas leis.

Por isso, o ser humano de espírito vivo tem de cobrar ânimo e agir. Agir agora, no presente! *Ele mesmo* tem de arregimentar todas as suas forças unicamente no sentido do bem, sem descanso, se quiser de fato construir um belo futuro para si. É ele mesmo quem precisa colocar mãos à obra, com infatigável afinco! Cabe a ele, exclusivamente, transformar de modo radical sua vontade interior, o que naturalmente acabará se exteriorizando também em seus pensamentos, palavras e ações. E o pensamento purificado, a palavra verdadeira e a ação correta constituem justamente o material de construção com que ele molda, de modo inteiramente automático, um belo e radiante futuro para si mesmo. Tanto no Aquém como no Além. De modo inteiramente automático. Sem estafas intelectuais, sem algemas dogmáticas, sem malabarismos místico-ocultistas.

Agindo dessa forma ele *terá* de formar um belo futuro para si, por nem ser possível diferentemente segundo a lei natural de Causa e Efeito, ou Lei da Reciprocidade. Não é nada que a boa vontade e a perseverança não possam conseguir. As pedras que aqui e acolá surgem nessa sua empreitada, como se viessem do nada, e que eventualmente ainda podem fazê-lo tropeçar e se machucar, só lhe são úteis na realidade. Elas também foram formadas, lapidadas e colocadas no tapete do seu destino por ele mesmo, em decorrência de sua sintonização errada de outrora. Não devem incutir-lhe medo ou desânimo, ao contrário, devem servir para que reconheça os erros que ainda lhe pendem e retemperar sua tenacidade em prosseguir para cima, colhendo sempre novos reconhecimentos espirituais. Deve ter sempre em mente que “Deus não nos deu um espírito de medo, mas um espírito de força, de amor e de sobriedade” (2Tm1:7). Um provérbio oriental diz: “Quando se busca o cume da montanha, não se dá importância às pedras do caminho.” As próprias pedras tornar-se-ão paulatinamente menores e mais raras à medida que se sobe, até que um dia também elas terão desaparecido por completo. Desse modo, a escalada lhe será facilitada a cada dia, na medida exata do seu esforço em ascender. E, ao atingir determinada altura, poderá divisar então nitidamente o belo futuro acalentado, o porvir que ele mesmo forjou para si, que ele mesmo conquistou.

Uma pessoa que se esforça desse modo para as alturas luminosas só poderá reagir com alegria ante cada anúncio do Alto, e não com medo. Medo é sinal de falta de movimentação espiritual, e agora, no Juízo, indica algo mais grave: falta de confiança na atuação das leis eternas, e por conseguinte falta de confiança na própria Onipotência e

Justiça do Todo-Poderoso. Já o tema *Juízo Final*, por si só, é capaz de despertar o medo em muitos, como aconteceu outrora com o governador Félix ao ouvir Paulo: “Dissertando ele acerca da Justiça, do domínio próprio e do Juízo vindouro, ficou Félix amedrontado” (At24:25).

Desde o grande falhar, o medo sempre foi companheiro constante da raça humana. Até mesmos os singelos pastores que tomavam conta do rebanho na noite de Natal, “ficaram com muito medo quando um anjo do Senhor lhes apareceu” (cf. Lc2:9) para lhes anunciar o sagrado nascimento de Jesus. Por essa razão, o anunciador lhes falou antes de mais nada, tranquilizando-os: “Não tendes medo!” (Lc2:10). Por isso também sempre encontraremos essas palavras quando um anunciador das alturas se dirige a um ser humano. Foi o que ocorreu, por exemplo, com Zacarias ao ver um anjo do Senhor postado à direita do altar. O sacerdote ficou perturbado com a visão, e imediatamente o anjo disse: “Não tendes medo, Zacarias, porque o Senhor ouviu teu pedido” (Lc1:13).

O único antídoto para o medo em nossa época, de cuja especial intensidade discorreremos mais à frente, é, portanto, manter contínua movimentação na escalada espiritual. Os que pautam suas vidas dessa forma sentem alegria permanente e não medo, e com isso tornam belos seu ambiente bem como a si próprios. São aquelas pessoas que parecem clarear o recinto só com a sua presença, e que sempre atraem magneticamente outras pessoas também possuidoras de qualidades boas. Homens que inspiram confiança e mulheres que irradiam graça. Criaturas belas no mais verdadeiro sentido, pouco importando se jovens ou velhas.

Sobre isso, já bem dizia o grande Pelágio no século IV: “Cada cristão tem de ser o mestre artesão da sua própria alma”. É nesse sentido que se pode dizer que o espírito molda o corpo, pois a vontade espiritual – o coração do homem – traz em si a força para moldar a alma de matéria fina: “É o coração do homem que modela o seu rosto, quer para o bem, quer para o mal” (Eclo13:31). Se o coração estiver voltado só para o bem, a alma se tornará belíssima.

Mas essas almas belas, infelizmente, são a exceção, e cada vez mais rara. A maior parte da humanidade é constituída de almas feias, horríveis mesmo, deformadas pelo egoísmo, mentira, inveja e ódio. São seres repulsivos, que conspurcam o ambiente com suas conformações medonhas de matéria fina, geradas por sua vontade má e seus pensamentos pestíferos. São, sim, criaturas horrorosas, repugnantes, mesmo que tenham uma boa conversa, mesmo que seus reflexos no espelho possam ser chamados de agradáveis. Como diz a voz do povo: por fora bela viola, por dentro pão bolorento...

É justamente para as emboloradas almas humanas dessa espécie, particularmente para as mulheres tão superficiais, que se diz: “anel de ouro em focinho de porco, tal é a mulher formosa, mas insensata” (Pv11:22). Infelizmente, quem vê a despuddorada mulher da época atual, também tem de concordar que essa sentença do livro apócrifo Testamento dos Doze Patriarcas, escrito em fins do século II a.C., continua inteiramente válida para os dias de hoje: “Se quiserdes permanecer puros em vossos pensamentos, excluí de vossa mente as mulheres!”

Em linhas gerais, a mulher se degradou de uma tal maneira, que ela nem pode mais reconhecer. Tanto, que o homem deixou de reconhecer nela a portadora da elevada missão da feminilidade, acabando por desprezá-la de modo totalmente inconsciente. Todo lugar em que a mulher se encontra rebaixada, oprimida de inúmeras maneiras pela masculinidade, é indicativo de um solo espiritual doentio, que terá de ser purificado de um jeito ou de outro. Esse processo de degeneração contínua da feminilidade vem já de milênios, e por isso pode

ser reconhecido em vários textos bíblicos que, de uma maneira ou de outra, discriminam a mulher com mal disfarçada misoginia.

Como a humanidade se encontra afastada da Verdade há sete mil anos, e os textos bíblicos mais antigos têm muito menos de 4 mil anos de idade, é natural que as deturpações de Baal tenham-se imiscuído em muitos temas da Bíblia, principalmente no tocante ao papel da mulher, que sempre foi o primeiro alvo da obra destruidora de Lúcifer. Por exemplo, a palavra hebraica normalmente traduzida como *marido* nos textos do Antigo Testamento possui o significado original de “dominar, governar”, e seria mais honestamente traduzida como “amo, senhor”. O respeito e a atenção que Jesus dedicou às mulheres de seu tempo foi algo que causou uma enorme surpresa, quando não comoção. Mas foi só ele partir para que os antigos costumes retornassem com toda a força entre o povo, como fica evidente nessas frases soltas de Paulo, que não era nenhum carrasco: “As mulheres estejam caladas nas assembléias, porque não lhes é permitido tomar a palavra e, como diz também a lei, devem ser submissas. Se, porém, quiserem aprender alguma coisa, perguntem em casa aos maridos” (1Co14:34,35); “A mulher receba a instrução em silêncio, com toda submissão. Não permito à mulher que ensine, nem que exerça domínio sobre o homem, mas que se mantenha em silêncio” (1Tm2:11,12).

Mal sabia o apóstolo que a mulher exerce, sim, amplo domínio sobre o homem, muito maior do que se imagina, sendo esse o motivo de Lúcifer tê-la escolhido como seu alvo principal, pois ele sabia muito bem que se fizesse cair a mulher, o homem a seguiria infalivelmente para baixo. A queda no pecado descrita no Gênesis mostra exatamente essa situação. O poder da mulher é exercido sobretudo no lar, quando, no bom sentido, ela se torna realmente uma rainha, de esplendorosa beleza, derramando bênçãos sobre a família e a Criação inteira, com sua atuação silenciosa: “Como o Sol quando se ergue no alto do céu, assim é a beleza de uma boa esposa na ordenação de sua casa” (Eclo26:21).

Uma lenda judaica muito antiga, mostra que esse saber sobreviveu em certa medida, mesmo sob o terrível culto de Baal. No relato, um homem e uma mulher piedosa se casam, e como não têm filhos concordam em se separar. Cada qual encontra um novo companheiro. Diz a estória que o marido piedoso se casou com uma mulher ímpia e ela o tornou ímpio, e que a mulher piedosa se casou com um homem ímpio e fez dele um exemplo de retidão. Essa singela estória sintetiza muito bem o alcance do poder e da força da mulher dentro do lar.

Contudo, vários outros exemplos mostram a influência nefasta da doutrina de Baal para a degradação da feminilidade na Antiguidade. O muito antigo livro de Levítico, escrito provavelmente por volta do século V a.C., estipulava que se a mulher desse à luz um filho seria considerada impura por uma semana, mas no caso de uma filha a impureza se estenderia por duas semanas... A mulher não poderia participar de cerimônias religiosas por 33 dias se tivesse dado à luz um filho, e 66 dias se tivesse tido uma menina (cf. Lv12:1-5). Quando o Levítico faz uma avaliação monetária das pessoas segundo a idade, a mulher aparece sempre com a metade do valor de um homem (cf. Lv27:1-7). As mulheres judias ficavam de pé enquanto os homens comiam, e tinham de manter certa distância dos seus senhores nas ruas e nos átrios do Templo, onde podiam ocupar apenas uma área segregada, denominada “pátio das mulheres”. Seu testemunho não era válido num tribunal e os rabinos consideravam um pecado instruir mulheres na religião. Uma mulher não podia, em hipótese alguma, tornar-se sacerdotisa, porque seu ciclo mensal a tornava quase que permanentemente impura. Era crença disseminada que o espírito de um homem ímpio teria, como castigo, de se encarnar depois como mulher, ao passo que se uma mulher se

comportasse de maneira justa, tornar-se-ia homem numa outra vida... Na Roma antiga e também na Grécia, uma mulher só podia realizar algum negócio se tivesse um fiador masculino. Em Atenas, havia normas para o deslocamento das mulheres pela cidade. A mulher grega só começava a contar sua idade a partir do dia em que se casava, significando que o casamento marcava o começo de sua vida real.

Foi a própria mulher que permitiu ser assim discriminada, ao aceitar voluntariamente os engodos de Lúcifer e repudiar sua sublime missão. Com isso, aos olhos da Luz ela perdeu seu encanto, e se tornou feia, horrivelmente feia.

No futuro, quando o conceito de beleza tiver sido endireitado à força, assim como tudo o mais que a humanidade torceu em sua cegueira espiritual, a Terra voltará a ser habitada unicamente por seres humanos belos, na mais completa acepção deste termo. E, em primeira linha, conduzindo tudo no novo tempo... a mulher!

Não a mulher de hoje, a “mulher estulta que nada sabe” (Pv9:13), da qual “sai malícia como traça das vestes” (Eclo42:13), a “estranha que fala com suavidade mas que se esqueceu da aliança do seu Deus” (Pv2:16,17), que “não segue o caminho da vida e seus trilhos se extraviaram sem que perceba” (Pv5:6), “cuja casa pende para a morte e para o abismo os seus caminhos” (Pv2:18), onde “todos os que a freqüentam não retornam, e não encontram os caminhos da vida” (Pv2:19), porque “suas escadas levam para os átrios da morte” (Pv7:27). Mas sim a *nova mulher*, aquela que se tornou “muito mais preciosa do que as jóias” (Pv31:10), “vestida de força e dignidade” (Pv31:25), cuja “graça vale mais que o ouro” (Eclo7:19), que “abre a boca com sabedoria, e sua língua ensina com bondade” (Pv31:26); a mulher *espiritualizada*, guardiã do sagrado anseio pela Luz nas criaturas, que com sua invencível pureza rediviva “esmaga a cabeça da serpente” (Gn3:15), a serpente do mal e do pecado, a qual nunca mais poderá seduzir ninguém. A vida inteira então voltará a ser bela, será tão maravilhosa e linda como já fora no início dos tempos. E como deveria ter permanecido.

Mas voltemos, depois dessa longa digressão, ao espírito imundo que se desprende do ser humano, como decorrência de um pecado. Essa conformação má “anda por lugares áridos”, ou seja, é arrastada para regiões que, assim como ela mesma, são feias e lúgubres. É levada incondicionalmente para essas regiões, de acordo com a atração da igual espécie, e “não encontra repouso”, porque tudo o que entra na engrenagem da Criação é mantido em movimento permanente. Continuamente impulsionada, essa configuração de espécie ruim acaba “voltando para casa”, isto é, para o ponto de partida, o ser humano que a gerou, já que sempre permaneceu ligada a ele.

O espírito imundo – a configuração intuitiva má – volta trazendo “outros sete espíritos piores do que ele”. Essa imagem mostra que a configuração retorna ao gerador reforçada em sua espécie má, pela atração da espécie igual. E, com isso, o estado daquela pessoa se torna evidentemente “pior do que antes”, quando havia gerado a configuração inicial, pois recebe em si, multiplamente aumentado, o efeito retroativo de sua vontade má original.

Depois de ter gerado a configuração inicial, a pessoa poderá até se arrepender e não dar ensejo à formação de outras de igual espécie má, ou seja, pode cuidar de manter limpo o seu íntimo, deixando a “casa varrida e ornamentada”. Contudo, aquela primeira configuração má só será extinta quando retornar a ela, robustecida em sua espécie básica, evidenciando-se através de algum efeito recíproco correspondente a esse carma ruim, com o que somente então a culpa será efetivamente remida. O retorno da configuração má, que se evidencia por um mau efeito na reciprocidade, em grau maior ou menor segundo o

âmbito da pessoa por ocasião desse retorno, traz o perdão do pecado cometido outrora, quando o ser humano em questão reconhece como justo o que lhe atinge e conseqüentemente modifica sua sintonia interior naquilo que ainda é necessário.

Que a simples intenção má já é mesmo um pecado, através do fenômeno acima descrito, fica patente nessa advertência de Jesus:

“Ouvistes o que foi dito: Não adulterarás. Eu, porém, vos digo: Qualquer um que olhar para uma mulher com intenção impura, no coração já adulterou com ela.”

(Mt5:27,28)

Ou seja: com a vontade intuitiva da cobiça o pecado já foi cometido, portanto também já pôs em marcha as engrenagens das leis naturais, as quais cuidarão de trazer de volta ao gerador o respectivo efeito retroativo dessa sua vontade má.

Essa contingência mostra como é inócuo o atual esforço exacerbado de se vivificar o lema: “tudo é puro para os que são puros” (Tt1:15). Primeiro, porque uma pessoa exteriormente considerada pura pelos seus semelhantes pode muito bem ter um coração impuro, emitindo pensamentos imundos, como acontecia com os fariseus. Apenas de uma pessoa verdadeira e intimamente pura, se poderia dizer que “tudo quanto dela *emana* é puro”, mas não que qualquer coisa exterior seja por ela purificada de alguma forma. Em segundo lugar, porque essa sentença da Epístola de Paulo a Tito, caso seja mesmo do apóstolo, deve ser entendida no contexto da época, em que havia uma grande celeuma entre os doutrinadores sobre quais alimentos eram puros e quais não eram, segundo os preceitos judaicos. O livro de Atos conta que o apóstolo Pedro até necessitou de uma visão para lhe mostrar que determinados alimentos, ao contrário do que prescreviam as leis do Judaísmo, não eram impuros (cf. At10:9-16). Não se tratava aí da pureza íntima, do coração, pois essa Paulo defendia enfaticamente, como atesta essa exortação a Timóteo: “Conserva-te puro!” (1Tm5:22).

Essa pureza verdadeira nada tem a ver, portanto, com divergências ritualísticas entre o Cristianismo incipiente e o Judaísmo tradicional, que realmente se evidenciaram logo, já no início do primeiro século da era cristã. Em sua biografia do imperador Claudius, que comandou o Império Romano entre os anos 41 e 54 d.C., o historiador latino Caius Suetonius (69? – 126) narra que em 49 d.C. ele expulsou os judeus de Roma (cf. At18:2) porque estes “viviam em contínuas desavenças por causa de um certo ‘Cresto’ [Cristo]”.

Más intuições e maus pensamentos já formam, portanto, um carma ruim, que terá de se efetivar mais cedo ou mais tarde sobre o gerador. O ser humano tem, sim, a capacidade de *atenuar* um mau efeito retroativo prestes a se abater sobre ele, caso mude sua disposição interior, nunca porém de eliminá-lo antes da sua efetivação. Está em suas mãos estipular o montante a ser pago, mas não extinguir a dívida a ser saldada. Jesus esclareceu esta contingência de uma forma bastante simples e clara:

“Entra em acordo sem demora com o teu adversário, enquanto estás com ele a caminho, para que o adversário não te entregue ao juiz, o juiz ao oficial de justiça, e sejas recolhido à prisão. Em verdade te digo que não sairás dali enquanto não pagares até o último centavo.”

(Mt5:25,26)

Pagar até o último centavo... Pagar até o último centavo! Como, depois dessas palavras, pode um cristão supor que uma outra pessoa, talvez até muito mais

sobrecarregada de culpa do que ele, tenha o poder de lhe perdoar os pecados?... “Cada qual tem de carregar seu próprio fardo” (Gl6:5), avisa Paulo. Só sairemos da prisão para a liberdade após pagar o último centavo, só deixaremos a matéria rumo ao reino espiritual depois de resgatar dentro dela todas as nossas culpas. Progredimos quando reconhecemos a causa do nosso pesado fardo de sofrimento, mas nenhum centavo⁴ nos poderá ser perdoado arbitrariamente.

Quero novamente citar aqui um trecho da Mensagem do Graal de Abdruschin, dissertação “Desperta!”:

“É tolice falar de golpes do destino ou provações. Cada luta e cada sofrimento é *progresso*. Com isso o ser humano terá ensejo de anular sombras de culpas anteriores, pois nenhum centavo pode ser perdoado para cada um, porque o circular de leis eternas no Universo é também aqui inexorável, leis nas quais se revela a vontade criadora do Pai, que assim nos perdoa e desfaz todas as trevas.”

O perdão advém pelo reconhecimento do erro, quando do retorno da reciprocidade. Através de Suas Leis auto-atuantes na Criação, “o Senhor, Deus misericordioso e clemente, conserva a misericórdia por mil gerações e perdoa culpas, rebeldias e pecados, *mas não deixa nada impune*” (Ex34:6,7). Ele, pois, não deixa nada impune! Nada!

A idéia de um perdão fácil e imerecido dos pecados só pôde medrar mais uma vez da nefasta, da funesta ilusão da “salvação pela graça”. Tal engodo concede aos ludibriados a falsa segurança de já estarem salvos, apenas porque crêem no Senhor Jesus e no sacrifício da cruz. Na verdade, esse tipo de Cristianismo não lhes concede a libertação do pecado como imaginam, mas sim a liberdade de pecar. Sabem que não devem pecar, mas, como já estão salvos, no caso de caírem de novo em alguma tentação e pecarem... paciência! Basta que se penitenciem de algum modo para que no mesmo instante seu hodômetro de vida pecaminosa retorne novamente a zero, e assim, felizes da vida, mais uma vez... vida nova! Até o próximo pecado... Falácia nefanda! Isso é que é! Todos estes que se julgam purificados pelo sangue na cruz terão de prestar contas um dia por tamanha arrogância e insensatez. Sua fé cega nos textos bíblicos e nas interpretações torcidas das palavras de Jesus de nada lhes valerão naquela hora.

Quantos desses fiéis se têm na conta de muito vigilantes, prontos a refutar qualquer um que tente desviá-los da Palavra da Bíblia, sem perceberem que já estão todos completamente desviados de seu próprio Criador, justamente por considerarem tantos desses escritos lotados de erros como sendo a mais pura Palavra Sagrada. Algo mais trágico não pode haver. Eles partem da premissa, por eles mesmos elaborada, de ter nas mãos a própria Palavra de Deus, e deduzem daí que o Onipotente sempre a protegeu contra toda e qualquer falha. Então me digam quem se alegraria com esse pensamento: o Altíssimo Criador dos Mundos ou Satanás?... Qual deles exultaria em ver o ser humano se agarrar a conceitos torcidos e defendê-los cegamente, com unhas e dentes, com a própria vida se preciso for?... Qual deles sempre procurou fazer a criatura humana afundar no erro e na ilusão, para que se perdesse por toda a eternidade?... Esses fiéis de raciocínio sabem que Satanás é astuto, pois vivem fazendo alarde disso e advertindo seus semelhantes com

⁴ O centavo mencionado por Mateus é o *lepto* grego, uma moeda fina e minúscula, com diâmetro de um centímetro e peso pouco maior que uma grama.

pausadas palavras, proferidas gravemente à meia-voz. Só não sabem quão astuto ele é na verdade, a ponto de já tê-los enredado por inteiro nas teias da mentira e extinguido seus brios para sempre.

Quando maus, a vontade intuitiva e os pensamentos já constituem pecados, assim como naturalmente as ações más visíveis na matéria. E as palavras? Também estas põem em movimento forças na Criação, desencadeando a respectiva reciprocidade: boa, se forem belas e construtivas; má, se visarem a destruição. Por isso, um sábio de origem árabe, muito sábio mesmo, deixou registradas essas palavras: “Senhor, fazei com que minhas palavras sejam de mel, porque sei que terei de engoli-las de volta.”

Daí também a advertência tão clara: “Quem quer amar a vida e ver dias felizes, refreie a sua língua do mal e evite que os seus lábios falem dolosamente” (1Pe3:10), visto que “a língua do homem pode causar sua ruína” (Eclo5:13), porque a língua má é “mal incontido, carregado de veneno mortífero” (Tg3:8). Assim é que ambos, “morte e vida estão no poder da língua; quem sabe usá-la comerá de seus frutos” (Pv18:21). O rei Davi já sabia que as palavras más acarretariam o justo castigo na reciprocidade: “Serão levados a tropeçar; a própria língua se voltará contra eles” (Sl64:9). Tiago também advertiu que “a língua, pequeno órgão, está situada entre os membros de nosso corpo e contamina o corpo inteiro” (Tg3:5,6). Para ele, a atuação da palavra humana era comparável a “um pequeníssimo leme capaz de governar um grande navio” (Tg3:4,5), tão importante ela é na formação do destino humano na Terra.

No Apocalipse está dito que da boca da besta e do falso profeta sairão “espíritos imundos em forma de rãs” (Ap16:13), e que “estes são espíritos demoníacos *com poder de realizar prodígios*” (Ap16:14). Isso significa que, no tempo do fim, os falsos profetas farão *prodígios* com as palavras que saírem de suas bocas, com auxílio do raciocínio hipercultivado (a besta) de todos eles. Deixo ao leitor concluir se isso está ou não a ocorrer nos dias de hoje.

Sobre a importância, infelizmente pouco reconhecida, das palavras proferidas, diz Abdruschin em Na Luz da Verdade, dissertação “A Palavra Humana”:

“As palavras que formais, as frases, moldam vosso destino exterior sobre a Terra. São como sementeiras num jardim que cultivais em redor de vós, pois cada palavra humana pertence ao mais vivo que vós podeis fazer em vosso favor nesta Criação.”

Muitas vezes é o tom que dá valor às palavras, mais até do que seu sentido. Palavras ríspidas podem ferir literalmente a alma daquele que é atingido por elas, através do ódio que as conduz: “a língua falsa odeia os que ela *fere*” (Pv26:28), ao passo que “palavras gentis são um favo de mel, doçura para a alma e saúde para o corpo” (Pv16:24). A esse respeito, Paulo exortou os Colossenses a conservarem sua palavra “sempre agradável” (Cl4:6) e foi ainda mais incisivo com os Efésios: “Não saia da vossa boca nenhuma palavra torpe, e sim unicamente a que for boa para edificação, conforme a necessidade, e assim transmita graça aos que ouvem” (Ef4:29).

Gostaria de citar um sábio ditado que nós, ocidentais, conhecemos muito bem mas que não damos o devido apreço: “O homem é senhor das palavras que não diz e escravo das que profere.” Que sabedoria encerra essa frase!...

E mais uma vez quero emendar aqui um outro ensinamento antigo, que nos diz que a palavra humana, antes de ser proferida, necessita passar por três portais. No *primeiro*

portal, um guardião pergunta se aquela palavra é verdade; se for, permite que prossiga. No segundo portal, um outro guardião pergunta se deve ser proferida; confirmada essa necessidade, a palavra tem acesso livre até o terceiro e último portal. Chegando lá, o respectivo guardião pergunta se está na hora de dizer. Sendo aquele o momento certo de enunciá-la, então a palavra está liberada para finalmente sair da boca do ser humano. Depois de ter passado pelos três portais, a palavra humana só poderá trazer bênçãos onde pousar. Todas as nossas palavras deveriam passar por esses três portais! Para quem deixou a Verdade da Palavra de Deus frutificar dentro de si, isso acontece sempre, de modo automático, sem necessidade de demoradas ponderações prévias. Sobre a passagem pelo terceiro portal, a Bíblia nos dá a seguinte imagem: “Como maçãs de ouro em salvas de prata, assim é a palavra dita a seu tempo” (Pv25:11).

A vontade intuitiva má, o coração mau de um ser humano, dá ensejo não somente a maus pensamentos, mas também a palavras más. São três tipos distintos de culpa, que terão de ser resgatados de uma maneira ou de outra pelo autor. Apesar de as palavras poderem ser consideradas como um tipo de ação, no início do Cristianismo os teólogos Tertuliano e Orígenes já faziam uma distinção entre pecados de pensamento, de palavra e de atuação. As palavras testemunham de uma maneira terrenamente perceptível aquilo que vai dentro do íntimo da respectiva pessoa, o que reside em seu coração. A imagem que Jesus deu desse processo é a seguinte:

“O homem bom, do bom tesouro do coração tira o bem, e o mau, do mau tesouro tira o mal; porque a boca fala do que está cheio o coração.”

(Lc6:45)

Também o falar irrefletido, o tagarelar, constitui um abuso da dádiva de formar palavras; por isso, cada homem deve “ser pronto no ouvir e tardio no falar” (Tg1:19), pois “no falar excessivo não falta o pecado” (Pv10:19). Falar em demasia nunca foi boa coisa, e disso se apartam os sábios: “Na boca dos tolos se encontra o seu coração; no coração dos sábios se encontra a sua boca” (Eclo21:26). Em tempos remotos já havia uma advertência muito séria para se manter a boca fechada: “Faze também para tua boca porta e ferrolho” (Eclo 28:25). O sábio rei Davi chegou a pedir ao Senhor que vigiasse a porta dos seus lábios, e jurou para si mesmo guardar a boca com mordança, para não acontecer de pecar com a língua: “Põe, Senhor, uma guarda à minha boca, uma sentinela à porta dos meus lábios. (...) Vou guardar meu caminho para não pecar com a língua; vou guardar minha boca com mordança” (Sl141:3;39:1). No que, aliás, fez ele muito bem, pois “quem guarda a boca e a língua preserva das angústias sua alma” (Pv21:23). Na segunda carta que recebeu de Paulo, Timóteo também é advertido a respeito: “Evita igualmente os falatórios inúteis e profanos, pois os que deles usam passarão à impiedade ainda maior” (2Tm2:16). Por fim, pode-se constatar facilmente que só “aquele que detesta a tagarelice escapa do mal” (Eclo19:6).

Não é, pois, nenhum acaso o fato de um tagarela não gozar de confiança, pois sente-se nitidamente que nada de bom pode advir de alguém sempre pronto a falar: “Vês alguém sempre pronto para falar? Há mais coisas a esperar de um insensato do que dele” (Pv29:20). O bispo Pápias, do século II, dizia que “não se deleitava com os que têm muito a dizer, mas com aqueles que ensinam a verdade”.

Assim como tudo quanto é errado, o falar leviano acarreta igualmente conseqüências danosas. Semelhante desleixo constitui um dos muitos pendores que sobrecarregam a alma

humana, isto é, algo que fica realmente “dependurado” na alma, e que a faz afundar por efeito da Lei da Gravidade Espiritual. Foi para evitar essa situação tão grave, que Jesus alertou:

“Seja, porém, a tua fala: sim, sim; não, não. O que disto passar vem do maligno.”

(Mt5:37)

Tiago repetiu enfaticamente essa mesma advertência à sua comunidade: “Que o vosso sim seja sim e que o vosso não seja não, para não incorrerdes em condenação” (Tg5:12). Em *condenação*, adverte Tiago... Jesus também advertira que as conseqüências do falar leviano teriam de ser arcadas integralmente pelo autor, visto tratar-se de uma culpa que reclama resgate de algum modo, como qualquer outro tipo de pecado:

“Digo-vos que toda a palavra frívola que proferirem os homens, dela darão conta no Dia do Juízo.”

(Mt12:36)

Por aí já se vê como é errado e danoso o linguajar estéril dos jovens dos nossos dias, constituído quase que exclusivamente de gírias e monossílabos, praticamente demandando um intérprete para se poder entendê-los.

Nisso se insere também a necessidade de se conservar a integridade do idioma, dada sua importância no destino dos povos. É verdade que o idioma não é fixo, mas sua mobilidade tem de ser guiada exclusivamente no sentido ascendente, e não voltada para uma pretensa simplificação, que nada mais é do que um enfraquecimento. Ser simples não é ser simplista nem simplório, mas sim ser claro. O surgimento de dialetos numa nação é um sinal muito grave de enfraquecimento do idioma, com conseqüências nefastas para o povo inteiro.

Os alemães sabem muito bem o que isso significa. Pouco antes de Martinho Lutero lançar sua Bíblia, em 1522, a Alemanha encontrava-se ameaçada de cisão territorial como conseqüência do uso de pelo menos cinco dialetos. O Novo Testamento achava-se impresso em catorze versões diferentes. Lutero recusou a idéia de lançar sua Bíblia num dos dialetos videntes, ou mesmo nalgum pobre alemão. Preferiu a forma íntegra e rica da antiga língua alemã, obrigando o povo a ler a Bíblia em seu idioma verdadeiro. Ele queria que todos os alemães compreendessem muito bem a sua Bíblia, pois acreditava que os cristãos não precisavam de nenhuma mediação da Igreja, e para tanto usou “*o modelo da chancelaria da Saxônia seguido por todos os reis e príncipes da Alemanha.*” Os alemães tiveram de estudar novamente o alemão para lê-la, e com isso deixaram de lado os dialetos com sua linguagem inexpressiva. O resultado foi que a Bíblia de Lutero, cuja primeira edição data de 1534, acabou contribuindo para manter a pátria alemã unificada. O professor Hans Störig, do Instituto Lexicográfico de Munique, explica que apesar de Lutero não ter tido intenção de ditar normas lingüísticas para seu povo, a divulgação de sua Bíblia acabou atuando fortemente nesse sentido. Posteriormente, o grande escritor Goethe aperfeiçoou ainda mais o idioma germânico, retirando arcaísmos e infundindo valiosos neologismos, a ponto de a língua alemã ser conhecida hoje como “a língua de Goethe”. Hans Störig diz que quem ler as obras de Goethe “encontrará nelas o alemão em sua forma mais elevada, em sua mais bem sucedida síntese de liberdade, profundidade de pensamento e arte da língua.”

Desse modo, o idioma alemão foi não apenas protegido e preservado, mas ainda conheceu uma evolução extraordinária nos últimos séculos. Isso deveria constituir um

exemplo para todos nós. Cada povo deveria procurar fazer o mesmo com seu idioma pátrio, cuidando de utilizar a língua materna na sua forma correta. A negligência nisso redundaria num tipo específico de pecado, relativo ao modo negligente de falar e de se exprimir as idéias, que tende a piorar cada vez mais com o tempo.

Todo pecado continuamente alimentado, seja de que tipo for, acaba se transformando num pendor. Pela condensação advinda da atração da espécie igual, o pendor aderido à alma se robustece cada vez mais e passa a influenciar poderosamente o respectivo ser humano, levando-o com freqüência a cometer seguidamente a mesma falta. Um círculo vicioso, cujo fim é o descalabro total. Um tal fustigado pecador apresenta seu livre-arbítrio *atado pelo pendor*, porque sua vontade seguirá sempre naquela mesma presumível direção errada, escrava que está dessa forte tendência para mal, a qual foi alimentada e cultivada por ele mesmo. Seu livre-arbítrio se encontra, pois, completamente tolhido, escravizado, incapaz de cumprir sua função no desenvolvimento ascensional do espírito. Assim é que “o pecado que habita dentro do homem faz o mal que ele não quer” (Rm7:20), de sorte que, conforme Jesus já advertira, “quem comete pecado se torna escravo do pecado” (Jo8:34). A respectiva pessoa pode até reconhecer seu erro: “reconheço a minha iniquidade e meu pecado está sempre diante de mim” (Sl51:5), mas continua agindo da mesma maneira errada. Passa, por conseguinte, a agir *conscientemente* de maneira errada, o que evidentemente constitui um fator complicador da sua situação: o dolo.

A pessoa em questão só ficará livre dessa influência maléfica e estorvante da vontade, quando o pendor for radicalmente extinto de sua alma, e não apenas amortecido por mera vontade mental. A bem-intencionada vontade mental não é capaz de fazer mais do que cortar uma das cabeças dessa poderosa Hidra de Lerna do pendor, a qual inevitavelmente renascerá com todo o vigor na primeira oportunidade gerada por uma tentação qualquer.

Se a respectiva pessoa não se livrar totalmente do pendor a ela aderido, então acontece de esse pendor arrastá-la para baixo quando deixar a matéria grosseira, por efeito da Lei da Gravidade, sendo-lhe então muito mais difícil conseguir a libertação. Pendor é algo que realmente *pende* na alma e a puxa para baixo, devido à sua constituição mais escura e mais densa. Fora da Terra de matéria grosseira não existe mais o corpo físico retardando os efeitos recíprocos, mas sim tudo se torna imediatamente vivência, de acordo com o estado da alma. Por isso, é extremamente difícil nessas circunstâncias livrar-se de um pendor a ela aderido. A alma ficará retida em regiões inferiores, consentâneas à sua igual espécie, até ser arrastada ao círculo da decomposição de tudo quanto se mostra inútil na Criação. A culpa de um destino assim tão trágico é, evidentemente, do próprio espírito humano: “As próprias iniquidades enredarão o ímpio, que será preso pelos laços de seus próprios pecados. Ele morrerá, porque não observou a disciplina, iludido por sua imensa estupidez” (Pv5:22,23).

No Antigo Testamento, a culpa como responsabilidade diante do Criador é expressa pelo termo hebraico *'asham*, cujo significado literal é “responsabilidade que permanece até a culpa ser removida”. Unicamente uma firme *vontade espiritual*, uma vontade interior ardente para o bem, e sobretudo *perseverante*, pode extirpar de uma vez por todas as sete cabeças dessa aparentemente invencível serpente do pendor e, com isso, remover a culpa em definitivo. Só tem valor a vontade de quem tem vontade!... A vontade espiritual permanente no sentido do bem elimina *pouco a pouco* os pendores terrenos ou da carne, livrando o indivíduo das regiões da condenação e fazendo-o ascender espiritualmente, o que, por fim, redundará na obtenção da vida eterna, objetivo último do espírito humano: “Quem semeia para a carne colherá o que produz a carne: a corrupção; quem semear para o

espírito colherá o que produz o espírito: a vida eterna” (Gl6:8); “Se viverdes de modo carnal morrereis; mas se, pelo espírito, fizerdes morrer o vosso comportamento carnal, vivereis. (...) O pendor da carne dá para a morte, mas o do espírito para a vida e a paz” (Rm8:13,6). Contudo, quem não se der a esse trabalho, de pender para o espírito, já se sobrecarrega com uma nova culpa, pois “aquele que sabe que deve fazer o bem e não o faz, nisso está pecando” (Tg4:17).

Para eliminação dos pendores pecaminosos contribuem justamente os dolorosos efeitos retroativos deles decorrentes, que desse modo estimulam a pessoa atingida a mudar radicalmente a sintonização de seu íntimo, para que não volte a pecar. O efetivo perdão dos pecados se dá, pois, pelo desencadeamento da reciprocidade, quando a pessoa recebe o retorno de sua atuação errada, reconhecendo como justo esse efeito retroativo e tomando a inabalável resolução de não agir mais daquela maneira. A partir daí sua vida se tornará de fato *im-pecável*, isto é, sem pecados.

As pessoas que no tempo de Jesus ouviram dele: “Teus pecados estão perdoados!” haviam mudado de tal sorte sua sintonização interior, devido a uma vivência especialmente marcante com o Mestre, que com isso ficava consolidada a certeza de que nunca mais tornariam a cair nos mesmos erros, ou seja, de que não pecariam mais. Elas passavam a viver daí por diante em estrita obediência aos ensinamentos de Jesus, aos seus mandamentos, e com isso os pecados ficavam efetivamente perdoados. Essa é a verdadeira *graça*, propriamente dita, que existe nesse processo automático e natural de perdão dos pecados. O termo “graça”, em seu sentido legítimo, tem o significado de “recompensa”, conforme Lucas faz uso nesse exemplo: “Se emprestais àqueles de quem esperais receber, qual é a vossa *recompensa*?” (Lc6:34)

Foi esse processo que atingiu aquela mulher pecadora que, ao saber que Jesus estava sentado à mesa na casa do fariseu Simão, foi até lá levando um vaso de alabastro com unguento e “estando por detrás, aos seus pés, chorando, regava-os com suas lágrimas e os enxugava com os próprios cabelos, e beijava-lhes os pés e os ungiu com o unguento” (Lc7:38). Depois de explicar ao fariseu o valor do perdão, Jesus disse: “perdoados lhe são os seus pecados [da mulher], porque *ela muito amou*; mas aquele a quem pouco se perdoa, pouco ama” (Lc7:47). A mulher mostrou que realmente amava Jesus, a Palavra encarnada, de modo que estava pronta a observar integralmente seus mandamentos, condição indispensável para obtenção do perdão dos pecados. O amor por ela demonstrado é *a razão* de seu perdão. Jesus esclarece novamente o significado desse amor da mulher nessas passagens dirigidas aos discípulos:

“Se me amais, guardareis os meus mandamentos. (...) Aquele que tem os meus mandamentos e os guarda, esse é o que me ama; e aquele que me ama será amado por meu Pai, e eu também o amarei e me manifestarei a ele. (...) Se alguém me ama, guardará a minha Palavra; e meu Pai o amará, e viremos para ele e faremos nele morada. Quem não me ama não guarda as minhas palavras; e a Palavra que estais ouvindo não é minha, mas do Pai que me enviou.”

(Jo14:15,21,23,24)

Guardar os mandamentos de Jesus, ou guardar sua Palavra, outra coisa não significa senão agir em tudo de acordo com esses mandamentos, em todo o querer, pensar, falar e atuar. Isso é demonstrar amor por Jesus.

Aquelas vivências marcantes com Jesus, que propiciavam uma mudança tão radical na vida das pessoas, naturalmente ocorriam também nos casos de milagres. Contudo, se

apesar disso elas eventualmente tornassem a pecar no futuro, teriam então de arcar com as conseqüências dessas suas más ações renovadas, como ocorre com qualquer outra pessoa, visto que “os que se deixam enredar de novo e são vencidos, torna-se o seu último estado pior que o primeiro” (2Pe2:20). Foi justamente um alerta desse tipo que Jesus deu àquele homem que acabara de curar de uma enfermidade que já durava 38 anos:

“Olha que já estás curado; não peques mais, para que não te suceda coisa pior.”

(Jo5:14)

Fica claro que o homem padecia daquele mal por culpa própria, assim como acontece com toda doença que aflige o ser humano. Por isso, se ele voltasse a pecar, *coisa pior ainda lhe sucederia*, através de um novo mau efeito decorrente da Lei da Reciprocidade. Daí a exortação para que ele não pecasse mais, sábia atitude de quem ouve e aceita palavras de sabedoria. O livro de Provérbios já diz que as palavras de sabedoria são “vida para quem as encontra e saúde para todo o corpo” (Pv4:22). A relação direta entre doença e pecado também fica patente no caso daquele paraplégico de Cafarnaum, que somente após a garantia de remissão dos seus pecados pôde ser curado e cumprir a ordem de Jesus: “Levanta-te, pega a tua maca e vai para casa!” (Mc2:11). Tiago também estabelece uma relação entre pecado e doença (cf. Tg5:15). Aliás, a relação pecado/doença já era bem conhecida dos povos antigos, pois o livro de Provérbios também ensina a “afastar-se do mal para ter um corpo com saúde” (cf. Pv3:7,8).

Com base nisso, como poderíamos explicar o caso de crianças que já nascem com alguma enfermidade grave?... Só a reencarnação mantém tudo no lugar e não afronta a Justiça divina. A severa lei mosaica também mostra que as moléstias decorrem da desobediência aos preceitos do Senhor: “Se não puserdes em prática todos esses Mandamentos, se rejeitardes as Minhas leis e detestardes os Meus decretos, recusando-vos a pôr em prática todos os Meus Mandamentos, então eis o que vos farei de Minha parte: porei sobre vós o terror, a tísica e a febre que enfraquecem a vista e minam a saúde” (Lv26:14-16).

Doenças são *sempre* decorrências de um modo errado de vida. Segundo a escritora Roselis von Sass, o povo Inca não conhecia doenças, tendo permanecido sempre livre do sofrimento causado por moléstias. Acontece que eles também não conheciam a mentira. Não havia sequer uma palavra na língua deles para designar o conceito de mentira... Doenças especialmente graves surgiram com a doutrina mentirosa de Baal. Em sua obra O Livro do Juízo Final, a mesma autora informa: “Quando há sete mil anos, no país conhecido como ‘Babilônia’, o luciferiano ‘culto de Baal’ alastrava-se como uma epidemia, surgiram após curto tempo doenças, doenças até então desconhecidas, alarmando os sacerdotes e respectivos adeptos, deixando-os amedrontados e apavorados.”

Que as doenças estão sempre associadas a uma atuação prévia contrária às leis naturais, já se sabia também pelo antigo livro das Lamentações, do século VI a.C.: “Oh, infelizes de nós, pecamos! Eis porque todo o nosso ser está doente, eis porque nossos olhos estão entenebrecidos” (Lm5:16,17). O próprio rei Davi também sabia que sua saúde abalada era conseqüência do pecado: “Pelo teu furor nada em mim é são, nada intacto nos meus ossos, por causa do meu pecado. (...) Eu dizia: ‘Yahweh, tem piedade de mim! Cura-me, porque eu pequei contra ti!’” (Sl38:4;41:5).

O pecado gera a doença, por efeito da Lei da Reciprocidade – agente da Justiça divina e derivada da Lei do Amor, que tudo abrange e tudo impulsiona para o bem. Por isso, não

podemos esquecer nunca que o Amor divino é inseparável da Justiça divina. Um não existe sem o outro, ou melhor, um não age sem o outro. São na realidade uma só coisa na atuação. O ensinamento básico do Judaísmo, de que o que vale é agir de acordo com a Vontade divina, não foi derrubado pelo Filho de Deus, ao contrário. Ele sempre insistiu para que os seres humanos agissem em conformidade com a Vontade do Pai. O próprio Jesus fez várias vezes referências a tudo “que está escrito” (cf. Mt4:4,7,10;11:10;21:13; Mc9:13;14:27; Lc4:4). Sua Mensagem de Amor não tinha o propósito de derrubar as leis, mas sim esclarecer o que estava certo aos olhos do Senhor e o que fora apenas moldado pelo raciocínio humano. Ele fez isso para que essas leis se tornassem uma base sólida para a efetivação do Amor de Deus.

Por isso, também é falsa a crença num Amor divino dissociado da Justiça incorruptível. É uma ilusão desmedida imaginar que o Criador tudo tolera dos seres humanos porque Sua misericórdia é infinita. O perdão de Deus reside unicamente nos efeitos automáticos das leis que regem a Criação, instituídas através de Sua Vontade perfeita. Se uma criatura comete um pecado, isto é, se age contra as determinações do seu Criador, seja através de pensamentos, palavras ou atos, ela insere na Criação algo mau, que de acordo com a Lei da Reciprocidade terá de retornar para ela mesma. Tempo e espaço aí não representam nenhum papel, porque “o Senhor julga até os confins da Terra” (1Sm2:10). Poderá ter agido mal numa vida anterior e mesmo num outro país. Aquilo que fez de errado em algum ponto de sua existência retorna a ela infalivelmente.

Em lugar algum da Criação pode uma criatura se ocultar da Justiça divina. Mesmo que ela tivesse as asas da aurora, a mão do Senhor a alcançaria: “Senhor, tu me examinas e me conheces. Para onde irei, longe do Teu Espírito? Para onde fugirei da Tua presença? Se subo ao céu, lá estás, se desço ao abismo, aí Te encontro. Se utilizo as asas da aurora para ir morar nos confins do mar, também lá Tua mão me guia” (Sl139:1,7-10).

A expressão “asas da aurora” é primorosa para indicar a infalível atuação da Justiça divina. Sempre é aurora em algum lugar da Terra, de modo que se uma pessoa tivesse as asas da aurora poderia estar num local diferente a cada momento. Mas, mesmo que isso fosse possível, a mão justa do Senhor a alcançaria, pois a Justiça perfeita não é limitada pelo espaço e tempo.

A mão do Senhor sempre atinge a criatura em algum ponto de sua existência, guiando e protegendo, ou golpeando e esmagando, conforme o próprio procedimento dela: “A mão de nosso Deus protege todos os que O procuram, mas Seu poder e Sua Ira pesam sobre todos os que O abandonam” (Esd8:22). Abandonar o Senhor Deus outra coisa não é senão agir de modo contrário à Sua Vontade, inserida nas leis naturais, o que sempre acarreta ao transgressor um efeito danoso na reciprocidade: “Se, porém, não Lhe obedecerdes, mas vos revoltardes contra Sua Vontade, então a mão do Senhor pesará sobre vós e sobre o vosso rei, e vos esmagará” (1Sm12:15). Josafá, rei de Judá, também havia chegado a esse reconhecimento: “Na Tua mão está a força e o poder, e não há quem te possa resistir” (2Cr20:6). Através do profeta Jeremias vem mais essa indicação da mão justa do Senhor atuando na reciprocidade: “Desta vez darei a conhecer Minha mão, Minha força; hão de aprender que meu nome é Yahweh” (Jr16:21).

Contudo, se uma pessoa assim duramente atingida no retorno da reciprocidade, reconhecer como justo o golpe que recebeu e procurar daí em diante agir de modo diferente, então ela estará perdoada aos olhos do Criador, pois remiu o erro de outrora. Recebe exatamente aquilo que urdiu para os outros e, ao reconhecer e corrigir seu erro,

encontra-se novamente livre, limpa, totalmente liberta do pecado, podendo então prosseguir em seu caminho de desenvolvimento espiritual.

Justiça e Amor! As duas forças impulsionadoras de vida na Criação, e ao mesmo tempo os dois frutos decorrentes das leis auto-atuantes dentro dela, representadas pela imagem bíblica do poder nas mãos do Onipotente, que tudo impelem para o desenvolvimento: “Em Tuas mãos estão o poder e a força; em Tuas mãos o poder de elevar tudo e firmar tudo” (1Cr29:12).

Chegamos agora, nesse nosso apanhado sobre o pecado, a um ponto que tem originado imensa controvérsia e verdadeiro pânico entre os cristãos: o pecado contra o Espírito Santo. No Evangelho segundo Mateus, encontramos a seguinte declaração de Jesus:

“Todo pecado e blasfêmia serão perdoados aos homens, mas a blasfêmia contra o Espírito Santo não será perdoada. Se alguém proferir alguma palavra contra o Espírito Santo não lhe será isso perdoado, nem neste mundo nem no porvir.”

(Mt12:31-32)

A purificação propriamente dita de uma alma humana após a morte se dá no vivenciar de tudo quanto ela gerou através de suas ações, pensamentos e intuições aqui na Terra. Seu intuir, pensar e agir formam os locais por onde terá de peregrinar nos planos iniciais do Além, antes de poder ascender a mundos mais elevados. Desse modo, é a própria pessoa que forma as condições de sua vida futura após a morte. Ela própria cria, para si mesma, um lugar aprazível ou um verdadeiro inferno, dependendo da espécie de seus pensamentos e ações durante a vida terrena.

O próprio inferno, portanto, é uma realidade, sendo para lá levadas as criaturas cujas intuições na Terra já conduziam para o inferno. Também é natural que essa região se encontre “nas profundezas” (cf. Is14:9), pois só nas profundezas o inferno pode estar, em decorrência da Lei da Gravidade. Contudo, o inferno não é nenhuma instituição divina, mas tão-só uma edificação dos próprios seres humanos. Se lemos que “no sétimo dia Deus concluiu *toda a obra* que tinha feito” (Gn2:2), então fica claro que o inferno não foi criado por Ele, já que não fazia parte de Sua obra original.

Mas voltemos ao pecado contra o Espírito Santo. O trecho correspondente no Evangelho de Marcos é ainda mais incisivo que no de Mateus:

“Em verdade vos digo que tudo será perdoado aos filhos dos homens: os pecados e as blasfêmias que proferirem. Mas aquele que blasfemar contra o Espírito Santo não tem perdão para sempre, visto que é réu de pecado eterno.”

(Mc3:28,29)

A esse respeito, Abdruschin fornece a seguinte explicação em sua obra Na Luz da Verdade, dissertação “Deus”:

“O ‘Espírito Santo’ é a Vontade de Deus-Pai, o Espírito da Verdade, que, apartado Dele, atua separadamente em toda a Criação e que, apesar disso, na qualidade de Filho, como também o Amor, ainda permaneceu estreitamente ligado com Ele, uno com Ele.

As leis férreas na Criação, que atravessam todo o Universo como uma rede de nervos, ocasionando a absoluta reciprocidade, o destino do ser

humano ou seu carma são... do ‘Espírito Santo’, ou mais explicitamente: de seu atuar!

Por isso disse o Salvador que ninguém se atreveria a pecar contra o Espírito Santo impunemente, porque, segundo a inexorável e inalterável reciprocidade, a retribuição retorna ao autor, ao ponto de partida, seja coisa boa ou má.”

O ser humano é um fruto da Criação e, como tal, está sujeito às leis que perpassam e sustentam essa obra, as quais foram instituídas pela *Vontade* do Criador, o Espírito Santo. A Criação é, sim, uma *obra* do Espírito, mas não uma parte dele próprio. O Espírito Santo Criador permaneceu inteiramente *fora* da Criação, ou *sobre* a obra, conforme atestado no Gênesis: “A Terra estava deserta e vazia, as trevas cobriam o abismo e o Espírito de Deus pairava *sobre* as águas” (Gn1:2). O Espírito Santo não se encontrava, portanto, dentro da Criação, e sim fora dela.

O que está inserido dentro da obra da Criação são as leis que a governam, estabelecidas pelo Todo-Poderoso desde o início dos tempos. Leis perenes, imutáveis, indissolúvelmente entretidas na sentença “Faça-se a Luz!” (Gn1:3)⁵, não admitindo a mínima alteração, conforme nitidamente indicado no modo de atuação da Palavra do Senhor: “Da Minha boca saiu o que é justo, e a *Minha Palavra não tornará atrás*” (Is45:23). Essa imutabilidade da Palavra divina também foi anunciada por Jesus, que era a própria Palavra de Deus encarnada:

“Passarão o céu e a Terra, porém as minhas palavras não passarão.”

(Mt24:35; Mc13:31; Lc21:33)

O ser humano pode conseguir o perdão de seus pecados por meio da atuação automática de uma dessas leis universais, a Lei da Reciprocidade, que como já esclarecido faz retornar a ele exatamente o que desejou ou fez para os seus semelhantes. Tão-somente assim ele obterá a remissão de sua falta, não antes, pois “o justo não poderá viver pela sua justiça no dia em que pecar” (Ez33:12). Com esse resgate fica ele efetivamente libertado da culpa, portanto perdoado, *desde que reconheça como errada a sua atuação de outrora e o justo efeito cármico daí decorrente*, o que o leva a esforçar-se em melhorar continuamente como espírito humano. É com esse sentido do reconhecimento do erro e da conseqüente mudança interior, como pré-requisitos para o perdão dos pecados, que Pedro exortou aos israelitas: “Arrependei-vos, portanto, e *convertei-vos*, para que os vossos pecados sejam apagados” (At3:19).

Para aquele que conhece as leis da Criação não é difícil imaginar a espécie de sua atuação de outrora, pois não pode receber nada diferente do que foi gerado. Através daquilo que o atinge, ele consegue então reconhecer o seu próprio atuar, e ao reconhecê-lo e firmar propósito de não mais agir daquela maneira (se o que o atingiu foi algo ruim) ele se desliga daquele efeito retroativo e está livre da culpa. Está perdoado de sua falta.

Já aquele ser humano que não tem boa vontade, que no seu âmago mais profundo não se esforça em melhorar e com isso ascender espiritualmente, demonstra não haver se

⁵ Ao leitor que desejar conhecer o universo contido nessa frase indica-se a dissertação “Faça-se a Luz!”, no terceiro volume da obra Na Luz da Verdade, de Abdruschin. Tornar-se-lhe-á claro aí o alcance da sentença: “Ele falou e tudo se fez, ordenou e tudo começou a existir” (Sl33:9), e também porque o Filho do Homem é chamado no livro do Apocalipse de “o Princípio da Criação de Deus” (Ap3:14).

ajustado a essa Lei da Reciprocidade no sentido desejado por Deus. Ao contrário, com seu comportamento inconseqüente ele como que *zomba* dessa lei, e desse modo os efeitos retroativos de suas más ações não podem constituir ao mesmo tempo remissões de suas culpas! Continuarão a atingi-lo dolorosamente, sempre e sempre de novo, sem que com isso possa obter o perdão dos pecados que os originaram. A severa linguagem do Antigo Testamento diz a mesma coisa com essas palavras do Senhor: “Se vos opuserdes a Mim e não quiserdes Me escutar, infligir-vos-ei golpes sete vezes piores, à medida dos vossos pecados” (Lv26:21).

Nenhuma pessoa tem *a priori* o direito de esperar por perdão. Somente depois de cumprir seus deveres para com seu Criador ela pode nutrir a perspectiva de um futuro perdão. Mas para *aquelas* criaturas que não querem de modo diferente, fica reservada a dura lei de talião⁶: “Olho por olho, dente por dente, mão por mão, pé por pé” (Ex21:24). E assim prosseguirá até o Dia do Juízo, quando se tornará evidente a amplitude de todos seus atos malévolos e os maus desígnios de seus corações, que até então procuravam ocultar. Será “no Dia em que Deus vai julgar as intenções e ações ocultas das pessoas” (Rm2:16).

Quem se revolta contra o que o atinge, querendo ver nisso um golpe arbitrário do destino, portanto uma injustiça, não pode remir coisa alguma e continua preso na culpa antiga, além de se sobrecarregar com uma nova. Será, pois, atingido ainda mais duramente no futuro. Sua própria vontade má impede qualquer possibilidade de perdão. É para evitar essa situação que Jesus adverte: “Não oponhais resistência ao mal. Mas, se alguém bater na face direita, oferece-lhe também a outra” (Mt5:39). O sentido não é o de não resistir a uma pessoa má, e sim o de não opor resistência ao mal, isto é, àquilo que de ruim nos atinge na reciprocidade. A expressão “mal” tinha originalmente o significado de *sofrimento*, e é nesse sentido, apenas neste, que não devemos “resistir ao mal”, pois uma tal resistência seria fruto de um inconformismo obstinado, cujo efeito seria justamente a derrota diante do mal, o que deve ser evitado a todo custo: “Não te deixes vencer pelo mal” (Rm12:21). Devemos, ao contrário, mostrarmo-nos prontos a ser lapidados pelos maus efeitos recíprocos, para não dilapidarmos as bênçãos que daí advêm. Não devemos nutrir nenhuma revolta pelo justo sofrimento, para que este não torne a nos alcançar no futuro. Agindo assim, venceremos o mal.

Quem se deixa lapidar pela reciprocidade se constitui no ramo bom da videira, aquele que produz frutos e que é podado sempre que se faz necessário, para fortalecê-lo e deixá-lo produzir cada vez mais frutos:

“Eu sou a verdadeira videira e meu Pai é o agricultor. Todo ramo em mim que não produz fruto Ele o corta, e todo o que produz fruto Ele o poda, para que produza mais fruto ainda.”

(Jo15:1,2)

Já os que se revoltam contra o que os atinge de desagradável na reciprocidade, e não redirecionam sua conduta, se constituem no ramo ruim da videira, que não produz nenhum fruto. São eles os “homens de dura cerviz [nuca rígida], que sempre resistem ao Espírito

⁶ A palavra talião provém do latim *talis*, que significa “tal e qual”. A lei de talião – *lex talionis* – é a “lei da retaliação”, tendo surgido pela primeira vez no Código de Hamurabi, rei da Babilônia por volta de 1750 a.C., portanto vários séculos antes de Moisés. A semelhança entre esse Código e as disposições do livro do Êxodo são tão evidentes, que não há como não concluir que as determinações do livro bíblico derivaram daquele. Já as prescrições sobre o “boi perigoso” (cf. Ex21:35) derivaram de uma coleção de regras babilônicas ainda mais antiga – as Leis de Esnuna.

Santo” (At7:51), isto é, aqueles que se opõem obstinadamente à Justiça divina, que se manifesta através dos efeitos da Lei da Reciprocidade instituída pelo Espírito Santo, a Justiça viva de Deus. Com essa sua deliberada conduta arrogante, permanentemente voltada para o mal e o pecado, uma tal criatura efetivamente *blasfema continuamente contra o Espírito Santo*, que é a própria Justiça de Deus. Estes serão cortados, pois cometeram a maior das faltas, “o pecado que conduz à morte” (1Jo5:16).

A Mensagem de Jesus indicava aos seres humanos como estes tinham de viver para que, nos efeitos da reciprocidade, as suas culpas fossem de fato extintas, ou seja, para que encontrassem o real perdão dos seus pecados. A obtenção desse perdão, porém, requer um esforço pessoal e permanente de melhoria interior, caso contrário a redenção torna-se impossível. Em sua obra *Na Luz da Verdade*, Abdruschin novamente esclarece esse ponto na dissertação “O Salvador”:

“Isto não quer dizer, todavia, que qualquer pessoa, num instante, possa ter quitação de suas culpas individuais, mal acredite realmente nas palavras de Jesus e viva segundo elas. Se, porém, viver segundo as palavras de Jesus, então seus pecados lhe serão perdoados. Contudo, isso só se dará aos poucos, assim que o remate se efetivar, na reciprocidade, através dos esforços da boa vontade. Não de outro modo. Diferentemente, porém, será com aqueles que não vivem segundo as palavras de Jesus, sendo-lhes absolutamente impossível o perdão.”

Conceito de Família

O ser humano terreno é um ente espiritual, uma personalidade individual autônoma. Sua individualidade é o resultado da autoconsciência adquirida por meio de vivências – milhares delas – ao longo de múltiplas vidas terrenas. Assim, ele é o único responsável pelo seu próprio destino dentro da Criação. Com seu modo de ser e atuar, com suas intuições, pensamentos, palavras e ações, ele fornece os fios, belos ou não, com que o tear da Criação, movimentado continuamente pelas leis eternas, tece de modo automático o tapete do seu destino.

Sendo uma personalidade própria, ele não está sujeito a nenhum tipo de hereditariedade espiritual por ocasião da encarnação. O bebê que acaba de chegar numa família já é um ser espiritual autônomo, encarnado num corpo infantil. São múltiplas as contingências que colaboram para a efetivação de uma encarnação, porém jamais poderá haver qualquer transmissão de características espirituais de pai para filho.

A hereditariedade está, de fato, adstrita somente ao *corpo* humano. Exclusivamente a este. Trata-se de uma peculiaridade de ordem material, estritamente física. Características corpóreas e predisposições genéticas podem, sim, ser transmitidas de pai para filho, mas não a personalidade, não o caráter. Tais atributos são exclusivos do espírito humano, angariados por ele mesmo em sua peregrinação pela Criação e, por essa razão, a própria alma já os traz consigo por ocasião da encarnação.

A alma é o invólucro do espírito, assim como o corpo é o invólucro da alma. Se assim não fosse, Paulo não os teria diferenciado tão nitidamente em sua Epístola aos Tessalonicenses, quando os exortou a “conservar espírito, alma e corpo íntegros e

irrepreensíveis” (1Ts5:23), a mesma divisão, aliás, já ensinada antes por Platão, grego como eles. Essa diferenciação, inclusive, aparece tanto no Novo como no Antigo Testamento. Os textos hebraicos do Antigo Testamento fazem uma clara distinção entre *basār* – corpo, *nepeš* – alma e *rúah* – espírito, o mesmo acontecendo com os textos gregos do Novo Testamento: *sōma* – corpo, *psychē* – alma e *pneuma* – espírito. Flávio Josefo (século I) diz em sua *Antiguidades Judaicas* que “Deus colocou no homem alma e espírito”, e o teólogo Orígenes (século III) explica em seus *Primeiros Princípios*, escrito com a idade de 23 anos, que “o homem consiste de corpo, alma e espírito”.

O espírito humano necessita incondicionalmente desses dois invólucros básicos para poder se fazer valer plenamente aqui na matéria. Sem o corpo físico, o invólucro grosso-material mais externo, ele não poderia atuar no ambiente terreno de mesma espécie. É como alguém que desejasse pesquisar o fundo do oceano e conhecer o que se encontra naquele ambiente, situado abaixo dele. Para poder saber o que existe no fundo do mar ele precisa mergulhar até lá. E para tanto não pode simplesmente pular na água, mas sim deverá vestir um macacão apropriado, e por cima desse ainda um escafandro, que é um invólucro adequado para esse tipo de mergulho, bem mais pesado, que lhe permite movimentar-se no ambiente aquático, mais denso que o ar a que está acostumado. Assim, bem aparelhado, ele pode descer até o fundo do mar, caminhar por ali, aprender o que necessitar e, por fim, subir novamente à tona, quando então poderá se despir dos dois invólucros especiais que havia utilizado em sua descida.

Da mesma forma que essas roupagens especiais para mergulho, ambos os invólucros do espírito humano – alma e corpo – também não têm vida autônoma fora das matérias fina e grosseira, mas são apenas vivificados pelo espírito, o único realmente vivo no ser humano, aquilo que se sente nitidamente como sendo o “eu”. As fundamentações bíblicas desse conceito são múltiplas. Podemos aduzir algumas:

Moisés se dirige ao Criador nos termos: “Deus dos *espíritos* que *animam* todos os seres humanos” (Nm27:16). O profeta Zacarias diz que o Senhor “modelou o *espírito* do homem *dentro dele*” (Zc12:1). Quando teve a visão do Filho do Homem, o profeta Daniel afirmou textualmente: “Meu *espírito*, em mim, Daniel, ficou angustiado dentro de seu *invólucro*” (Dn7:15). O invólucro a que Daniel se refere é seu corpo terreno. O mesmo conceito aparece no livro apócrifo do Gênesis, encontrado nos Manuscritos do Mar Morto, onde está dito que o corpo é o *estojo* dentro do qual está encerrado o espírito. Aludindo ao invólucro terreno do espírito, o corpo físico, o apóstolo Pedro o chama poeticamente de “tabernáculo” (tenda) em sua segunda epístola: “Também considero justo, *enquanto estou neste tabernáculo*, despertar-vos com essas lembranças” (2Pe1:13).

O apóstolo Paulo, por seu turno, fala de *habitar no corpo*, isto é, o espírito utilizando o corpo como habitação provisória: “Assim, pois, nós sempre estamos cheios de confiança, apesar de saber que, *enquanto habitamos neste corpo*, estamos fora da nossa morada, longe do Senhor” (2Co5:6). Aos Filipenses ele disse que desejava partir logo dessa vida para poder estar com Cristo, mas que se resignava em continuar vivendo na Terra se isso pudesse ser de proveito para a comunidade: “Julgo mais necessário, por amor a vós, ficar na carne” (Fp1:24). Esse conceito do espírito que habita no corpo também foi utilizado por Tiago: “Deus deseja ciosamente *o espírito que fez habitar em nós*” (Tg4:5). Paulo ainda diz que enquanto o corpo físico vai envelhecendo, o nosso “eu” interior, nosso espírito, está, ao contrário, sempre se renovando: “Mesmo se o nosso físico vai se arruinando, o *nosso interior*, pelo contrário, vai-se renovando dia a dia” (2Co4:16). O apóstolo já havia asseverado aos Coríntios que deles poderia estar “ausente fisicamente, mas presente *em*

espírito” (1Co5:3), a mesma garantia que deu aos Colossenses: “Com efeito, ainda que eu esteja ausente de corpo, estou, porém, convosco *em espírito*” (Cl2:5). E quando julgou à distância um caso de desregramento na comunidade de Corinto, ordenou que o tal homem culpado fosse entregue a Satanás para mortificação da carne, “a fim de que *seu espírito* seja salvo no Dia do Senhor” (1Co5:5). Em outras palavras, mandou aplicar um castigo para o corpo, a fim de que o *espírito* – o próprio ser humano portanto, aprendesse com aquilo, reorientasse seu proceder e pudesse assim se salvar no Juízo, no Dia do Senhor.

Por fim, quando o jovem Êutico sofreu uma queda do terceiro andar do prédio onde Paulo estava reunido com seus ouvintes, ele o tomou nos braços e tranqüilizou toda a platéia: “Não vos perturbeis: a sua *alma está nele!*” (At20:10). A alma, o invólucro do espírito, não havia deixado definitivamente o corpo terreno naquele acidente, sinal de que Êutico ainda estava vivo. Foi exatamente o contrário do ocorrido com Raquel, que morreu ao dar à luz Benjamim: “E aconteceu que, *saindo-se-lhe a alma*, porque morreu...” (Gn35:18).

Cada um de nós percebe nitidamente o sentimento do “eu”, durante toda a nossa vida. Como poderia então estar associado a um corpo perecível? Se assim fosse, esse sentimento teria naturalmente de alterar-se com o passar dos anos. Teria de sofrer o efeito da velhice e mostrar-se por fim debilitado e enrugado... Mas o sentimento do “eu” não muda durante a vida terrena. Não muda porque não provém de parte alguma do corpo material terreno, mutável e perecível, e sim do espírito. O fato de nos ser permitido dizer “eu” indica um inalienável direito de liberdade, associado à mais absoluta responsabilidade pessoal. Livre-arbítrio e responsabilidade: dois conceitos indissociáveis do espírito que adquiriu a autoconsciência.

Convém abrir um parênteses aqui e mencionar uma passagem muito elucidativa do livro de Ezequiel sobre responsabilidade própria, e a conseqüente impossibilidade de se transferir a culpa de uma pessoa para outra. Nesse exemplo, o pai não vivera segundo os Mandamentos do Senhor, mas seu filho sim, e cada qual recebeu então as conseqüências finais de sua escolha pessoal, morte espiritual para um e vida eterna para o outro: “Vós dizeis: ‘Por que o filho não há de levar a iniquidade de seu pai?’ Ora, o filho praticou o direito e a justiça, observou todos os Meus estatutos e os praticou! Por tudo isso, certamente viverá! Sim, a pessoa que peca é a que morre! O filho não sofre o castigo da iniquidade do pai, como o pai não sofre o castigo da iniquidade do filho: a justiça do justo será imputada a ele, exatamente como a impiedade do ímpio será imputada a ele” (Ez18:19-20). Este exemplo mostra que pai e filho são duas personalidades distintas, independentes, não compartilhando nenhuma responsabilidade espiritual entre si.

O espírito que se encarna num corpo em formação no ventre materno já é, pois, uma personalidade autônoma. O corpo infantil nada mais é do que um invólucro material em processo de desenvolvimento, que abriga uma personalidade humana espiritual já plenamente formada, cujas características intrínsecas (boas ou más) tornar-se-ão reconhecíveis quando esse espírito se tornar apto a atuar no mundo através do corpo terreno maduro, o que ocorre nos anos da adolescência. Nessa época surge então o verdadeiro ser humano, como ele realmente é: “o menino manifesta logo por seus atos se seu proceder será puro e reto” (Pv20:11). Se o proceder for mau, então é porque o espírito humano ali encarnado é mau, e desde o início “sua natureza era viciada, sua perversidade, inata, e sua mentalidade jamais mudaria, pois era uma semente maldita desde a origem” (Sb12:10,11). Nesse caso, ele já era um infrator desde o ventre materno, isto é, já era mau quando se

encarnou: “Eu sabia que procederias mui perfidamente e eras chamado de transgressor desde o ventre materno” (Is48:8).

Pode-se dizer que é na época da adolescência que o espírito humano propriamente “nasce” para sua atuação aqui na matéria. Antes ele não podia fazer isso, porque seu instrumento, o corpo terreno, ainda não estava plenamente amadurecido, não estava “pronto” por assim dizer.

A hereditariedade é, pois, unicamente de ordem material. No máximo, pode-se divisar alguns traços comuns de temperamento entre pais e filhos, mas não mais do que isso. Traços de temperamento podem ser transmitidos por hereditariedade porque ele, o temperamento, está estreitamente ligado ao corpo, mais especificamente à composição do sangue. Mas mesmo nesses casos o respectivo ser humano tem a possibilidade e até o dever de dominar seus humores, visto que o corpo é e permanecerá sempre apenas como uma mera ferramenta para a atuação do espírito: “o domínio de si é fruto do espírito” (cf. Gl5:22), lembra Paulo. O espírito tem, pois, de dominar o corpo, e não o contrário, porque “tal como uma cidade aberta, sem muralhas, assim é o homem sem autocontrole” (Pv25:28).

Por essa razão, quando uma pessoa destrambelhada afirma, com ar de desalento, não ter como evitar seus rompantes, já que herdou tal destempero do pai ou da mãe, está na verdade fazendo uma confissão aberta de preguiça espiritual; mostra com isso ser demasiado fraca para dominar a si mesma. Do mesmo modo, quando alega raivosamente para si e perante outros que já “nasceu assim”, e que portanto a culpa é de seus pais, que a geraram com esse defeito de intemperança... Com palavras tão incrivelmente tolas ela apenas prova que “quem facilmente se irrita faz tolices” (Pv14:17), ou que “o espírito iracundo põe à vista sua estupidez” (Pv14:29). Ela, pois, herdou de seus pais apenas o corpo terreno, somente o invólucro exterior, permanecendo um espírito autônomo e independente, plenamente responsável por todas suas decisões e atos.

Nas famílias, é bastante comum ouvirmos o comentário de que certa criança puxou determinada característica de comportamento do pai ou da mãe. Na verdade, porém, foram os pais que propriamente “puxaram” aquela respectiva alma para dentro da família, conforme suas próprias características anímicas, por efeito da Lei de Atração da Igual Espécie. Não é difícil compreender que a gestante, especialmente, possui uma força decisiva de atração, já que a alma vai se encarnar no corpo em formação dentro dela. Assim, também não é difícil entender que uma mãe com características anímicas negativas não pode absolutamente atrair uma alma muito pura, um ser humano bom e elevado.

Essa é, aliás, a principal razão da decadência notória, contínua, da humanidade ao longo dos séculos. Ao abandonar a missão principal da feminilidade, a mulher terrena se rebaixou cada vez mais, e com isso só pôde atrair para a encarnação almas também cada vez mais degeneradas, as quais, por sua vez, deram ensejo à encarnação de almas ainda mais decaídas, e assim por diante. Um horrendo círculo vicioso de contínua degradação da espécie humana.

Contudo, não acontece de apenas mulheres degeneradas atraírem almas más para a encarnação. Mesmo uma mulher boa pode eventualmente atrair uma ovelha negra, caso ela freqüente locais inadequados ou permita que pessoas de caráter duvidoso permaneçam em sua proximidade. A mulher de boa índole necessita exercer uma vigilância contínua durante a gravidez, principalmente até a metade do período de gestação, para assegurar que só uma alma boa possa encarnar-se no feto em formação.

Por esse motivo, Isabel, grávida de João Batista, fez muito bem em “ocultar-se por cinco meses quando concebeu” (Lc1:24), porque a alma, o invólucro do espírito, se encarna no meio do período da gravidez. Agindo assim, ela garantiu que a alma pura do Batista pudesse encarnar-se nela, e não a alma dum outro qualquer. Dessa forma ela contribuiu decisivamente para que se cumprisse a antiga profecia de Isaías sobre a vinda do Precursor de Jesus: “Voz que clama no deserto: Preparai o caminho do Senhor; endireitai no ermo a vereda a nosso Deus” (Is40:3).

É oportuno intercalar aqui que, segundo algumas passagens bíblicas, João Batista já teria estado na Terra anteriormente, como o profeta Elias. Além da mencionada profecia sobre a vinda de João Batista, confirmada extraordinariamente pelos quatro evangelistas (cf. Mt3:3, Mc1:3, Lc3:4, Jo1:23), também o profeta Malaquias previu a vinda de um mensageiro que prepararia o caminho do Senhor, o qual seria a reencarnação de Elias: “Eis que eu envio o meu mensageiro que preparará o caminho diante de mim. (...) Eis que eu vos enviarei o profeta Elias, antes que venha o grande e terrível Dia do Senhor” (Ml3:1,23). Assim, de acordo com algumas passagens, Elias estaria de volta à Terra na pessoa de João Batista, para preparar o caminho de Jesus, conforme o anjo do Senhor também indicou a Zacarias, pai de João Batista: “Ele caminhará à sua frente [dos filhos de Israel], com o espírito e o poder de Elias” (Lc1:16). Essa missão de Precursor para João Batista, repetindo a profecia de Malaquias, é ratificada por Mateus na passagem a seguir:

“Este é aquele de quem está escrito: ‘Eis aí eu envio diante da tua face o meu mensageiro, o qual preparará o teu caminho diante de ti.’ (...) Porque todos os profetas e a lei profetizaram até João. E, se o quereis reconhecer, ele mesmo é Elias, que estava para vir. Quem tem ouvidos para ouvir, ouça.”

(Mt11:10,13-15)

Pouco depois, de acordo com o Evangelho de Mateus, Jesus reforça essa concepção junto aos discípulos, respondendo a uma pergunta deles sobre Elias:

“Mas os discípulos o interrogaram: Por que dizem, pois, os escribas ser necessário que Elias venha primeiro? Então Jesus respondeu: De fato, Elias virá e restaurará todas as coisas. Eu, porém, vos declaro que Elias já veio e não o reconheceram, antes fizeram com ele tudo quanto quiseram. (...) Então os discípulos entenderam que lhes falara a respeito de João Batista.”

(Mt17:10-13)

João Batista teria sido de fato Elias numa outra vida? O papa Gregório I (540 – 604), quem diria, achava que sim... Mas não, não se trata da mesma pessoa, pois o Batista até refuta isso diretamente no Evangelho de João, quando questionado pelos judeus: “E eles lhe perguntaram: ‘Quem és tu? És Elias?’ Ele respondeu: ‘Eu não sou Elias’” (Jo1:21).

Porém, o que nessa história é mesmo um fato inquestionável e bastante interessante, é que a Bíblia apresenta aí uma discussão clara sobre o fenômeno da reencarnação. O mesmo se dá quando Jesus pergunta aos discípulos quem as pessoas diziam que ele era, e eles respondem: “Alguns dizem que és João Batista; outros, Elias; outros ainda Jeremias ou algum dos profetas” (Mt16:14). Também no livro de Jó fica implícita a idéia de reencarnação, pois outra explicação não existe para quem sofre *aparentemente* sem causa aqui na Terra. Jó não encontrou nenhuma solução naquela vida para as desgraças que lhe acometeram. Os amigos do protagonista, Elifaz, Bildade, Zofar, Eliú, assim como o próprio Jó, sabiam ser coisa impossível alguém sofrer injustamente, visto que o Senhor é a própria

Justiça. E como a causa sempre precede o efeito, então, não havendo uma causa reconhecível na atual vida para o sofrimento, essa tem de estar presente numa vida anterior. Interessante notar que esse livro de Jó é a compilação de um antigo texto babilônico, onde um fiel que se vê como justo, cumpridor de suas obrigações para com os deuses, de repente é privado da saúde, dos bens e abandonado pelos amigos. O deus Marduk conhece os sofrimentos do seu servo, compadece-se dele e lhe restitui tudo que havia perdido.

A influência da Lei de Atração da Igual Espécie, porém, não atuou unicamente para as encarnações de João Batista e Jesus, ao contrário, ela se efetiva sempre, em todas as encarnações terrenas, sem exceção. Como se dá, aliás, nos efeitos de qualquer lei primordial da Criação. Por isso, também nos dias de hoje um casal que não atenta a essa Lei da Igual Espécie tem, pois, de receber em casa um hóspede com vícios e pendores, pela atração da espécie igual ruim de seu ambiente, de modo que é absolutamente justo que “quem gera um tolo tenha desventura, e não tenha alegria o pai de um insensato” (Pv17:21). Seria melhor, nesse caso, que o casal não tivesse tido filhos: “Morrer sem filhos é melhor do que ter filhos ímpios” (Ec16:3). Se tivessem sido mais vigilantes, o resultado seria o oposto: “o pai de um justo dançará de alegria; quem gera um sábio se regozijará” (Pv23:24).

Contudo, mesmo nos casos desfavoráveis de encarnação de uma alma problemática, se subsistir uma boa vontade recíproca, pais e filhos terão ensejo de vivenciar seus próprios erros uns nos outros, nessa convivência difícil, e eventualmente até de remi-los se estiverem realmente empenhados em melhorar como seres humanos. Já quando a vontade mútua é má, essa situação os faz angariar ainda novas culpas por cima das antigas, e conseqüentemente novos e pesados sofrimentos. Sofrimentos e dores renovados, angariados por culpa própria portanto. Sempre e sempre por culpa própria, de ambos os lados.

Nos casos em que os pais não apenas deixam de corrigir seus erros, mas ainda os retransmitem aos filhos de alguma maneira, seja por meio de maus exemplos ou concepções errôneas, estimulando-os assim a transmitir esses mesmos erros aos filhos destes, diz-se então que os pecados dos pais vingam-se até a terceira e quarta geração: “[O Senhor] visita a iniquidade dos pais nos filhos, e nos filhos dos filhos até a terceira e quarta geração” (Ex34:7). O pai que primeiro errou não conseguirá ascender a outros planos após a morte, ficando atado (preso) à Terra no Além, até que algum de seus descendentes reconheça o erro e retome o caminho certo, influenciando sobre outros tantos, com o que pouco a pouco será libertado e poderá tratar da sua própria escalada.

A característica de absoluta individualidade de um espírito humano já deixa claro como deve ser a atitude dos pais quando, na época da adolescência, o espírito no filho desperta para a atuação na vida terrena: *respeito absoluto às suas resoluções espirituais, frutos do livre-arbítrio*. O livre-arbítrio é uma característica inerente ao espírito humano, e por isso não pode ser tolhido por nenhum membro da família. Tal ato constituiria uma transgressão direta à Lei do Movimento na Criação, que tudo impulsiona para o desenvolvimento.

As conglomerações familiares, porém, em sua maior parte, não observam esse mandamento tão nítido e lógico de respeito incondicional às decisões espirituais de seus membros. Impõem-lhes freqüentemente, desde cedo, uma bem determinada direção a seguir, tida como certa para *todos* os integrantes do grupo, sem nenhuma distinção. Não levam em conta as peculiaridades de cada espírito humano individual que faz parte da família, não atentando à evidência de que “o corpo não é um só membro, mas muitos” (1Co12:14).

Cada integrante dessa família equalizada se julga então no direito de interferir na vida do outro, de dispor como bem entender do seu tempo, às vezes até mesmo dos seus bens. Supõem deter não apenas a prerrogativa mas até o dever de opinar, de advertir e admoestar, quando não de condenar, para que a “paz familiar” seja preservada a todo custo. Contudo, essa paz tão louvada não passa de um sono coletivo de espíritos indolentes, recostados uns nos outros. Melhor seria dizer *pendurados* uns nos outros, situação que faz todo o clã familiar afundar espiritualmente em conjunto, sem que um tal soçobrar se torne perceptível terrenamente. E isso é o mais terrível de tudo. É um lento submergir de mãos dadas, tão modorrento como eles próprios, para dentro da viscosa areia movediça do torpor espiritual. A segurança mútua que os membros dessas famílias experimentam ao contemplar sua sólida “união familiar”, continuamente reforçada nas concorridas reuniões de parentela, é falsa, é ilusão entorpecedora, que só pode germinar da inércia espiritual. Seu sono comunitário não os deixa perceber o peso desses grilhões, que os faz viver numa espécie de comunismo familiar, em tudo semelhante ao político e tão danoso quanto este. E cujo fim também não será diferente.

E ai daquele membro que quiser emergir desse marasmo e se atrever a lutar para se ver livre dessas amarras invisíveis, as quais ele sente intuitivamente de modo nítido! Sem demora será condenado por toda aquela sonolenta massa gregária; será apedrejado moralmente em conversas sorrateiras, olhado de soslaio em silenciosa censura, tachado de insensível e inflexível, e por fim ainda esmagado impiedosamente sob o peso da gravíssima acusação de “ingratidão”.

O conceito de família atualmente vigente – o de um bloco monolítico e monocromático que só pode se mover sempre numa única direção – sufoca o livre-arbítrio de seus membros, impede o desenvolvimento espiritual de cada um. Esse conceito torcido, porém, já vem de milênios, de modo que na época de Jesus também não era diferente. O primeiro indício disso é o espanto daqueles que ouviram os seus ensinamentos na sinagoga e depois seu discurso para uma multidão:

“Donde lhe vêm esta sabedoria e poderes miraculoso? Não é este o filho do carpinteiro? Não se chama sua mãe Maria e seus irmãos Tiago, José, Simão e Judas? Não vivem entre nós todas as suas irmãs? Donde lhe vem, pois, tudo isso?”

(Mt13:54-56)

“Não é este Jesus, o filho de José? Acaso não lhe conhecemos o pai e a mãe?”

(Jo6:42)

⁷ Alguns teólogos adeptos da teoria da “virgindade perpétua” de Maria ficam incomodados com essa menção explícita aos irmãos de Jesus, e sustentam a tese de que a palavra irmãos significa “primos”, ou então de que se trata de filhos de José, anteriores à sua união com Maria. Essa opinião não é compartilhada por estudiosos mais realistas. Segundo o padre John P. Meier, a palavra grega *adelphos* foi usada aqui e em outros trechos com o sentido de “irmão”. De fato, os irmãos de Jesus sempre são citados nos Evangelhos como *adelphos*. No Novo Testamento esse termo aparece 343 vezes, sempre com o sentido literal ou metafórico de “irmão”. O apóstolo Paulo, cujas cartas são anteriores aos Evangelhos, usa *adelphos* para se referir a “Tiago, irmão do Senhor (Gl1:19), ao passo que na sentença: “Marcos, primo de Barnabé” (Cl4:10), ele utiliza a palavra grega *anepsios*, que significa realmente “primo”. Contudo, como nos primeiros quatro séculos da Igreja nenhum dos seus dignitários conhecia essas diferenças, não faltaram excomunhões para quem ousava dizer que Jesus tivera irmãos de sangue.

Em outras palavras: “Como esse Jesus pode saber todas essas coisas se vem de uma família como outra qualquer?”; “Quem ele está pensando que é?”. Como a família de Jesus era normal, eles não entendiam que um membro dela pudesse se destacar dos demais. Observa-se, portanto, que já naquela época imperavam as tentativas de nivelar as pessoas sem levar em conta suas características específicas, inerentes a cada espírito humano. Com Jesus, então, o contraste era muito mais chocante, pois devido à sua natureza divina ele se destacava de imediato de todos os seres humanos. Sua simples presença já dividia as pessoas em dois lados.

Como o conceito de família é um estorvo ao livre desenvolvimento espiritual, é evidente que Jesus não poderia mesmo estar de acordo com essa prática. Alguns quadros tomados de seus ensinamentos são especialmente contundentes em relação a isso, apesar de que... “nem seus irmãos acreditavam nele” (Jo7:5):

“Grandes multidões o acompanhavam e ele, voltando-se, lhes disse: Se alguém vem a mim e não aborrece seu pai e mãe, e mulher, e filhos, e irmãs, e ainda a sua própria vida, não pode ser meu discípulo.”

(Lc14:25,26)

“Aborrece” é um hebraísmo que tem o sentido de uma desvinculação completa da respectiva pessoa, de uma atuação *independente* segundo as próprias convicções, sem, portanto, nenhum compromisso de atrelar suas ações àquilo que os familiares esperam ou exigem que ela faça.

A submissão a opiniões e diretivas familiares já impossibilita um verdadeiro servir. E isso é tanto mais sério quanto mais elevada for a missão do servidor, como aconteceu, por exemplo, com Abraão. Conforme relata Roselis von Sass em O Livro do Juízo Final, a resposta do guia espiritual de Abraão ao seu rogo para servir a Deus, foi informá-lo das severas condições prévias exigidas: “Aquele que quiser servir ao Deus onipotente não deve deixar que nada o impeça; nem filhos, filhas, mulheres, pais, ou nenhum outro...” A ordem divina foi clara: “Deixa a tua terra, a tua família e a casa de teu pai” (Gn12:1), e Abraão “partiu como o Senhor lhe tinha ordenado” (Gn12:4). Ele não titubeou nem cismou a respeito de sua missão: “Abraão, ao ser chamado, obedeceu e partiu para um lugar que havia de receber como herança, e partiu sem saber para onde ia” (Hb11:8).

O rígido conceito de família é um perigo enorme para o espírito humano, um perigo muito pouco reconhecido. Quem se acomoda confortavelmente nas aconchegantes amarras familiares fica estagnado em seu desenvolvimento espiritual, e devido a isso incapacitado de pôr em prática os ensinamentos de Jesus, os quais invariavelmente exortam o espírito humano ao aperfeiçoamento pessoal, mediante contínua e própria movimentação. O trecho a seguir é ainda mais incisivo que o anterior:

“Não penseis que vim trazer paz à Terra; não vim trazer paz, mas espada. Pois vim causar divisão entre o homem e seu pai, entre a filha e sua mãe e entre a nora e sua sogra. Assim os inimigos do homem serão os da sua própria casa. Quem ama seu pai ou sua mãe mais do que a mim não é digno de mim; quem ama seu filho ou sua filha mais do que a mim não é digno de mim.”

(Mt10:34-37)

Jesus, a Palavra encarnada, tinha, pois, de causar divisões no seio das famílias, já que essa Palavra exige do ser humano a mais aguçada vigilância espiritual, contínua

movimentação interior, resolução e responsabilidade pessoais, justamente o contrário do que as mornas massas familiares ensinam a seus membros submissos.

Essa atuação abafadora das famílias sobre a livre movimentação do espírito humano individual é tão nociva, que para uma pessoa que deseja se movimentar espiritualmente os parentes acabam se tornando seus maiores inimigos: *“os inimigos do homem são os da sua própria casa.”* Os parentes se tornam, pois, inimigos do espírito vivo, que anseia por movimento independente... São justamente os familiares, os malfadados parentes, que impedem na maior parte dos casos o vôo livre do espírito de um jovem que se esforça em ascender às alturas luminosas. Os parentes não têm nenhum direito de ditar quaisquer diretivas de conduta a um membro da família no que tange à sua vida espiritual. Em relação a Jesus, eles tampouco tinham o direito de tentar neutralizar sua atuação em nome da normalidade e tranquilidade familiares, conforme consta dessa passagem:

“Então ele foi para casa. Não obstante, a multidão afluiu de novo, de tal modo que nem podiam comer. E quando os parentes de Jesus ouviram isso, saíram para o prender, porque diziam: Está fora de si.”

(Mc3:20,21)

Para o espírito humano é imprescindível se libertar espiritualmente dos grilhões familiares, se quiser progredir. Quando Pedro diz a Jesus: *“Eis que nós deixamos as nossas casas e te seguimos”* (Lc18:28), ele lhe tranquiliza:

“Em verdade vos digo que ninguém há que tenha deixado casa, ou mulher, ou irmãos, ou pais, ou filhos, por causa do Reino de Deus, que não receba no presente muitas vezes mais, e no mundo por vir a vida eterna.”

(Lc18:29,30)

O espírito não tolhido por conceitos errados, que se movimenta livre na Criação, age no sentido da Vontade do Criador, recebendo por conseguinte múltiplas bênçãos através da Lei da Reciprocidade e, por fim, a própria vida eterna no Paraíso. Quando, numa ocasião, Jesus falava ao povo e alguém lhe avisou que sua mãe e irmãos estavam presentes, ele respondeu:

“Quem é minha mãe e quem são meus irmãos? E estendendo a mão para os discípulos, disse: Eis a minha mãe e meus irmãos. Porque qualquer um que fizer a Vontade de meu Pai celeste, esse é meu irmão, irmã e mãe.”

(Mt12:48,50)

No Evangelho segundo Lucas, o final desse trecho é expresso de forma ainda mais contundente:

“Minha mãe e meus irmãos são aqueles que ouvem a Palavra de Deus e a praticam.”

(Lc8:21)

Aqueles que ouvem a Palavra de Deus e a praticam!... Somente estes podem alegar ter um parentesco com Jesus, a Palavra encarnada. Um parentesco no sentido de uma similitude íntima com a Palavra de Deus, de movimentação do espírito, que se evidencia no modo de ser renovado da criatura humana e não em conceitos meramente terrenos de laços de sangue e coisas do gênero.

Graus de parentesco terreno não têm, por si mesmos, nenhum significado para o *espírito humano*, cujo alvo máximo só pode ser espiritual. Só aquele que se movimenta para atingir esse alvo sublime cumpre realmente a Vontade do Pai celeste, podendo *então* ser chamado de um “filho” de Deus no sentido espiritual, pois “não são os filhos da carne que são filhos de Deus” (Rm9:8). Os que atingem plenamente esse alvo espiritual também poderão *então* tratar a si mesmos de “irmãos e irmãs no espírito”, visto terem todos atingido uma elevada igual espécie comum. Não antes. Os que procuram estabelecer uma igualdade impossível entre os seres humanos são pessoas danosas, porque tentam implantar na Terra algo insano e sem harmonia, semelhante a querer montar uma orquestra com um único instrumento ou um jardim com um único tipo de flor.

A necessidade de se libertar dos grilhões familiares aparece também de forma clara nesse diálogo de Jesus com um homem que queria segui-lo:

“Outro lhe disse: Seguir-te-ei, Senhor, mas deixa-me primeiro despedir-me dos de casa. Mas Jesus lhe replicou: Ninguém que tendo posto a mão no arado olha para trás, é apto para o Reino de Deus.”

(Lc9:61,62)

Mais uma vez o mesmo ensinamento: quem permanece preso a conceitos rígidos, como é o espinheiral familiar, não pode ascender espiritualmente. Também se reconhece nessa passagem que para muitas pessoas as preocupações terrenas vinham em primeiro lugar, tal como acontece na época presente. A exortação de Paulo, pronunciada a quase dois milênios, permaneceu inaproveitada: “Aspirai às coisas do Alto, não às terrenas (Cl3:2). Quando, hoje em dia, alguém eventualmente ainda se dispõe a ocupar-se de assuntos espirituais, também logo surgem desejos outros, que o desviam do alvo principal. Um provérbio árabe diz: “Quem quer fazer alguma coisa encontra um meio, quem não quer fazer nada encontra uma desculpa.” Ninguém fica livre da reciprocidade por deixar de fazer algo necessário, porque isso já é uma contravenção à lei universal da movimentação. A responsabilidade pessoal não se restringe ao que é feito, mas também inclui o que se deixa de fazer.

Jesus foi tão incisivo sobre a necessidade de se desvincular das garras familiares, que é de causar espanto que o sentido de suas palavras não tenha sido reconhecido. Certa feita uma mulher, também presa ao falso conceito de família, querendo expressar sua admiração pelas palavras de Jesus, exclamou para ele:

“Bem-aventurada aquela que te concebeu e os seios que te amamentaram!”

(Lc11:27)

Jesus retrucou-lhe imediatamente:

“Antes bem-aventurados são os que ouvem a Palavra de Deus e a guardam!”

(Lc11:28)

Esse episódio fala por si. Jesus, novamente, aponta para a necessidade imperiosa de se cumprir a Palavra de Deus, como pré-requisito indispensável para se alcançar a bem-aventurança, descartando de pronto, como algo totalmente despropositado, a pieguice maternal daquela mulher deslumbrada.

Mas, infelizmente, esses seus ensinamentos não impediram que nos séculos subseqüentes o amor materno, principalmente, fosse decantado como o mais nobre dos

sentimentos da mulher, como se a missão suprema da feminilidade fosse gerar filhos para fazer jus a esse sentimento. Com isso, também o casamento foi rebaixado. O casamento passou a ser visto como um objetivo profissional, uma conquista terrena que todas as moças tinham de alcançar para se sentir realizadas, a ponto de a mulher de hoje não se envergonhar de tomar o matrimônio por patrimônio... Casar e ter filhos emergiu como única meta de vida de muitas jovens, freqüentemente instigadas pelos próprios pais. Para elas, ser uma consorte na vida é ter uma vida com sorte.

Ninguém se lembrou aí de que o ser humano é essencialmente um ser espiritual, e como tal tem de atuar em primeira linha. A procriação não é a principal função do casal humano; considerá-la como tal é promover um rebaixamento do verdadeiro papel do espírito humano dentro da Criação. É uma abjeção indesculpável, indigna da espécie humana, decorrente também da crônica indolência espiritual, a qual descarta de pronto a intuição em qualquer deliberação e suprime toda tentativa de reflexão mais aprofundada, fazendo com que as mulheres continuem a gritar em seu íntimo até os dias de hoje: “Dá-me filhos, senão eu morro!” (Gn30:1). Não por outro motivo, aliás, a exortação “Sede fecundos, multiplicai-vos e enchei a Terra” (Gn1:28) foi recebida como uma revelação toda especial, e posta em prática com espantoso afínco desde então. A respeito dessa frase, Roselis von Sass concede a seguinte explicação em sua obra *O Livro do Juízo Final*: “As palavras ‘crescei e multiplicai-vos e enchei a Terra’ foram pronunciadas, todavia, na época em que as encarnações dos espíritos na Terra começaram... E isto foi há milhões de anos...”

As odes seculares erguidas em louvor ao amor materno, como se a mulher não fosse mais do que uma graciosa espécie reprodutora bípede, transformaram-no num fardo doentio que solapa o livre desenvolvimento espiritual, tanto da mãe quanto dos filhos. Àquela faz crer que possui direitos absolutos e permanentes sobre a prole, enquanto que a estes últimos impõe o peso da gratidão eterna, mesmo que sob o manto da hipocrisia. Isso, sem falar do asqueroso mercantilismo desse “amor” filial.⁸

Outro aspecto que também ajudou a degradar o conceito de família foi a interpretação errônea do quarto Mandamento. O sentido original é *honrarás pai e mãe*, e não “honrarás teu pai e tua mãe” (Mc10:19; Lc18:20). O mandamento trata de algo muito mais amplo, a honra devida à paternidade e à maternidade em sentido geral, e não uma obrigação pessoal de honrar os próprios pais em toda e qualquer situação, os quais podem, sim, agir eventualmente de uma maneira não merecedora de honra. É novamente apenas hipocrisia demonstrar uma honra fingida, forçada, a um pai ou a uma mãe não honoráveis. É oportuno mencionar que algumas traduções mais criteriosas dos Evangelhos trazem acertadamente o tópico correspondente no Evangelho de Mateus sem os pronomes possessivos em relação a pai e mãe: “Honra pai e mãe, ama teu próximo como a ti mesmo” (Mt19:19); “Deus ordenou: honra pai e mãe” (Mt15:4).

Também o papel sobrenatural que se atribui a Maria, na geração de Jesus, tem origem no torcido conceito de família. Segundo essa idéia, como ela foi a mãe terrena de Jesus, o Filho de Deus, a concepção corpórea de seu filho teria de ter ocorrido de uma maneira

⁸ A americana Anna Jarvis, que no início do século XX inadvertidamente criou o “dia das mães”, e que ainda se empenhou pessoalmente para que essa comemoração fosse adotada em outros 43 países, chegou ao fim da vida, no ano de 1948, completamente amargurada com a sua “invenção”. Morreu reclusa, remoída de desgosto e sofrimento, tendo de presenciar como o seu propósito inicial, aparentemente inócua e bem-intencionado, se transformara numa aberração comercial de alcance global.

muito acima do padrão humano normal, tão inadequadamente natural... No caso, tratou-se então de uma “equalização familiar divina”.

A idéia do nascimento virginal de uma divindade era muito disseminada na Antiguidade, em vários povos, e simplesmente transplantou-se para a tradição cristã, a qual não podia ficar atrás dos pagãos em algo assim tão palpitante. Vários mitos sumerianos falam de deuses que desceram à Terra para engravidar suas escolhidas e voltaram para as estrelas. Uma antiga lenda afirma que a mãe de Buda permaneceu virgem depois de lhe dar à luz no palácio Kapilavastu. Uma outra lenda, egípcia, diz a mesma coisa em relação à mãe de um de seus reis, que no Antigo Egito tinham o status de divindades, por serem filhos de Amon-Rá com a rainha da respectiva dinastia. O principal deus dos Astecas também nascera de uma virgem. O deus Tamuz mencionado pelo profeta Ezequiel (cf. Ez8:14), que morria e ressuscitava todo ano, era tido como nascido da virgem Myrrha. Até Platão, imagina, teria vindo ao mundo de um parto virginal...

Qualquer cristão de hoje não terá nenhuma dificuldade em designar todas essas histórias como *mitos*, que são realmente, mas em relação à sua própria religião adotam uma postura distinta. E, no entanto, os antigos egípcios pareciam ser até mais sensatos do que os cristãos de hoje em relação a esse tema candente. O escritor grego Plutarco (50 – 125 d.C.) escreveu o seguinte em suas notas biográficas sobre o rei-sacerdote etrusco Nema: “Os egípcios dizem não ser possível que o espírito de um deus se aproxime de uma mulher para lhe outorgar princípios de fecundidade, e que nenhum ser humano jamais poderá ter nenhuma relação, nenhuma união, com uma divindade.”

Um dos pontos-chave em que se apóiam as doutrinas cristãs que ensinam o dogma da concepção antinatural de Jesus é o final de sua genealogia, contida no Evangelho de Mateus: “E Jacó gerou a José, marido de Maria, da qual nasceu Jesus, que se chama o Cristo.” (Mt1:16). Segundo os doutos especialistas bíblicos, as palavras “da qual” que aparecem nesse versículo constituem “uma das mais fortes evidências para o nascimento virginal de Jesus.” Sei... Então porque o evangelista não cita o nome do pai terreno de Jesus, essa é a prova de que ele não teve pai nenhum. Claro que para daí surgir a idéia de uma concepção antinatural e um parto milagroso foi quase que uma consequência imediata, e os fiéis cristãos passaram a aceitar irrefletidamente esse excêntrico conceito de uma partenogênese divina. É preciso, porém, deixar registrado que alguns teólogos e exegetas mais esclarecidos consideram a idéia de “nascimento virginal” de Jesus como um caso típico de *teologúmeno*, expressão indicativa de uma narrativa teológica sem a correspondente representatividade histórica. Em termos mais simples... uma mentira.

A palavra hebraica *almāh*, que aparece nas Bíblias cristãs como “virgem” para designar Maria, mãe de Jesus, significa literalmente: “mulher jovem em idade de casar”. É nesse sentido de juventude feminina que o termo é usado no Antigo Testamento, como indicam esses exemplos: “Pois bem, a *jovem* que sair para tirar água do poço...” (Gn24:43); “Partiu, pois, a *moça* e chamou a mãe da criança” (Ex2:8); “...o caminho de um homem junto a uma *jovem*” (Pv30:19); “Os cantores à frente, atrás os músicos, no meio as *jovens* soando tamborins” (Sl68:26). A palavra que em hebraico indica o conceito de virgem propriamente é outra completamente diferente: *b^etūlāh*, tal como usada na designação da moça Rebeca, no Gênesis: “A moça era mui formosa de aparência, *virgem*, a quem nenhum homem havia possuído” (Gn24:16), e também na história das moças da localidade de Jabes, no livro de Juízes: “Entre os habitantes de Jabes de Galaad acharam quatrocentas *virgens*, que não se tinham deitado com homem, e as trouxeram ao acampamento” (Jz21:12).

Quando a Bíblia foi vertida do hebraico para o grego da versão Septuaginta, a palavra *almāh* foi traduzida por *parthenos*, que rigorosamente indica qualquer moço ou moça não casados, e *por isso* considerados virgens. No grego antigo, *parthenos* tinha propriamente o sentido de “menina” ou “jovem”, que normalmente seriam virgens, mas não obrigatoriamente. Na posterior tradução da Bíblia para o latim a partir do grego do Antigo Testamento essa nuance foi desconsiderada e o termo hebraico original *almāh*, indicativo de jovem núbil, passou a ser traduzido diretamente em algumas passagens como “virgem” (*virgo* em latim), porque os cristãos já acreditavam no nascimento misterioso de Cristo. Assim, na versão oficial da Bíblia em latim, a Vulgata da Igreja, o conceito principal de jovem senhora foi definitivamente afastado e *almāh* deliberadamente traduzido como *virgo*. Essa falha, naturalmente, passou depois para as Bíblias em línguas modernas.

O efeito mais grave dessa mistificação se encontra no trecho em que Isaías anuncia o nascimento de Imanuel, citado por Mateus em seu Evangelho. A profecia original de Isaías diz textualmente o seguinte: “Pois bem, o Senhor mesmo vos dará um sinal: *eis que a jovem está grávida e dá à luz um filho*, e lhe dará o nome de Imanuel” (Is7:14). Já o mesmo trecho citado por Mateus aparece dessa forma: “Portanto, o Senhor mesmo vos dará um sinal: *eis que a ‘virgem’ conceberá e dará à luz um filho [ecce virgo concipiet et pariet filium]*, e lhe chamará Imanuel” (Mt1:23). A citação de Mateus faz a jovem grávida de Isaías voltar à condição de virgem, o que comprovaria a suposição de um nascimento virginal de Jesus. Conforme veremos mais à frente, a virgem aí interpolada sequer se referia a Maria, mãe terrena de Jesus.

Aliás, também não nos passa despercebido que Mateus, em sua genealogia, faça menção específica a três mulheres além de Maria: Raabe, Tamar e Rute (cf. Mt1:2), todas elas com uma situação matrimonial algo desregrada ou pelo menos incomum nos textos do Antigo Testamento, como uma tentativa subliminar de justificar a gravidez de Maria antes do casamento.

Maria era seguramente uma *almāh*, uma “mulher jovem em idade de casar”, ou uma “mulher jovem enquanto não deu à luz” nas palavras muito acertadas do teólogo holandês Rochus Zuurmond. O pesquisador católico John P. Meier também diz com acerto que a palavra *almāh* era aplicada a uma mulher até que ela tivesse tido seu primeiro filho. Mas essa contingência não indica, absolutamente, que a concepção e o nascimento de seu filho Jesus tenham sido “virginais”, algo completamente impossível segundo as leis naturais. A virgindade de Maria designava simplesmente sua condição antes de dar à luz seu primeiro filho, isto é, uma mulher cujos órgãos reprodutores ainda não haviam funcionado, que estavam *virgens* portanto, apenas isso. Esses órgãos deixaram de ser virgens quando da concepção, gestação e parto de seu *primeiro filho*, Jesus: “Ela deu à luz o seu *filho primogênito*, envolveu-o com faixas e reclinou-o numa manjedoura” (Lc2:7).

No trecho da anunciação do anjo a Maria, Lucas – ao contrário de Mateus (cf. Mt1:18), não interpreta que Maria tenha sido terrenalmente “concebida” pelo Espírito Santo:

“Respondeu-lhe o anjo: Descerá sobre ti o Espírito Santo, e o poder do Altíssimo te envolverá com a sua sombra; por isso, também o ente santo que há de nascer será chamado Filho de Deus.”

(Lc1:35)

Muito lógico. A atuação do Espírito Santo, cuja forma espiritual visível é a de uma Pomba, é aqui descrita como o “poder do Altíssimo que envolve Maria com a sua *sombra*”.

Essa analogia de uma sombra envolvente para indicar a sujeição aos desígnios do Todo-Poderoso já era conhecida em várias passagens do Saltério, no Antigo Testamento: “Guarda-me como a pupila do olho, esconde-me *à sombra* das Tuas asas” (Sl17:8); “Como é preciosa a Tua graça, ó Deus! Os homens se refulgiam *à sombra* das Tuas asas” (Sl36:8); “Tu que estás sob a proteção do Altíssimo e moras *à sombra* do Onipotente” (Sl91:1); “O Senhor é o teu guarda, o Senhor é como *a sombra* que te cobre” (Sl121:5).

O “por isso” que aparece na frase final da anunciação em Lucas é uma locução adverbial grega – *dioti*, a qual indica “consequência evidente”. A *consequência evidente* da atuação do poder do Altíssimo, que envolve Maria com sua *sombra*, é que lhe seria possível dar à luz Jesus, o Filho de Deus, encarnado em corpo terreno.

O Espírito Santo é a Vontade de Deus, e essa Vontade estabeleceu que uma parte do Todo-Poderoso desceria até essa Terra, a fim de auxiliar os espíritos humanos pela Palavra. Daí se realizou então uma *imaculada concepção espiritual*,⁹ a encarnação de Jesus no corpo infantil em gestação. Essa encarnação, como não podia deixar de ser, pautou-se pelas leis naturais do mundo material e se deu no meio do período de gravidez, assim como acontece com *todas* as encarnações de seres humanos terrenos. O autor de Eclesiastes diz que “o sopro vital entra nos ossos, dentro do ventre da mulher grávida” (cf. Ec11:5).

O corpo terreno de Jesus foi gerado como qualquer outro corpo humano tem de ser gerado aqui na Terra, em obediência às inflexíveis leis da natureza para a matéria, guardiãs perenes da absoluta perfeição da Vontade divina. No início da era cristã era do conhecimento geral que o pai de Jesus havia sido um romano. Não é sem razão, aliás, que uma das primeiras imagens de Jesus que chegaram até nós, uma gravura do século II encontrada nas catacumbas de Roma e reproduzida posteriormente na estatueta O Bom Pastor do século III, é a de um jovem pastor trazendo uma ovelha nos ombros¹⁰ (cf. Lc15:5). Um pastor altivo, vigoroso, imberbe e com *fisionomia romana*.¹¹ Os primeiros cristãos teriam ficado perplexos se lhes fosse contada a versão de uma “concepção divina” e de um “nascimento virginal” do Mestre... O lúcido teólogo Cerinto, que de acordo com o bispo Irineu do século II havia sido contemporâneo do apóstolo João, afirmou que o corpo de Cristo fora “originado de sêmen viril”. Não se tem conhecimento de nenhum escrito de João refutando Cerinto. Registre-se que Cerinto também afirmava que a redenção não podia ser obtida através do sofrimento de Jesus. Duas verdades submersas pelos vagalhões dogmáticos dos séculos seguintes...

A idéia de uma concepção virginal de Jesus é fruto do incurável misticismo humano, bem como do desconhecimento das leis que governam a natureza. Nada mais do que isso. O mesmo se dá em relação à idéia de uma concepção especial para Maria. Em 1854, o papa Pio IX afirmou que Maria fora concebida sem pecado em atenção aos méritos de Cristo

⁹ Ver, a respeito, a dissertação “A Imaculada Concepção e o Nascimento do Filho de Deus”, no segundo volume da obra Na Luz da Verdade, de Abdruschin.

¹⁰ Foi dessa imagem que surgiu o costume de marcar a posse de um papa com uma estola de lã de carneiro, chamada pálio, querendo significar que ele é o pastor universal. Os arcebispos metropolitanos também usam pálios (algo menores), confeccionados com a lã de ovelhas abençoadas.

¹¹ Mesmo na idade adulta Jesus não portava barba, nem tampouco a longa cabeleira com que aparece nas representações iconográficas. Ao contrário do hábito dos judeus de então, era costume romano raspar a barba. Nos afrescos da Roma antiga, feitos pelos primeiros cristãos, Jesus aparece invariavelmente sem a barba. Quanto ao cabelo, Paulo diz que não era bonito o homem usar cabelo comprido (cf. 1Co11:14). Já as imagens de Jesus que o mostram com olhos azuis estão certas. Apesar de isso não ter a menor importância, trata-se de uma característica física do Mestre corretamente preservada ao longo do tempo.

Jesus. O Salvador só poderia ser concebido virginalmente de uma criatura previamente concebida sem pecado. Essa afirmação de uma imaculada concepção, única e especial para a mãe terrena de Jesus, implica necessariamente que desde Adão todos os seres humanos foram sempre concebidos *com mácula*, mesmo quando se esforçaram em obedecer a determinação divina para que “se multiplicassem e enchessem a Terra” (cf. Gn1:28). Dessa maneira, o Senhor teria ordenado às Suas criaturas que pecassem com disposição, para poderem povoar a Terra... Onde está a lógica nisso?

Certamente é muito significativo que não haja a mais remota alusão a qualquer idéia de uma concepção e de um nascimento “virginais” de Jesus nas epístolas do grande apóstolo Paulo, as quais foram escritas muito antes dos Evangelhos, pelo menos uma geração antes. O próprio Evangelho de Marcos, o mais antigo dos quatro, também não faz nenhuma menção a isso, indicando que um tal conceito era completamente desconhecido no início do Cristianismo. E o Evangelho de João, com seus profundos conceitos teológicos, igualmente passa ao largo dessa estória.

Aliás, é interessante observar que no Evangelho de Marcos alguns judeus na sinagoga comentavam sobre Jesus da seguinte forma: “Não é ele o carpinteiro, *filho de Maria*,...? (Mc6:3). Referir-se a um homem como filho de sua mãe, e não de seu pai, era algo absolutamente incomum no Judaísmo daquela época e também no Antigo Testamento. Era um sinal de que alguns ali sabiam que Jesus não era filho do marido de Maria, e sim de um outro homem. Claro que nenhum daqueles judeus iria admitir a hipótese de que o pai de Jesus seria o Espírito Santo, já que o consideravam apenas como um impostor. Como reforço, temos também o ataque maldoso de um grupo de judeus dirigido a Jesus: “Nós não somos bastardos!” (Jo8:41), querendo indicar com isso, com o intuito de ofender, que sabiam ser Jesus um filho ilegítimo. Ilegítimo segundo a lei dos homens, é bom que se diga, e não segundo a onisciência divina, que não leva em conta a visão restrita de seres humanos de raciocínio. Também é digno de registro a preocupação de alguns copistas em substituir as palavras originais encontradas em manuscritos mais antigos “o pai e a mãe do menino”, referindo-se a Jesus no Evangelho de Lucas (cf. Lc2:33), por “José e sua mãe”. À medida que crescia a importância de Maria na Igreja, os devotos copistas se sentiram no dever de eliminar qualquer possibilidade de dúvida em relação ao nascimento virginal de Jesus.

Mas aqui e ali ainda vemos alguns que conseguem sobrepujar a muralha do raciocínio e enxergar um pouco mais além, como é o caso do exegeta católico Gerhard Lohfink, que afirma com todas as letras para quem quiser ouvir: “A concepção virginal com certeza não faz parte do conteúdo da fé e da confissão cristãs primitivas e, conseqüentemente, da mensagem de salvação bíblica.” O também católico Karl Rahner acredita que “o trabalho pastoral faria melhor em não incomodar um crente sincero que não queira aceitar essa doutrina.” A teóloga Jane Schaberg diz que “a doutrina da concepção virginal é uma distorção e uma máscara, por trás da qual se encontra a tradição da ilegitimidade.” E o escritor e padre católico John P. Meier admite por sua vez que “as exatas origens da tradição da concepção virginal continuam obscuras, do ponto de vista histórico.” Origens obscuras, não é padre John? Quem sabe não houve interesse em deixar registrado como tudo começou... Roselis von Sass traz o seguinte esclarecimento sobre o tema em O Livro do Juízo Final:

“Outra invenção da Igreja é a da “concepção antinatural” de Jesus. Jesus foi gerado do mesmo modo que qualquer outra criança na Terra. (...) Naquela época todos os conhecidos de Maria sabiam que o pai de seu filho – Jesus –

era um romano... Somente muitos séculos mais tarde, um dos conselheiros da Igreja inventou a lenda de que Jesus não fora gerado por um pai terreno. Pensou introduzir, com isso, algo de místico na doutrina de fé...”

Quem estabeleceu o dogma propriamente da virgindade de Maria foi o papa Martinho I, quando durante o Concílio de Latrão, no longínquo ano 649, declarou a “perpétua virgindade de Nossa Senhora *ante partum, in partum, post partum*”, em clara contradição com várias passagens do Novo Testamento que falam sobre os irmãos de Jesus (cf. Mt12:46;13:55; Mc3:31,32;6:3; Lc8:19,20; Jo2:12;7:3,5,10; At1:14; 1Co9:5; Gl1:19). É de se perguntar se os irmãos de Jesus também foram agraciados com concepção e nascimento antinaturais...

E que Jesus teve irmãos de sangue é atestado não somente pelas Escrituras, mas também pelo próprio bispo Eusébio de Cesaréia (280 – 340), que em sua obra História Eclesiástica informa: “Da família do Senhor ainda viviam os netos de Judá, que deve ter sido um *irmão consanguíneo do Senhor*.” Também Hegesipo, escritor cristão do segundo século, e os pais da Igreja: Tertuliano, Irineu, Helvídio e Epifânio afirmaram que Maria teve outros filhos com José.

A estória apregoada de Maria ter permanecido virgem mesmo depois do nascimento de Jesus (*virginitas post partum*), foi demais até para o bom monge Joviano, que achava tudo isso francamente exagerado. Aliás, como também já admitia Tertuliano – o pai do Cristianismo latino – que ao menos descartava a idéia de uma virgindade mariana *durante e após* o parto. No século II da nossa era, Tertuliano já advertia os cristãos para não seguirem o raciocínio (razão) na definição de suas convicções...

O primeiro documento a “atestar” o nascimento virginal de Jesus é um texto moldado no ano 190 d.C. chamado Proto-evangelho de Tiago, que naturalmente nada tem a ver com o verdadeiro Tiago, irmão de Jesus e autor da preciosa epístola que leva seu nome. Nesse texto de soberba fantasia, o tempo literalmente pára quando Maria está prestes a dar à luz. José olha para cima e vê pássaros parados em pleno ar, pessoas estáticas levando comida à boca, cabritinhos petrificados no momento de beber água do rio, etc. Diz o texto: “Em uma palavra, todas as coisas estavam afastadas, por uns instantes, de seu curso normal.” Logo depois do nascimento de Jesus, a parteira sai gritando maravilhada que Maria continuava virgem. Uma amiga sua não acredita e exclama: “Pelo Senhor, meus Deus, não acreditarei em tal coisa, se não me for dado tocar com os dedos e examinar sua natureza!” O texto conta que a mulher coloca o dedo na natureza de Maria e imediatamente solta um grito de dor: “Ai de mim! Minha maldade e minha incredulidade é que têm a culpa! Por descrever do Deus vivo, desprende-se de meu corpo minha mão carbonizada.”

Joviano, um monge pensante da época, não podia mesmo compactuar com essa estorinha e acabou sendo excomungado pela Igreja por contestar a “virgindade do parto”.

Ao contrário da idéia antinatural de uma concepção virginal através do Espírito Santo, há registros palpáveis indicando uma paternidade normal para Jesus. Um antigo documento apócrifo, naturalmente repudiado pela Igreja, afirma que Maria estava grávida de seis meses quando se uniu a José, de modo que este sabia muito bem de sua condição quando decidiu se casar com ela. O teólogo Orígenes¹², do século III, cita especialmente o

¹² Orígenes tinha suas próprias idéias a respeito do conceito de “nascimento virginal” de Cristo. Segundo ele, isso não devia ser entendido literalmente, mas sim como sendo o nascimento da Sabedoria divina na alma. Aliás, ele considerava um despautério que a Bíblia não pudesse ser interpretada de maneira espiritual. Dizia

filósofo Celso que, numa obra intitulada *O Verdadeiro Discurso*, de 178 d.C., diz ter obtido de um judeu a informação de que a mãe de Jesus aparecera grávida de um soldado romano de nome Pandera (ou Panthera). Essa história também aparece registrada em alguns escritos rabínicos do final do século I e início do século II, denominados *Baraitas*. Também o Talmude, o mais importante livro pós-bíblico do povo judeu, coletânea das tradições rabínicas desde o século II d.C. e considerado pelo Judaísmo tradicionalista com autoridade equivalente a das Escrituras, informa que o pai de Jesus foi um estrangeiro, um legionário romano de nome Pandera.

Nessas narrativas históricas sobre a paternidade de Jesus há, contudo, uma incorreção de nomenclatura, porque seu pai biológico foi um comandante romano chamado Kreolus¹³ (e não Pandera ou Panthera), a quem Maria conheceu antes de se unir a José. O nome “Pantheras”, de fato, era bastante comum entre os soldados romanos, mas nesse caso o erro adveio provavelmente da expressão grego-hebraica *ben-parthenou* – “filho da virgem”, utilizada mais tarde pelos cristãos em relação a Jesus.

A *imaculada concepção* de Jesus foi uma concepção realizada dentro do mais puro amor, protegida por este como que numa redoma de pureza. Uma concepção que não se originou de mero instinto, na qual, portanto, não adieru nenhuma mácula, caracterizando-a realmente como *imaculada*. O corpo terreno de Jesus só poderia ser concebido como fruto do mais puro e profundo amor entre duas pessoas, como foi o ocorrido entre Maria e Kreolus. O amor puro tinha de ser a base sobre a qual poderia se encarnar uma parte do Amor de Deus. Esse tipo de amor, porém, praticamente não existe mais na Terra.

Sem contar os desregramentos sexuais a que tanta gente se entrega em nossos dias, o próprio ato de geração decorre quase sempre apenas do instinto inferior, onde o amor ou algum resquício dele desempenha um papel secundário ou terciário, quando não desempenha papel nenhum. Deveria ser o contrário. Isso é mais um sinal da profundidade da decadência humana, pois só mesmo quem não tem mais nada de valor dentro de si pode direcionar sua vida apenas na busca de prazeres sensuais e paixões. Unicamente aquele que consegue ascender espiritualmente adquire a força necessária para deixar de lado essas e tantas outras coisas baixas, como aconteceu com o próprio Paulo e seus conhecidos: “Também nós antigamente éramos escravos de toda sorte de paixões e de prazeres” (Tt3:3).

Voltando à paternidade de Jesus, vemos num texto apócrifo que o casal Maria e José compareceu a um tribunal religioso porque Maria havia engravidado sem ainda estar coabitando com José. Na realidade, não se tratou de um tribunal propriamente, mas sim de uma declaração pessoal de paternidade feita por José, sozinho, junto ao superior do Templo, de modo a garantir a primogenitura de Jesus, com todos os direitos a isso ligados.

José foi, sem dúvida nenhuma, o pai *de fato* de Jesus, visto sempre ter sido seu melhor amigo terreno. Ao contrário de Maria, ele nunca o importunou com errôneos conceitos familiares, e por essa razão também não colocou em seu caminho nenhum empecilho para o cumprimento de sua missão. Quando Jesus deu início ao seu ministério José já havia morrido, de modo que nessa época ele não podia mais contar com as longas conversas que tinha com seu pai adotivo, de que tanto gostava e que lhe foram tão úteis na juventude. Em Maria, o rígido e deletério conceito de família estava muito arraigado, de

que a Bíblia contém um sentido mais profundo do que aquele permitido pelo texto em si. Nas suas palavras, o sentido literal é valioso, mas às vezes obscurece o sentido primário, que é espiritual. Como seria de se esperar, acabou sendo taxado de herege, mas só postumamente, cerca de 300 anos depois de sua morte.

¹³ Ver, a respeito, a obra *Jesus, o Amor de Deus*, publicada pela Editora Ordem do Graal na Terra.

modo que, mesmo sem querer, acabou dificultando a missão do Filho de Deus na Terra. O Evangelho de Marcos, por exemplo, informa que ela (respeitosamente sem citar seu nome), juntamente com seus outros filhos, acharam até que Jesus “estava ficando louco e quiseram detê-lo” (cf. Mc3:21), logo depois de este ter convocado os doze apóstolos.

Sobre o papel da mãe terrena de Jesus registrado na Bíblia, uma enciclopédia de catolicismo admite que “o leitor dos Evangelhos, antes de tudo, se surpreende por encontrar tão pouca informação sobre Maria.” Na verdade, o que surpreende mesmo é a Igreja ter ignorado esse sinal silencioso das Escrituras, onde Maria de Nazaré é citada até menos do que Maria Madalena, e criado um culto à sua personalidade que nem ela, nem Jesus, jamais quiseram. O Filho de Deus nunca, mas nunca proferiu uma única palavra sequer que pudesse justificar a existência de semelhante culto. Nem mesmo em suas aparições depois da morte. Aliás, os Evangelhos narram onze aparições de Jesus ressuscitado, não apenas às pessoas que lhe eram caras, como os apóstolos e seu irmão Tiago (cf. 1Co15:7), mas também a agrupamentos e multidões, e no entanto, significativamente, não registram uma única visita pós-morte à sua mãe terrena... Ela não fazia parte das “testemunhas anteriormente designadas por Deus” (At10:41) para poder ver Jesus depois de sua morte.

Maria teve a sublime incumbência de dar à luz o Filho de Deus em seu invólucro terreno, mas nem por isso subiu do patamar de espírito humano. Ela era, sem dúvida, “altamente favorecida” (Lc1:28), um espírito humano muito agraciado e preparado, não obstante continuou sendo ainda e sempre um simples espírito humano, conforme, aliás, era considerada nos primórdios do Cristianismo. Maria foi um ser humano como qualquer outro, inclusive com erros aderidos a si, os quais ela permitiu que se evidenciassem durante seu tempo de convivência com Jesus.

O apóstolo Paulo, sempre cioso de tudo que é relacionado a Jesus, só faz uma referência indireta e superficial a Maria, para dizer que o Filho de Deus “nasceu de uma mulher”¹⁴ (Gl4:4). Os Evangelhos mostram Jesus se referindo a ela apenas como “mulher” (cf. Jo2:4;19:26), não como mãe, e muito menos ainda como “mãe de Deus” (coisa que também nenhum discípulo fez), fato esse que prova o contrário daquilo que o culto de Maria estipula. O evangelista João sequer a chama pelo nome, mas apenas de “mãe de Jesus” e “sua mãe” (cf. Jo2:1,3,5,12;19:25,26). Jesus, como Filho de Deus, até deixou claro que nada tinha a ver com aquele espírito humano: “Mulher, que tenho eu contigo?” (Jo2:4), replicou.

O título de matriarca divina foi instituído muito tempo depois da morte de Maria. Nota-se aí claramente a influência de conceitos pagãos, particularmente oriundos do Antigo Egito, onde a deusa Ísis, chamada pelos egípcios de “Mãe de Deus” e “Senhora do Céu”, aparecia freqüentemente retratada com o menino Hórus no colo. Uma estátua da deusa Ísis com seu filho Hórus chegou a ser venerada por engano por católicos que desconheciam sua origem... Essas imagens são deturpações de visões espirituais que alguns agraciados tiveram da Rainha Primordial, que habita num mundo situado muito acima do Paraíso. Nessas antigas visões, ela normalmente aparecia acompanhada de um menino, o futuro “Senhor do Juízo”. Abdruschin diz o seguinte sobre essa Rainha Primordial em Na Luz da Verdade, dissertação “Culto”:

¹⁴ A expressão “nascer de mulher” é o termo bíblico usual para nascimentos comuns, normais. Em Mt11:11 e Lc7:28, por exemplo, podemos ler: “Entre os *nascidos de mulher*, ninguém apareceu maior do que João Batista.” E em Jô14:1 está: “O homem, *nascido de mulher*, vive breve tempo, cheio de inquietação.”

“Certamente existe uma Rainha do céu que, segundo a conceituação terrestre, também se poderia chamar Mãe primordial e que, não obstante, possui a mais pura virgindade. Ela, porém, está desde toda a eternidade nos páramos mais elevados e nunca teve encarnação terrestre!

Trata-se, pois, de sua *imagem irradiante* e não dela em realidade, o que uma vez ou outra certas pessoas, devido a uma profunda emoção, podem ‘ver’ ou ‘intuir’. Através dela vêm também muitas vezes auxílios mais rápidos, chamados milagres.”

Essas elevadas características da Rainha Primordial foram inconscientemente comprimidas em conceitos materiais restritos, e com o tempo acabaram associadas à mãe terrena de Jesus. Outras divindades pagãs também contribuíram para a sedimentação do culto a Maria. A Cibele frígia era conhecida como “Grande Mãe” e “Mãe de Todos os Benditos”. Na cidade fenícia de Biblos e em Beirute, Astarte era venerada como a “Deusa-mãe”. Na Babilônia, Astarte era chamada de “Rainha do Céu” e portava um manto azul... Como “Rainha do Céu” Astarte aparece até na Bíblia, inclusive com esse mesmo título, recebendo libações e oferendas dos seus fiéis, algo que por sinal desagradava profundamente o profeta Jeremias e o próprio Senhor (cf. Jr7:18-20;44:17-23, 25). Nesse caso, tratou-se da deturpação da imagem de uma grande enteal feminina que vive no Olimpo, Astarte, mediadora das irradiações da pureza.

Contudo, a idéia megalônoma de ser uma mãe divina jamais passou pela cabeça da própria Maria, que como simples serva do Senhor reconhecia sua necessidade de salvação como qualquer outro ser humano, conforme se depreende de suas palavras por ocasião da anunciação: “A minha alma engrandece ao Senhor, e o meu espírito se alegrou em Deus, meu Salvador, porque contemplou na humildade da Sua serva.” (Lc1:46-48). Ora, uma mãe de Deus não poderia ser serva e muito menos ainda precisaria ser salva...¹⁵

A designação “mãe de Deus” (*Theotokos* em grego) só começou a ser utilizada a partir do ano 431, quando foi estabelecida no Concílio de Éfeso. Os bispos reunidos nesse Concílio proclamaram ser um dever de todos os crentes atribuir a Maria o título de *Theotokos*, ameaçando com anátema a quem a isso se negasse. Em honra dessa proclamação, o papa Sixto III mandou construir imediatamente a Basílica de Santa Maria Maior, em Roma, que se tornou o principal santuário dedicado à Virgem.

Esse título oficial criado pela Igreja se contrapunha à acepção estabelecida pelo corajoso patriarca de Constantinopla, Nestório (380 – 451?), segundo o qual havia em Jesus duas pessoas distintas, a humana e a divina, e que portanto Maria *não poderia ser considerada mãe de Deus*. Nestório afirmava que Maria era mãe de um ser humano, enquanto que o Messias que atuou entre as pessoas era a incorporação do Amor – ligação de Deus com Seu Filho. Essa sua ousadia lhe custou a excomunhão, deportação e exílio, com a agravante de que ele já tinha abolido em Constantinopla o ofício de “penitenciário”, que consistia em distribuir penitências aos fiéis da época. Tal punição, no entanto, não impediu que seus seguidores, os nestorianos, fundassem igrejas na Pérsia, Índia, Arábia e até na China. Na seqüência do embate, no ano 553, o Concílio Constantinopla II acrescentou à “Mãe de Deus” o epíteto de “Virgem Eterna”. No ano 680 o Concílio

¹⁵ Alguns manuscritos da tradição latina procuraram mitigar esse desconforto simplesmente substituindo Maria por Isabel nesse trecho, o que demonstra a que ponto podem chegar os adeptos da fé cega no afã de defender seus dogmas. Isabel é uma variação do nome Elisabeth, que significa “consagrada a Deus”.

Constantinopla III sufocou de vez a impertinência herética de Nestório ao ratificar o título de matriarca divina para Maria, com a declaração de que “ela foi verdadeiramente a mãe de Deus”. O marianismo triunfara.

Foram séculos de luta renhida até o culto de Maria se instalar soberano e incontestado no seio da Igreja. Sua tímida aparição no início da era cristã, aparentemente inócua, parecia apenas um justo louvor por ela ter dado à luz o corpo terreno do Messias. Mas em meados do século II o bispo de Lyon na Gália, Irineu, cujo nome significa “pacificador”, já começava a declarar hereges os que se recusavam a aceitar o cada vez mais condensado e místico culto a Maria, bem como a florescente crença em sua virgindade. Podemos concluir então que o pacífico Irineu classificava de herege o próprio Jesus, a quem julgava servir, pois este exortou severamente: “Ao Senhor teu Deus adorarás, e só a Ele prestarás culto” (Mt4:10; Lc4:8).

O culto à Maria de Nazaré cresceu sobremaneira na Idade Média, quando ela passou a receber vários outros títulos em cadência, como “co-redentora”, “rainha dos céus”, “rainha dos anjos”, “dama regente do mundo”, “mediadora de todas as graças”, “mãe da verdade”, “mãe da paz”, “porta dos céus”, “janela do paraíso”, etc. Esse crescimento contínuo do culto à sua pessoa também pode ser observado nas pinturas que retratam a anunciação. Nas primeiras delas, o anjo Gabriel é a figura dominante, elevando-se majestosamente sobre uma submissa Maria; com o tempo, ambos passam a ser representados com o mesmo tamanho e destaque; já nas últimas gravuras é o anjo Gabriel que aparece ajoelhado reverentemente diante de Maria... Da Idade Média até o Renascimento, Maria é a figura central nos quadros que representam os apóstolos, particularmente nos que retratam a descida do Espírito Santo no Pentecostes¹⁶. No século VIII surgiram afrescos mostrando o papa recebendo insígnias da Virgem Maria, vestida e coroada como imperatriz.

Segundo o pesquisador Jaroslav Pelikan, quem naquela época apelasse a Maria como “porta dos céus e janela do paraíso” receberia completa absolvição dos pecados. Havia festas eclesiais em honra do seu nascimento e acreditava-se que sua natividade também fora anunciada à sua mãe por meio de um anjo, tal como se deu depois com seu filho Jesus. Seu túmulo também teria sido encontrado vazio pelos discípulos... Sua casa foi transportada da Palestina para a Itália por anjos, passando a ser conhecida e venerada como “Santa Casa de Loreto”. Jaroslav diz que Maria “foi colocada no mais ilustre lugar entre todas as hostes celestiais, humanas ou angélicas, ocupando o segundo lugar apenas em relação a Deus.”

Hoje em dia, além das gravuras, há incontáveis estátuas da Virgem veneradas sob mais de mil títulos diferentes em todo o mundo. Isso, apesar das inúmeras advertências bíblicas contra tal prática. Essa prática é tão grave, que aparece na Bíblia como uma proibição específica, complementar ao primeiro Mandamento: “Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirei do Egito, da casa da servidão. Não terás outros deuses diante de Mim. *Não farás*

¹⁶ Pentecostes era o nome que se dava à “Festa das Semanas” ou “Festa da Colheita” (cf. Ex23:16), celebrada sete semanas depois do começo da colheita do trigo. Sete semanas correspondem a 50 dias, daí o nome de Pentecostes (do grego *pentekostes* – quinquagésimo). As festas da Páscoa (do hebraico *pessah* – passagem) e dos Ázimos (pães sem fermento) foram fundidas e fixadas no 14º dia do mês de Nisã, e a partir daí a Festa das Semanas recebeu uma data regular no calendário judaico: sete semanas (50 dias) após a Páscoa, que atualmente comemora a saída dos hebreus do Egito. No Judaísmo, o Pentecostes passou a lembrar a outorga da Lei a Moisés. No Cristianismo, o Pentecostes celebra a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos reunidos no cenáculo, que teria ocorrido 50 dias após a Páscoa cristã. A data da Páscoa cristã foi fixada no século II pelo papa Vitor I.

para ti imagem de escultura” (Dt5:6-8). O rei Asa, de Judá, de quem a Bíblia afirma que “fez o que era reto diante do Senhor” (1Rs15:11), entendeu muito bem essa proibição e não titubeou em retirar da própria mãe, Maaca, a dignidade de rainha-mãe quando viu que ela venerava uma escultura de ídolo. Logo depois de apaar sua progenitora, “Asa destruiu essa imagem e a queimou no vale de Cedron” (1Rs15:13).

A idolatria é um dos pecados que a Bíblia indica ser especialmente repugnante ao Senhor. É designada pelo termo hebraico *to'evah*, que significa “coisa abominável, detestável, ofensiva”. Algumas passagens bíblicas deixam reconhecer muito bem essa repugnância: “A madeira cortada da floresta, trabalhada pelo cinzel do artista, ornamentada com ouro e prata, é fixada com pregos e martelo para não vacilar. Esses ídolos são como um espantalho num campo de pepinos; não falam, e é necessário carregá-los, pois não andam. (...) Todo ourives é envergonhado pela imagem que esculpiu: suas estátuas são mentira, não há espírito nelas; são absurdidades, produtos ridículos: perecerão na hora do ajuste de contas” (Jr10:3-5,14,15). Cada uma dessas estátuas idolatradas clama a maldição que recai sobre os escultores e, não por último, sobre os incentivadores de tão grande abominação: “Maldito o homem que fizer imagem de escultura ou de fundição, abominação ao Senhor, obra da mão do artífice” (Dt27:15). Todos eles “trocaram a glória do Deus incorruptível por figuras representativas do homem corruptível” (Rm1:23).

O clamor do profeta Habacuc ecoa pelos séculos: “Que proveito traz uma imagem de barro? É só para o artista ter o gosto de fazê-la? E a imagem de metal fundido, oráculo mentiroso, é para que seu criador nela confie e continue fabricando ídolos mudos?” (Hab2:18). O salmista brada em severa advertência: “Os que fabricam ídolos ou neles confiam *se tornarão como eles*” (cf. Sl115:8, 135:18), isto é, sem vida, espiritualmente mortos. O destino que os aguarda é o mesmo de seus ídolos – a aniquilação, garante Oséias: “Da sua prata e do seu ouro fizeram ídolos para si, para sua própria perdição” (Os8:4). E qual o número desses que se tornaram mortos como seus ídolos?... É só olhar em redor, diz Isaías: “O país está *cheio de ídolos*, adoram o produto de suas mãos, coisas que seus dedos fabricaram” (Is2:8).

O idólatra – qualquer que seja o objeto de sua devoção – se prostra diante de seu ídolo e... “não se envergonha de dirigir-se a esse objeto sem vida: invoca saúde a quem está sem força, implora vida a quem está morto, suplica proteção a quem não tem valia nenhuma, confia suas viagens a quem não é capaz de dar um passo, (...) pede ajuda vigorosa a mãos sem vigor” (Sb13:17-19). “Esses deuses de prata, ouro e madeira são trajados de roupas, como homens, mas não estão protegidos da ferrugem e da decomposição. (...) Como a louça quebrada se torna imprestável, assim são os seus deuses, depois de instalados nos templos; seus olhos cobrem-se com a poeira levantada pelos passos do povo que entra. (...) São comparáveis a alguma viga do templo, cujo cerne, ao que dizem está carcomido; os vermes que saem da terra os devoram, a eles e a seus mantos: eles nem o sentem! (...) Esses objetos, que não têm o menor alento, compram-se por qualquer preço. Como não têm pés, carregam-nos nos ombros. Se alguma vez caem em terra, não se levantam por si mesmos; se alguém os põe de pé, não se podem mover; se inclinados, não se podem endireitar, e recebem como mortos as oferendas que lhes são apresentadas. (...) Se alguém lhes faz bem ou mal, são incapazes de retribuir. (...) Assim, pois, mais vale um homem justo que não tem ídolos: ele estará a salvo da vergonha.” (Br6:10,11,15,16,19,24-26, 33,72).

Somente as Bíblias católicas contêm as passagens do parágrafo acima. No entanto, o Concílio de Nicéia II, no ano 787, definiu como lícita a pia veneração das relíquias e das

santas imagens. Assim, também de nada adiantou o profeta Isaías e o salmista terem, séculos antes, acrescentado na mesma linha: “Eis os que desembolsam seu ouro, e pesam a prata na balança; contratam um ourives para que ele faça um deus, diante do qual se prostram em adoração; eles o carregam nos ombros e o transportam, depois o colocam em seu posto, onde se mantém, sem mais poder mover-se. Por mais que o invoquem, nunca responde, e não salva do infortúnio” (Is46:6,7); “Os ídolos deles são de prata e de ouro, feitos por mão de homem: têm boca mas não falam; têm olhos mas não vêem; têm ouvidos mas não ouvem; têm nariz mas não cheiram; têm mãos mas não apalpam; têm pés mas não andam; nem som algum sai da sua garganta. Que seus autores se assemelhem a eles, e todos os que neles confiam!” (Sl115:4-8).

Apesar desses avisos tão incisivos, tão contundentes, parece que nenhum clérigo ou leigo venerador de estátuas se conscientizou até hoje dessa prática abominável, que não é nada pia não, mas sim *ím-pia*, nem tampouco tomou para si mais essas outras graves advertências bíblicas: “Não façais para vós ídolos, nem levanteis entre vós imagens de madeira, estelas ou pedras esculpidas. Não as coloqueis na vossa terra, para vos prostrardes diante delas, porque Eu sou o Senhor, vosso Deus” (Lv26:1). “Não vos corrompais fabricando um ídolo, uma forma qualquer de divindade” (Dt4:16). “Não vos afasteis do Senhor, mas servi-O de todo o coração. E não vos desvieis para entregar-vos a ídolos de nada, sem utilidade e incapazes de salvar, pois nada são” (1Sm12:20,21).

O Servir Libertador

Quando Jesus insta o ser humano a “guardar os mandamentos” (Mt19:17) está lhe dando um conselho de suma importância, pois unicamente quem guarda os mandamentos, isto é, quem cumpre as leis da Criação, pode alcançar a vida eterna.

Também o “tornar-se um servo útil” outra coisa não significa senão cumprir essas leis. Quanto mais uma pessoa se aprofundar no reconhecimento e compreensão dessas leis, tanto mais se lhe tornará clara a necessidade absoluta de obedecê-las. A partir daí, ela nem almejará algo diferente do que integrar-se inteiramente na Vontade Daquele que lhe concedeu a vida.

Uma pessoa que tenha alcançado esse nível de compreensão sabe que não está fazendo nada além de sua obrigação ao interessar-se pela Vontade de seu Criador, e procurará sintonizar todo seu ser nela. Nunca pensará estar realizando algo de extraordinário com isso, que faça jus a uma recompensa toda especial do Alto. A exortação de Paulo aos Colossences para ter “pleno conhecimento da Vontade de Deus” (Cl1:9) lhe parecerá a coisa mais natural do mundo. Só quem tenha chegado a esse nível de evolução espiritual compreenderá também, sem se chocar, essas palavras de Jesus dirigidas a seus apóstolos:

“Qual de vós, tendo um servo ocupado na lavoura ou em guardar o gado, lhe dirá quando ele voltar do campo: Vem já e põe-te à mesa? E que antes não lhe diga: Prepara-me a ceia, cinge-te e serve-me enquanto eu como e bebo; depois comerás tu e beberás. Por ventura terá de agradecer ao servo por ter este feito o que lhe havia sido ordenado?”

(Lc17:7-9)

“O discípulo não está acima do seu mestre, nem o mestre acima do seu senhor.”

(Mt10:24)

O ser humano tem obrigação de servir. Essa obrigação, porém, só não é sentida como uma imposição desagradável por aquele que cumpre voluntariamente as leis primordiais vigentes, aquele, portanto, que ajusta sua pequena vontade humana à onipotente Vontade do Criador. A condição para isso é, evidentemente, a humildade, que é a chave para a liberdade espiritual. Assim, ele passa a compreender perfeitamente as indicações do Mestre: “Quem quiser tornar-se grande entre vós, será esse o que vos sirva” (Mt20:26) e “se alguém quiser ser o primeiro, seja o último de todos e servo de todos” (Mc9:35). Jesus deu um exemplo prático dessa humildade ao lavar os pés dos discípulos (cf. Jo13:4,5), indicando com esse ato, ao mesmo tempo, que as leis da Criação sempre servem ao ser humano que se ajusta sabiamente a elas.

A severa linguagem bíblica da terra de Canaã, o antigo Oriente Médio, não causará mais nenhum mal-estar ao leitor tornado ciente, pois agora ele vê que a rigorosa exigência de servir, de obedecer, é na verdade uma exortação para ajustar-se às leis, o que por sua vez é sinônimo de liberdade, de libertação espiritual. É este o sentido de “Servi ao Senhor com toda a humildade” (At20:19) e da exortação de “viver humildemente com o teu Deus” (Mq6:8), assim como da reiterada exigência de humilhar-se diante Dele: “Se o Meu povo se humilhar, orar e me buscar, e se converter dos seus maus caminhos, então Eu ouvirei dos céus” (2Cr7:14); “Humilhai-vos diante do Senhor, e Ele vos exaltará” (Tg4:10); “Humilhai-vos, pois, sob a poderosa mão de Deus” (1Pe5:6). Faz parte disso igualmente a dura advertência para quem não cumpre a Lei do Senhor: “Maldito quem não mantiver as palavras da Lei e não as puser em prática!” (Dt27:26), bem como a severa sentença do Senhor de que “diante de Mim se dobrará todo joelho” (Rm14:11).

Todas essas aparentes imposições rígidas são facilmente seguidas, de maneira automática, por quem se adapta sabiamente às leis da Criação. Para este, a virtude da legítima humildade também advém de modo inteiramente natural. Assim, não há mais nenhum risco de ele “tropear na Palavra, sendo desobediente” (1Pe2:8b); a simplicidade infantil e espantosa aspereza da linguagem bíblica nunca mais lhe poderá ser “pedra de tropeço e rocha de ofensa” (1Pe2:8a). Ao contrário, saberá que o cumprimento da Lei do Senhor só poderá trazer reciprocamente uma grande paz à criatura humana, e nenhum motivo para tropeço: “É grande a paz dos que amam a Tua Lei, e para eles não existe um tropeço” (Sl119:165). Mesmo desconhecendo que os termos hebraicos *shahāh* – “curvar-se” e *asab* – “servir” também têm o sentido de “adorar”, isso se tornará evidente ao seu novo coração tornado humilde. Humildade legítima, percebida como tal pelo Alto: “Por mais alto que seja o Senhor, Ele vê o mais humilde e reconhece de longe o orgulhoso” (Sl138:6).

Com um sorriso de gratidão nos lábios reconhecerá prontamente as várias indicações, agora claras para ele, da atuação incontornável e autônoma da Lei da Reciprocidade, apenas expressa em outros termos: “Para quem é fiel, Tu és fiel; com o homem íntegro, Tu és íntegro; com o que é leal, Tu és leal, e com o astuto, és sagaz” (2Sm22:26,27). Indicações ratificadas nessas outras sentenças vindas da parte do Senhor: “Eu, o Senhor, penetro os corações e sondo as entranhas, a fim de recompensar cada um pela sua conduta e pelos frutos das suas ações” (Jr17:10); “Eu vos julgarei, cada um segundo os seus caminhos” (Ez33:20).

Verá também o que se encontra por detrás de inúmeras outras advertências bíblicas, muito duras à primeira vista, com seus inúmeros “Ai de ti!” A intenção é sempre de despertar o ser humano para a responsabilidade pessoal, para que ele finalmente ajuste, sensata e humildemente, sua diminuta vontade própria à Vontade do Onipotente, nitidamente reconhecível em Suas leis perfeitas. Deixando-se amoldar por essas leis, ou deixando-se “corrigir” pelo Senhor conforme prescrevem as ríspidas exortações bíblicas, terá de ser feliz: “Feliz o homem a quem Deus corrige! Não desprezes a lição do Todo-Poderoso” (Jó5:17); “Feliz aquele que Tu corriges, Senhor, que ensinas pela Tua lei” (Sl194:12); “O Senhor corrige a quem ama, castiga todo filho a quem acolhe” (Hb12:6).

Submetendo-se a essas exigências do Senhor, o ser humano só poderá encontrar alegria, saúde e felicidade em seus caminhos de desenvolvimento: “Em seguir as Tuas exigências, encontrei a alegria como na maior fortuna” (Sl119:14); “Servireis ao Senhor, vosso Deus, e Ele abençoará teu pão e tua água, e afastará de teu meio as enfermidades” (Ex23:25). Essa obediência humilde às exigências do Senhor, isto é, às Suas leis, constitui o único caminho para se obter a bem-aventurança, a vida eterna: “O prêmio da humildade é o temor ao Senhor, a riqueza, a honra e a vida” (Pv22:4). O prêmio final dessa humildade é, portanto, a vida... vida eterna!

E assim o ser humano espiritualmente desperto, o novo servo útil na vinha do Senhor, passa a sentir com muita clareza que realmente “mais bem-aventurado é dar do que receber” (At20:35), pois com essa sua adaptação voluntária, as próprias leis da Criação é que passam então a servi-lo automaticamente, auxiliando-o e amparando-o em todos seus caminhos de desenvolvimento até o Paraíso, como o mais belo efeito recíproco outorgado a uma criatura que se move direito dentro da obra do Criador. Terá se tornado então a comprovação viva de que não há para uma criatura graça maior do que servir, nem felicidade maior do que ser útil.

Tornai-vos como as Crianças!

“Em verdade vos digo que se não vos converterdes e não vos tornardes como as crianças, de modo algum entrareis no reino dos céus.”

(Mt18:3; Mc10:15; Lc18:17)

Converter-se e tornar-se como as crianças! *Dois* necessidades imperiosas para o ser humano que almeja atingir a vida eterna. Significam reconhecer as leis da Criação e pautar a existência estritamente de acordo com elas.

Tornar-se como as crianças equivale a ser simples e natural em tudo, como exigem essas leis. Significa ter a capacidade de ainda intuir infantilmente, mesmo já sendo adulto. Quando Jesus diz: “Quem acolhe em meu nome uma criança como esta, acolhe a mim mesmo” (Mt18:5), não está fazendo uma apologia da adoção de crianças, mas sim que as pessoas devem *acolher dentro de si mesmas* uma criança como aquela, devem tornar-se interiormente como uma criança, vivendo com a simplicidade e naturalidade de uma criança, tão puro como esta. Conseguindo isso, terá se tornado então uma criança da Criação, *uma criança de Deus!* Como é doloroso, tristemente significativo, que o ser humano chame de “comportamento adulto” justamente tudo aquilo que sabe ser errado... A reciprocidade que o atingirá será igualmente adulta.

Simplicidade e naturalidade! Dois conceitos intimamente ligados a tudo quanto é puro, e que a humanidade foi perdendo pouco a pouco à medida que elevava o raciocínio ao pedestal mais alto do seu altar de idolatrias.

Na época de Cristo, o raciocínio já há muito ocupava o trono de divindade mais elevada para os homens, à qual eles oravam com fervor sempre que queriam lançar mão de maquinações intelectivas para atingir míseros objetivos terrenos. Em sua segunda Epístola aos Coríntios, Paulo manifestou claramente seu temor a respeito: “Receio que, assim como a serpente enganou Eva com a sua astúcia, assim também sejam corrompidas as vossas mentes, e se apartem da simplicidade e pureza devidas a Cristo.” (2Co11:3). É essa serpente da astúcia do raciocínio que está sempre procurando enganar o ser humano, inculcando-lhe a dúvida se realmente Deus teria dito algo sobre o comportamento dele esperado: “É verdade que Deus vos disse: ‘Não comais de nenhuma das árvores do jardim?’” (Gn3:1). Uma pergunta ardilosa, capciosa, pois apenas o *deleitar-se* com o fruto de uma *única* árvore fora proibido ao casal da raça humana. Com essa pergunta, a astuta serpente dirigiu a atenção da mulher justamente para o que havia sido vedado, fazendo-a esquecer de todo o esplendor à sua volta, do qual ela e seu companheiro podiam desfrutar a qualquer tempo.

Realmente, essa serpente do raciocínio é o mais astuto e com isso o mais perigoso dos animais que assediam a criatura humana: “A serpente era o mais astuto de todos os animais dos campos” (Gn3:1). E agora, no final dos tempos, ela já conseguiu seduzir o mundo inteiro: “A antiga serpente, o sedutor de *toda* a humanidade” (Ap12:9). Obteve esse triunfo mesmo sendo o mais limitado dos animais, estreitamente ligado à matéria grosseira terrena, conforme indicado nessa determinação divina: “Rastejarás sobre o teu ventre e comerás pó todos os dias da tua vida” (Gn3:14).

Unicamente uma pessoa simples e natural, de espírito livre e móvel, portanto pura como uma criança, pode intuir a grandeza da Criação e pressentir nela a Vontade do Criador, pela atuação de Suas leis inflexíveis. Aos escravos do raciocínio não é facultado obter este reconhecimento, mesmo que queiram, mesmo que se esforcem nesse sentido. Nunca será possível ao raciocínio, que é um mero produto do cérebro, órgão pertencente ao corpo *material* do ser humano, desvendar enigmas cujas soluções encontram-se em planos mais elevados da Criação, simplesmente porque “as coisas do Espírito de Deus se discernem espiritualmente” (1Co2:14). Apenas espiritualmente. As “coisas do Espírito de Deus” são as obras da Vontade de Deus, do Espírito Santo.

Para o ser humano que desperta espiritualmente, a diferença entre os frutos do raciocínio e os do espírito se lhe torna subitamente clara e nítida, como se uma venda ou escamas lhe caíssem dos olhos, tal como ocorreu com o apóstolo Paulo na época de sua conversão: “Imediatamente caíram dos olhos de Saulo como que umas escamas, e ele recobrou a vista” (At9:18). Recobrada a visão real, o ser humano deve procurar tornar-se uma criatura mais intuitiva. A intuição redespertada e continuamente robustecida age como um benfazejo colírio em seus olhos recém-curados, “um colírio para ungir os olhos, de modo que possas ver claro” (Ap3:18). Ver claro, sempre mais claro... porém sempre dentro do âmbito do espiritual humano.

Assim como o *raciocínio* humano é incapaz de divisar valores espirituais nem compreender nada da região espiritual, situada acima da matéria, o *espírito* humano tampouco pode compreender coisas referentes à região divina, situada acima do seu ponto de origem, e muito menos ainda pretender trazer em si algo de divino. A suposição de que o ser humano contém em si algum elemento divino, ou que até poderá tornar-se divino algum

dia, é mais uma decorrência da proverbial presunção humana, que desconhece qualquer limite, adubada que é pelo vaidoso raciocínio. E isso já vem de longe... No século II, o já mencionado Irineu, atual “São Irineu”, ensinava a todo mundo que “a humanidade elevar-se-ia até a divindade.”

É preciso salientar, contudo, que para o espírito humano não deve existir nenhum enigma ou mistério nas partes da Criação situada abaixo dele. Classificações enigmáticas sobre essas regiões foram criadas pelo cérebro humano, como uma espécie de auto-atordoamento e engodo, depois que seu dono, o ser humano terreno, se desvencilhou de todo o verdadeiro saber que chegou a possuir outrora, numa época em que seu desenvolvimento ainda se processava de modo normal, tendo-se voltado exclusivamente para a matéria e deixado atrofiar dentro de si as faculdades de seu espírito. Um crime terrível, e ainda praticado sob uma espécie de orgulho coletivo da humanidade, o qual cresceu na mesma proporção em que aumentava seu grau de miopia espiritual, até chegarem ambos à máxima arrogância e à mais completa cegueira, características que passaram para a História fundidas no nome materialismo.

Para se desvendar os ditos “enigmas” é necessário *mobilidade do espírito*, algo que os escravos racionalistas da ciência não possuem mais. Contudo, são exatamente estes seres estritamente intelectivos – que em sua maior parte sequer admitem a existência do espírito e muito menos ainda de um Criador – os que insistem em pesquisar assuntos de caráter espiritual com seu restrito raciocínio atado à Terra. Eles querem desvendar os segredos da Criação com balanças, tubos de ensaio, microscópios eletrônicos e telescópios orbitais... Uma situação que seria até empiricamente cômica, não fosse tão triste, indizivelmente triste.

Sem ter nenhuma consciência disso, essa gente inteligente se comporta frente ao restante da humanidade como se detivesse as chaves da Criação, com suas teorias mirabolantes e seu linguajar inóspito. Nunca poderão reconhecer que sua presumida sabedoria é incapaz de proporcionar ao mundo a mínima compreensão da sabedoria divina: “Onde está o sábio? Onde está o letrado? Onde está o investigador deste mundo? (...) O mundo, por meio de sua sabedoria, não reconheceu a Deus na sabedoria divina” (1Co1:20,21); todos eles, “alardeando sabedoria, tornaram-se tolos” (Rm1:22).

O dogma da infalibilidade científica só pôde obter assim tão ampla e irrestrita aceitação, porque a humanidade como um todo deu muito mais valor ao raciocínio do que ao seu próprio espírito. A cada proclamação de um novo dogma da ciência sempre seguiu junto uma mordada compulsória coletiva, na forma de uma linguagem obscura e hermética, totalmente inacessível aos não eleitos. Somente os membros da cúria científica detêm as prerrogativas para discutir os novos dogmas, benevolmente outorgados aos intimidados plebeus de todo o mundo. Em conclaves internacionais eles exibem então seus trabalhos recheados de neologismos polissilábicos, condição indispensável para serem notados e reconhecidos pelos demais membros da irmandade.

Assim é realmente o mundo científico, e nada diferente. A maior parte desses cientistas materialistas nem de longe desconfiam do triste papel que desempenham na Criação com suas teorias fragmentárias. E, de todos, os piores são os que defendem teses materialistas sobre a origem da vida e do Universo. Esses tais acreditam piamente que a vida na Terra surgiu do “acaso”. Um dos maiores expoentes dessa trupe (prêmio Nobel por sinal) nos assegura que “a vida surgiu por acaso, quando num determinado momento alguns elementos químicos se combinaram e passaram a fazer cópias de si mesmos” (sic).

Segundo essa idéia, os bilhões de seres humanos na Terra, as incontáveis espécies animais e vegetais, vírus e dinossauros, bactérias e baleias, todas as formas de vida que povoam o planeta ou que já passaram por aqui, são o resultado da fortuita combinação de alguns elementos químicos – vindos não se sabe de onde – ocorrida há três bilhões de anos, os quais, entediados que estavam em meio àquela insípida sopa primordial, resolveram começar a fazer cópias de si mesmos e deu no que deu. Em alguns planetas, como Marte por exemplo, esses voluntariosos elementos químicos não quiseram se reproduzir, e é por isso que não vemos hoje nenhum cientista marciano tentando explicar como a vida surgiu...

Uma explicação dessas para a origem da vida, capaz de arrancar uma justificada gargalhada de um camponês analfabeto, é o máximo que a ciência tem a oferecer como resultado do trabalho do raciocínio. Isso deveria constituir a prova, para as pessoas ainda despertas, de que o intelecto é completamente incapaz de fornecer respostas aos questionamentos mais profundos da existência humana.

A ciência é útil para explicar e catalogar fenômenos exclusivamente materiais, terrenos, tendo de malograr fragorosamente quando se atreve a querer explicar coisas que estão acima das fronteiras que a delimitam. Já bem dizia Albert Einstein, um dos poucos cientistas que não se sujeitaram à escravidão voluntária do raciocínio: “Precisamos tomar cuidado para não fazer do raciocínio o nosso ‘deus’; ele tem músculos poderosos, é verdade, mas nenhuma personalidade.”

Albert Einstein afirmava que “a verdade está na ponta dos dedos”, e que “a imaginação é mais importante que o conhecimento”. Como isso, queria dizer que primeiramente *hauria* o que tencionava descobrir, para somente depois formulá-lo em conceitos físicos e matemáticos. Era a intuição comandando e o raciocínio executando. A parte intuitiva como *dominante*, e a parte ativa como *executante*.

Essa profícua e rara utilização conjunta de intuição poderosa e raciocínio aguçado, direcionada no sentido certo, fez o grande cientista se destacar de imediato de seus pares. Sua maneira de ser, porém, não era esnobismo, como podia parecer à primeira vista, mas sim a exteriorização de uma rica vida interior. Isso se evidencia nitidamente até hoje. Quando lemos num mesmo livro as idéias de Einstein e em seguida as de outros físicos teóricos contemporâneos, parece que saímos de uma floresta alegre e luxuriante e adentramos num deserto árido, hostil e sem vida.

A falta de personalidade do raciocínio, denunciada por Einstein, pode se tornar fatal para o espírito humano que a ele se submete incondicionalmente. O ser humano atual tão cheio de si e seu raciocínio supercultivado assemelham-se a um garboso cavaleiro montado num cavalo bravo, de “músculos poderosos” como dizia Einstein, que o jóquei acredita já ter domado há muito. O cavaleiro se mostra orgulhoso das qualidades e do porte de seu cavalo, absolutamente convencido de que este lhe é submisso, estando sempre pronto a acatar suas ordens. Querendo mostrar então do que o cavalo é capaz, ele o esporeia com toda a força e o deixa *galopar sozinho*, com antolhos e sem rédeas, no caminho escolhido pelo próprio animal. Todavia, ainda que tal caminho esteja repleto de perigos e conduza diretamente a um abismo, o cavalo xucro não se deterá diante de nada uma vez iniciada sua desabalada carreira. E como “um cavalo não domado torna-se intratável” (Eclo30:8), acabará por perecer junto com seu desafortunado dono. Desafortunado e bastante tolo também, diga-se.

Apesar da lógica cristalina que reside nessa impossibilidade natural, de se querer apreender fenômenos espirituais com meios materiais, a maior parte desses seres humanos

de raciocínio jamais poderá reconhecer essa sua limitação. Não exatamente por vaidade, mas por absoluta incapacidade. Justamente por acreditarem que o raciocínio é a chave para *tudo*, que pode resolver *tudo*, os cientistas se privam da capacidade de vislumbrar o que se encontra além dos limites traçados para o saber intelectual. Para eles é de todo impossível estender a visão para além deste ponto, sequer podem ainda considerar a hipótese de que exista algo que o raciocínio não seja capaz de destrinchar. Não possuem mais, na realidade, a capacidade para tal discernimento. Suas asas espirituais já estão por demais atrofiadas, consequência de sua malfadada desobediência à Lei do Movimento na Criação, e por essa razão jamais lograrão empreender um vôo jubiloso até as alturas, ao reino luminoso do espírito.

Restringidos pelos antolhos do intelecto supercultivado, esses assim tolhidos imaginam estar no ápice do saber humano com sua diminuta ciência atada à Terra. E, realmente, para eles é assim mesmo. Encontram-se de fato no ápice de um *saber medíocre*, o qual ocupa um degrau ínfimo diante do verdadeiro saber que poderiam ter da imensa obra da Criação, caso fizessem uso certo das capacitações de seus espíritos.

Esses pretensos sábios supõem estar nas alturas máximas, imaginam ser os absolutos e os superiores dentre toda a humanidade e, no entanto, toda sua atividade, todas as suas concepções formam-se e movem-se dentro dos limites mais estreitos do plano mais baixo de toda a Criação: o plano material. Absolutos e superiores são eles lá dentro dessa sua limitadíssima redoma terrena, que podem ver, cheirar e apalpar, e que consideram como a única realidade existente. E que para eles de fato é a única, já que não são mais do que espíritos atrofiados, indissolúvelmente chumbados à matéria, muito ocupados em difundir e alardear seu “saber” em congressos e seminários, em comover suas seletas platéias com um escambo sem fim de teorias e hipóteses. Com sua mente puramente materialista, de que tanto se orgulham, com seus espíritos adormecidos, eles perfazem, todos juntos, o axioma com que definem o ser humano terreno: “meros sistemas digestivos cômicos de sua morte”. Eles mesmos são a comprovação cabal dessa triste realidade, da qual, porém, não fazem parte as pessoas simples e de coração puro, não restritas como eles próprios.

Visto de cima, o papel que essas sumidades desempenham não alcança o patamar do risível nem atinge as raias do ridículo, mas permanece abaixo. Assemelham-se a uma colônia de cepas patogênicas observadas num microscópio, discutindo acaloradamente sobre a origem da vida, absolutamente convencidas de que o Universo se resume à lâmina de vidro em que patinam... E lute alguém contra essa muralha de estupidez. Logo terá de ver como se confirmam à exaustão as palavras do poeta alemão Friedrich von Schiller (1750 – 1805): “Contra a estupidez, até mesmo deuses lutariam em vão.” Os deuses poderiam até tentar moer o estulto num pilão que nem assim conseguiriam alguma coisa: “Ainda que soques o estulto num pilão no meio dos grãos, sua estultice não se separará dele” (Pv27:22). Alguém ainda cresceu que os estúpidos impressionam, mas apenas pelo seu número... E nisso os cientistas contribuem com o maior dos quinhões. É melhor mesmo deixar essa gente esboroar-se em seus teoremas e afogar-se em suas teorias, chafurdar por inteiro na pocilga da arrogância intelectual, onde “a renitência dos néscios os mata, e o atrevimento dos insensatos os arruína” (Pv1:32).

O tão decantado progresso, que muitas dessas celebridades cerebrinas contrapõem, indignadas, às evidências nítidas sobre a limitação da ciência, não fez do *Homo científico* uma peça útil na engrenagem da natureza. Um único ser humano que respeita e ama a natureza, que procura conservar puros seus pensamentos e sua vontade, é muito mais útil na Criação do que toda uma legião de cientistas materialistas com seus aparatos técnicos e

ridículas teorias fragmentárias. Estes últimos são apenas “sábios aos seus próprios olhos” (Pv3:7); são os pretensos sábios “que Deus apanha em sua própria astúcia” (1Co3:19), que só cuidam de “tomar a chave da ciência” (Lc11:52) para si e cujos “pensamentos vão o Senhor conhece” (1Co3:20).

Pretensos sábios sim, que atam seus espíritos à matéria inerte e se algemam à técnica morta. Pretensos luminares que se orgulham de poder dissecar cientificamente uma flor, enquanto desprezam com seu olhar glacial qualquer um que, movido de terna simplicidade e naturalidade, é capaz de ao vê-la intuir um vislumbre do Amor do Todo-Poderoso e daí manifestar incontida alegria. A arrogância do raciocínio puro frente à humildade do coração puro... Que contraste!

Esta possibilidade de vislumbrar em coisas singelas o Amor que interpenetra a Criação é mais um dos reconhecimentos que ficam inapelavelmente “ocultos aos sábios e entendidos, sendo revelados aos pequeninos” (Mt11:25), pois, realmente, “mais vale o homem que tem pouca sabedoria mas que tem o temor a Deus, do que o homem que possui uma grande inteligência e que transgride a Lei do Altíssimo” (Ec19:21). No fim dos tempos, o Senhor destruirá sua vã sabedoria e rejeitará sua inteligência: “Destruirei a sabedoria dos sábios e rejeitarei a inteligência dos inteligentes” (1Co1:19). Por outro lado, os pequeninos, com sua pureza de coração, nunca transgridem a Lei do Senhor, e devido a isso “o Senhor é bom para com os puros de coração” (Sl73:1).

E são justamente esses puros de coração, os pequeninos, “aqueles que *se tornaram como as crianças*” (Mt18:3) na Criação, e com isso ficaram aptos a ingressar no reino dos céus. São estes, apenas estes, que Jesus quer que venham até ele:

“Deixai as crianças, não as impeçais de virem a mim, pois o reino dos céus é para aqueles que são como elas.”

(Mt19:14)